# ERRADICAÇÃO DA POBREZA E DESENVOLVIMENTO EQUILIBRADO EM ANGOLA E NA ÁFRICA AUSTRAL



## PROJECTO DE PESQUISA-ACÇÃO PROCESSOS DE DEMOCRATIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EM ANGOLA E NA ÁFRICA AUSTRAL

2.º QUINQUÉNIO 2009/2010 - 2014

RELATÓRIO DE PROGRESSO

NUNO DE FRAGOSO VIDAL & JUSTINO PINTO DE ANDRADE (Coord.)

CEI|IUL
CENTRO DE ESTUDOS INTERNACIONAIS
INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA

Associação Cultural e Recreativa
CHÁ DE CAXINDE

**Coordenação Científica do Projecto:**
**Nuno de Fragoso Vidal & Justino Pinto de Andrade**
© Universidade Católica de Angola e Centro de Estudos Internacionais -ISCTE-IUL

**Relator e Editor:**
Nuno de Fragoso Vidal (CEI-IUL)

**Comissão científica:**
Nuno Vidal (Centro de Estudos Internacionais – ISCTE-IUL)
Justino Pinto de Andrade (Universidade Católica de Angola)
Malyn Newitt (King's College London)
Alberto Oliveira Pinto (Centro de História - Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa)
Fernando Macedo (Universidade Lusíada de Angola)
David Sogge (Transnational Institute – Amsterdam)
Bob van der Winden (BW Support)
Daena Costa Neto (Linacre College, Oxford University)

**Publicação:**
Chá de Caxinde, Editora Firmamento e Media XXI
Luanda & Lisboa, Janeiro 2015
firmamentoencomendas@gmail.com
angolaconference@gmail.com
www.africanarenas.net

**Design:**
Elsa Pereira

**DL:**
386292/14

**ISBN:**
978-989-96447-7-9

# ERRADICAÇÃO DA POBREZA E DESENVOLVIMENTO EQUILIBRADO

## PROJECTO DE PESQUISA-ACÇÃO

## PROCESSOS DE DEMOCRATIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EM ANGOLA E NA ÁFRICA AUSTRAL

2.º Quinquénio 2009/2010 - 2014

RELATÓRIO DE PROGRESSO

## ÍNDICE

In Memoriam ..... 3
Apresentação ..... 4

I

3.ª Conferência Internacional: África Austral: Sociedade Civil, Políticas e Estratégias dos Doadores – Angola, África do Sul, Namíbia, Moçambique, República Democrática do Congo e Zimbabwe.
Lançamento de livro e de relatório bilingue
*Bruxelas, Parlamento Europeu, 17 de Novembro de 2009* ..... 7
Pontos focais da 3.ª Conferência Internacional do projecto ..... 8
Publicações
3.º Livro do projecto: "Southern Africa: Civil Society, Politics and Donor Strategies. Angola and its neighbours - South Africa, Zimbabwe, Mozambique, DRC and Namibia" Relatório de progresso (2004-2009) bilingue ..... 29

II

Discussão pública e apresentação do 3.º livro e relatório de actividades na *School of Oriental and African Studies* & *Christian Aid-UK*
*Londres, 21 de Janeiro de 2010* ..... 31
Pontos focais da sessão na *Christian Aid-UK* ..... 32
Pontos focais da sessão na *School of Oriental and African Studies* ..... 35

III

Série de conferências e *workshops* provinciais: Balanço e perspectivas das dinâmicas da sociedade civil Angolana – contributo para o desenvolvimento nacional
*Luanda, 9 de Março 2010, Benguela, 11 de Março 2010, Lubango, 15 de Março 2010, Huambo, 18 de Março 2010.* ..... 40
Pontos focais da conferência de Luanda ..... 41
Pontos focais da conferência de Benguela ..... 51
Pontos focais da conferência do Lubango ..... 56
Pontos focais da conferência do Huambo ..... 57

IV

4.ª Conferência Internacional: O papel da sociedade civil, estratégias dos doadores e actores externos no actual contexto angolano
*Wageningen University*
*Wageningen-Netherlands, 23 de Setembro de 2010* ..... 59
Pontos focais da 4.ª Conferência Internacional do projecto ..... 60

**V**

Programas de Homenagem a Ruy Duarte de Carvalho: Livro, Debates, Exposições, Exibição de Filmes,
*Luanda, 15 a 18 de Fevereiro 2011, Lisboa, 15 Abril 2011* ..... **76**
Evento de Luanda ..... **76**
Evento de Lisboa ..... **77**
Publicações
4.º Livro do projecto: "O que não ficou por dizer…", *Ruy Duarte de Carvalho In Memoriam* ..... **78**

**VI**

Desenvolvimento da linha de pesquisa sobre Sociedade Civil e Erradicação da Pobreza na África Austral, em colaboração com o *Southern Africa Trust* (África do Sul): estudos de caso de Moçambique, Tanzânia, República Democrática do Congo e Angola.
*Maio 2010 – Maio 2011* ..... **82**

**VII**

Conferência Nacional sobre "Desenvolvimento e Erradicação da Pobreza"
Lançamento de livro
*Luanda, 28 de Julho de 2011* ..... **84**
Pontos focais da Conferência Nacional ..... **86**
Publicações
5.º livro do projecto: "Economia Política e Desenvolvimento em Angola" ..... **90**
Discussão pública do livro em Lisboa ..... **91**

**VIII**

5.ª Conferência Internacional: "Erradicação da Pobreza na África Austral: envolvimento das Organizações da Sociedade Civil – Moçambique, República Democrática do Congo, Angola e África do Sul"
Lançamento de Livro
*Centro de Informação Regional das Nações Unidas (UNRIC - Secretariado-Geral das Nações Unidas), Bruxelas, 16-17 Novembro 2011* ..... **93**
Pontos focais da 5.ª Conferência Internacional do projecto ..... **95**
Publicações
6.º Livro do projecto: "Poverty Eradication in Southern Africa: involvement of civil society organizations – Mozambique, Tanzania, Democratic Republic of Congo & Angola" ..... **104**
Lançamento do site do projecto: www.africanarenas.net ..... **106**

**IX**

Colaboração no projecto da SOS Habitat do Fórum Nacional da Habitação
Participação na comissão científica de elaboração dos relatórios
*I Fórum, Luanda 29-31 de Outubro de 2012; II Fórum, Luanda 29-31 de Outubro de 2014* ... **107**

**X**

Colaboração e participação no evento de homenagem póstuma ao Prof. Patrick Chabal
Texto apresentado
*Londres, King's College London, 6 de Junho de 2014* ..... **108**

**ANEXO I**

Homenagem Póstuma: Entrevista de John Marcum em Luanda a convite do projecto para participar na 2.ª Conferência Internacional ..... **111**

**ANEXO II**

Balanço de Dez Anos do Projecto: 2004-2014 ..... **114**

## In Memoriam

Com dez anos de existência, o nosso projecto orgulha-se de contar com a participação de vários renomados intelectuais das mais diversas áreas de actividade a trabalharem sobre Angola e a região Austral e que têm dado o seu valioso contributo ao nosso processo de pesquisa-reflexão-acção nas inúmeras publicações e eventos que temos organizado ao longo do tempo.

Infelizmente, porém, alguns deles partiram mais cedo, privando-nos do seu continuado apoio e participação neste já longo caminho. Esta publicação é-lhes pois dedicada com profundo agradecimento ao seu contributo

Christine Messiant (25/5/1947 – 3/1/2006)
Paulo Teixeira Jorge (1934 – 26/6/2010)
Ruy Duarte de Carvalho (1941 – Agosto 2010)
Cristina Salvador (1947 - 2011)
John Marcum (26/8/1927 – 12/9/2013)
Patrick Chabal (29/4/1951 – 16/1/2014)

## APRESENTAÇÃO

O projecto de Pesquisa-Acção sobre "Processos de Democratização e Desenvolvimento em Angola e na África Austral" iniciou-se em 2004, estimulando a articulação e cooperação entre a academia e as organizações da sociedade civil (OSC) na análise, discussão e acção, sobre as importantes temáticas das chamadas transições. Ao longo da última década tem progredido em vários eventos, incluindo conferências nacionais e internacionais, *workshops*, seminários e publicações, procurando contribuir para enriquecer a pesquisa científica, assim como os processos de reflexão e decisão política nas áreas em debate. Coordenado desde o seu início pelos professores Justino Pinto de Andrade e Nuno Vidal, o projecto tem congregado vários pesquisadores, instituições académicas e OSC ao longo dos anos, na África Austral, Europa e América.

### Áreas de Pesquisa

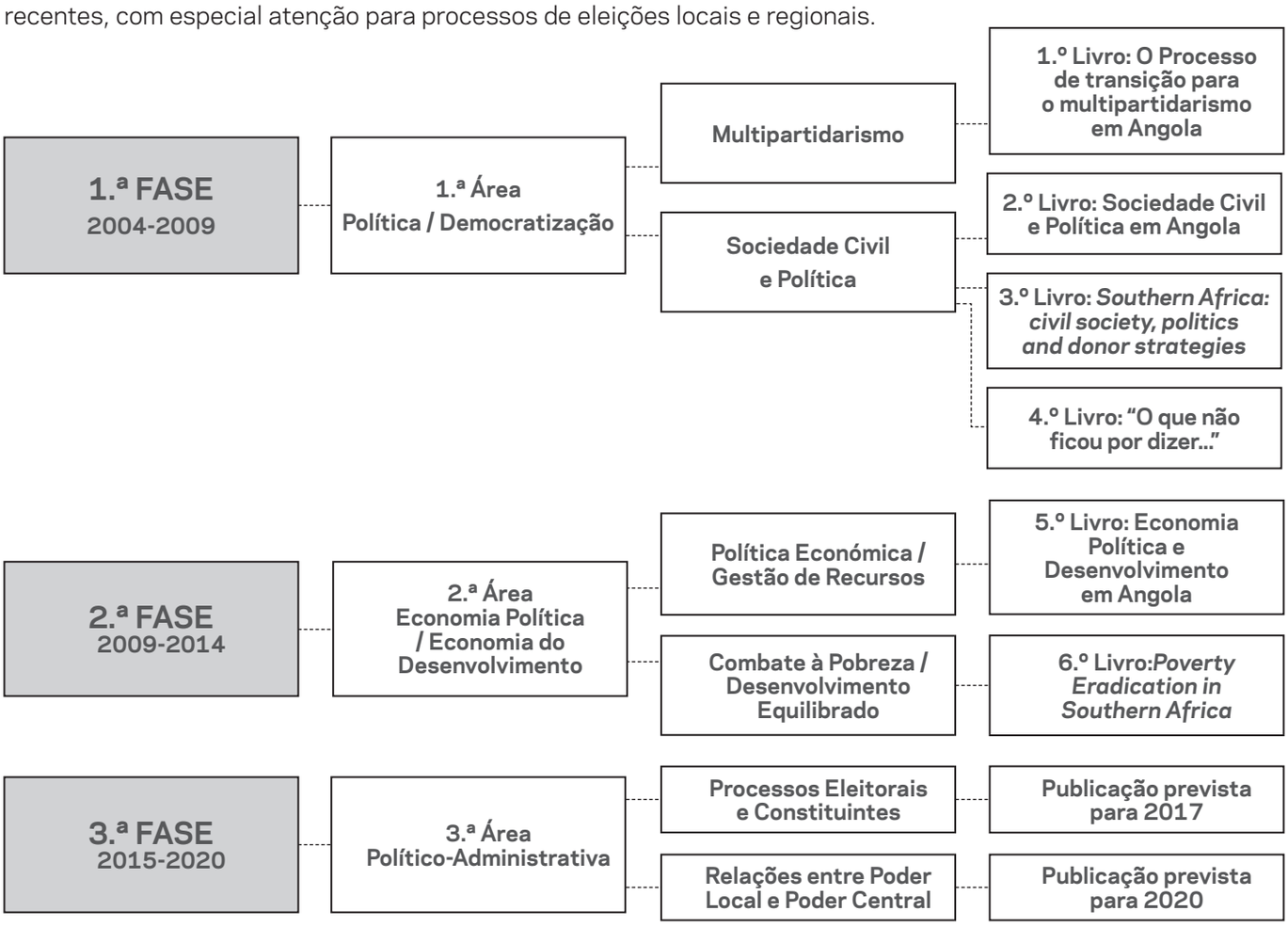
Dentro das duas grandes áreas definidas de pesquisa – democratização e desenvolvimento – o projecto começou em 2004 por explorar a primeira área, considerada central para o período concreto que se vivia em Angola, depois do fim da guerra e no âmbito da discussão acerca das futuras eleições e da nova Constituição.

Na 1.ª área de pesquisa – democratização – estruturaram-se dois programas sequenciais. O primeiro centrou-se no processo de transição para o multipartidarismo em Angola, discutindo os diversos problemas e desafios que se colocavam após o fim da guerra civil em termos de consolidação da paz e criação de condições políticas apropriadas a uma efectiva transição para um sistema multipartidário; este programa decorreu de 2004 a 2007. Na sequência da discussão desenvolvida no primeiro programa, considerou-se importante dar início a um segundo programa dentro da mesma área, para pesquisar e discutir o papel da sociedade civil na construção e consolidação da democracia, destacando o estudo das relações entre sociedade civil e poder político-partidário-governamental; este programa decorreu de 2007 a 2009.

Em 2009/2010, o projecto entrou na sua segunda fase e na sua segunda grande área de pesquisa, referente à economia do desenvolvimento/economia política. Nesta 2.ª área estruturaram-se também dois programas de pesquisa, que foram desenvolvidos em paralelo: o primeiro foi dedicado a questões de análise de políticas económicas nas suas relações com os sistemas políticos, análise da gestão de recursos, investimento e crescimento económico e distribuição de rendimentos; o segundo centrou-se no desenvolvimento, considerado nas suas diversas dimensões, especialmente humana, com preocupações voltadas para o combate à pobreza, equidade sócio-económica e desenvolvimento regional e sectorial equilibrados, como formas de apoiar e sustentar a estabilidade sócio-política. Esta segunda fase estendeu-se até final de 2014 com inúmeros eventos e publicações de que a presente obra dá conta.

Em 2015 o projecto inicia a sua terceira fase, que será dedicada à análise das evoluções recentes dos sistemas políticos em Angola e na região Austral, com dois progra-

mas principais, o primeiro centra-se nos processos eleitorais e constituintes pós-transições, na sua relação com a praxis político-económica e o contexto internacional. O segundo é dedicado às relações entre poder local e central nas suas evoluções mais recentes, com especial atenção para processos de eleições locais e regionais.




## Metodologia, participantes, conferências, publicações e eventos

Tratando-se de um projecto de longo-prazo, não só académico-científico, mas igualmente de activismo e advocacia cívica (pesquisa-acção), a metodologia adoptada neste processo – conferências/debates e publicações – pretende estimular uma alargada discussão em torno dos temas em apreço, congregando não só nem principalmente académicos, mas também membros das OSC e seus activistas, para além de políticos, membros de Igrejas, jornalistas, sindicalistas e vários outros intervenientes, cujo contributo se considere relevante para a discussão.

## Estrutura do Relatório

Em 2009 foi publicado um primeiro relatório que fez o balanço das actividades do projecto durante a sua primeira fase e seu primeiro quinquénio (2004-2009), sendo que o actual

relatório apresenta o balanço da segunda fase e segundo quinquénio (2009/2010-2014), englobando ainda a última conferência de 2009 relacionada com a primeira área de pesquisa que não pode ser incluída no primeiro relatório dado que se realizou já no final de 2009.

Por motivos de limitação do espaço disponível nesta publicação, não foi aqui possível reproduzir na íntegra as intervenções das centenas de participantes nos diversos eventos ao longo dos últimos cinco anos, razão pela qual apresentamos uma súmula dessas intervenções, concedendo mais espaço aos participantes que não tiveram os seus textos publicados nos livros do projecto. Para além dessa súmula de intervenções, apresentamos igualmente um resumo do conteúdo dos diversos livros publicados nos últimos cinco anos.

Este relatório está dividido em dez capítulos, correspondendo cada um deles às principais realizações do projecto ao longo dos últimos cinco anos, abordando os pontos focais de cada evento, sejam conferências, publicações, debates públicos ou outros. Deste modo, o capítulo I aborda a 3.ª conferência internacional do projecto realizada em Novembro de 2009 e a respectiva publicação – o livro "Southern Africa: civil society, politics and donor strategies", assim como o relatório bilingue lançado na mesma altura. O capítulo II apresenta os pontos focais das discussões públicas ocorridas em Londres, na SOAS e na Christian Aid em Janeiro de 2010. O capítulo III sumariza a série de conferências e *workshops* provinciais que decorreram em Luanda, Benguela, Lubango e Huambo em Março de 2010. O capítulo IV compreende a súmula da 4.ª conferência internacional que decorreu na Universidade de Wageningen em Setembro de 2010. O Capítulo V é dedicado aos programas de homenagem póstuma a um dos membros do projecto - Ruy Duarte de Carvalho -, que tiveram lugar em Luanda e em Lisboa em 2011. O capítulo VI aborda a linha de pesquisa desenvolvida em parceria com o *Southern Africa Trust* sobre a erradicação da pobreza na África Austral e os mecanismos de participação e interacção dos diversos actores envolvidos. O capítulo VII é dedicado à conferência nacional sobre erradicação da pobreza, assim como à publicação lançada nesta conferência sobre "Economia política e desenvolvimento em Angola". O capítulo VIII apresenta a súmula da 5.ª conferência internacional que decorreu em Bruxelas, nas Nações Unidas em 16-17 de Novembro de 2011, sobre erradicação da pobreza na África Austral, abordando de igual modo o conteúdo do livro lançado nessa conferência – "Poverty eradication in Southern Africa". O capítulo IX fala da colaboração com a Associação SOS Habitat, apoiando e participando no projecto do Fórum Nacional da Habitação daquela organização (I Fórum em 2012 e II Fórum em 2014), tanto ao nível dos fóruns como dos relatórios elaborados, prestando-se apoio metodológico e cientifico. O capítulo X diz respeito à colaboração e participação no evento de homenagem póstuma ao Prof. Patrick Chabal, membro da comissão científica do nosso projecto, que decorreu em Londres no King's College em Junho de 2014. O relatório termina também com uma homenagem póstuma a um outro membro e participante do projecto, o Prof. John Marcum, publicando-se uma entrevista que concedeu aquando da sua estada em Angola para participar na nossa 2.ª conferência internacional, e que é desconhecida da maioria do público, especialmente fora de Angola:

Nuno Vidal & Justino Pinto de Andrade

# 3.ª Conferência Internacional "África Austral: Sociedade Civil, Políticas e Estratégias dos Doadores

## Angola, África do Sul, Namíbia, Moçambique, República Democrática do Congo e Zimbabwe."

## Lançamento de livro e de relatório bilingue

***Bruxelas, Parlamento Europeu, 17 de Novembro de 2009***

## Programa

### Conferência acolhida pela Euro-Deputada Judith Sargentini

Group of the Greens/European Free Alliance

The Greens | EFA in the European Parliament

| | |
|---|---|
| 8.30h – 9.00h | Registro |
| 9.00h – 9.10h | Sessão de Abertura<br>- Representante do Parlamento Europeu: Judith Sargentini<br>- Representantes da organização da conferência: Justino Pinto de Andrade, Nuno Vidal, Maliana Serrano & Hilde van Dijkhorst |
| 9.10h – 10.30h | 1.º Painel - Angola & Mozambique<br>Facilitador: Justino Pinto de Andrade (Universidade Católica de Angola - UCAN)<br>- Fernando Macedo - Angola (Universidade Lusíada)<br>- Henda Ducados – Angola (FAS – Fundo de Apoio Social)<br>- Raul Chambote – Moçambique (Instituto de Estudos Moçambicanos e Internacionais)<br>- Michel Cahen – Moçambique (CEAN – Bordeaux) |
| 10.30h – 10.40h | Coffee Break |
| 10.40h – 11.45h | 2.º Painel - África do Sul, Namíbia, República Democrática do Congo & Zimbabwe<br>Facilitador: Bob van der Winden (BWsupport)<br>- Dale McKinley – África do Sul (Indaba Social Movements)<br>- Henning Melber – Namíbia (Dag Hammarksjold Foundation)<br>- Leo Zeilig – República Democrática do Congo (University of the Witwatersrand)<br>- Steve Kibble - Zimbabwe (Crisis in Zimbabwe Coalition) |
| 11.45h – 12.45h | 3.º Painel - Comunidades, princípios e práticas da ajuda em Angola.<br>Facilitador: Rosário Advirta (Christian Aid)<br>- Carlos Figueiredo (ADRA Angola)<br>- Nuno Vidal (FEUC/CES)<br>- Maliana Serrano (Wageningen University)<br>- Hilde van Dijkhorst (Wageningen University) |
| 12.45h – 13.25h | Almoço |
| 13.25h-14.40h | 4.º Painel - Estratégias dos doadores e países da África Austral<br>Facilitador: Henning Melber – Namíbia (Dag Hammarksjold Foundation)<br>- David Sogge (Transnational Institute - Amsterdam)<br>- Anacleta Pereira (Angola – independent consultant)<br>- Alfredo Teixeira (UNDP - Angola)<br>- Bob van der Winden (BWsupport) |
| 14.40h – 15.15h | Apresentação de livro e de relatório e discussão pública<br>Livro: "Southern Africa: Civil Society, Politics and Donor Strategies. Angola and its neighbours - South Africa, Zimbabwe, Mozambique, DRC and Namibia".<br>- Nuno Vidal (FEUC/CES)<br>Relatório de Progresso: Projecto de Pesquisa-Acção, Processos de Democratização e Desenvolvimento em Angola / África Austral, 2004/2009, incluindo uma abordagem aos casos da África do Sul, Namíbia, Moçambique, Zâmbia, Zimbabwe e Botswana.<br>- Justino Pinto de Andrade (UCAN) |
| 15.15h-15.30h | Sessão de encerramento<br>- Representante do Parlamento Europeu: Judith Sargentini<br>- Representantes da organização da conferência: Nuno Vidal, Justino Pinto de Andrade, Maliana Serrano & Hilde van Dijkhorst |
| 16.00h-18.00h | Cocktail de encerramento |





## Pontos focais da 3.ª Conferência Internacional - Bruxelas 2009

### Introdução

A conferência, o livro e o relatório tinham como objectivo geral estimular a discussão pública em torno das questões da sociedade civil e do seu potencial para a mudança sócio-político-económica, assim como as estratégias de ajuda dos doadores e o seu impacto sobre a democratização e o desenvolvimento.

Considerando que todo o evento decorreria no Parlamento Europeu, um importante centro de decisão da política dos doadores, decidiu-se que o novo livro e o relatório deveriam ser redigidos em Inglês para alcançar uma audiência mais abrangente e assim aumentar o seu impacto.

A conferência incluiu activistas da sociedade civil, comunidade doadora, organizações governamentais e não-governamentais, académicos, estudantes e vários outros participantes que se registraram para participar (da região da África Austral, EUA, Europa e América Latina). Estiveram também presentes membros da Comissão Europeia, do Parlamento Europeu e do Banco Mundial.

A conferência de Bruxelas estruturou-se em torno de cinco painéis principais, "Angola & Mozambique", "África do Sul, Namíbia, República Democrática do Congo & Zimbabwe", "Comunidades, princípios e práticas da ajuda em Angola", "Estratégias dos doadores e países da África Austral", "Apresentação de Livro e de Relatório". Cada um dos painéis foi debatido de forma participativa pelos prelectores e pela audiência, com tradução simultânea em três línguas – Francês, Inglês e Português.

De modo genérico podemos dizer que das discussões havidas na conferência torna-se claro que as organizações da sociedade civil (OSC) e organizações comunitárias de base (OCB) têm demonstrado uma gradual e crescente eficácia desde o início das transições nos anos noventa, actuando sobre vários assuntos sensíveis do ponto de vista político, social e económico. Não obstante, existem vários e graves constrangimentos ao trabalho destas organizações a nível nacional, regional e internacional, discutidos ao longo da conferência e que podem rapidamente deitar a perder todas as conquistas anteriores.

As estratégias de ajuda ao desenvolvimento por parte dos doadores (como estabelecidas por exemplo na declaração de Paris e na agenda de Accra) escondem vários problemas conforme identificados pelos activistas sociais no terreno, tais como alianças promíscuas com governos e regimes pouco ou nada democráticos que acabam tendo efeitos nocivos para os processos de democratização, assim como para o próprio desenvolvimento salutar das OSC e das OCB.

Tais problemas devem ser denunciados e combatidos através de estratégias participativas e inclusivas dos principais actores envolvidos nas várias arenas públicas a



diferentes níveis – nacional, regional e internacional –, por forma a apoiarem o desenvolvimento, a democracia e o respeito pelos Direitos Humanos.

A conferência, o livro e o relatório foram publicitados e divulgados nos habituais canais de partilha de informação *online* das comunidades interessadas (ONGs, Universidades, fóruns de discussão internacional) e nos media (e.g. BBC Londres e várias agências de notícias internacionais), de acordo com uma campanha de promoção do evento preparada pela organização.

Cerca de 500 cópias do livro e do relatório foram distribuídas gratuitamente entre Novembro de 2009 e Fevereiro de 2010 (antes, durante e depois da conferência no Parlamento Europeu) a várias instituições na Europa e nos EUA, nomeadamente bibliotecas de Universidades, participantes nas conferências, instituições governamentais, estudantes, pesquisadores, instituições da União Europeia e outras organizações internacionais, às quais foi igualmente solicitado que distribuíssem exemplares entre os seus parceiros com interesse nestas questões. Posteriormente, mais 300 exemplares do relatório e do livro foram distribuídos em Luanda e em outras províncias de Angola onde o projecto desenvolveu actividades em 2010 *(cf. infra)*.

## Súmula das intervenções

### 1.º PAINEL: Angola e Moçambique

Judith Green (nota de abertura)

Tenho um passado de trabalho em prol da democracia na África Austral nomeadamente no que respeita à liberdade de expressão e de imprensa no seio de projectos com o NiZA (Nederlands Institute for Southern Africa), participei nos processos de Kimberly sobre comércio de diamantes e transparência e aqui no Parlamento Europeu estou também ligada a questões da África Austral no comité de desenvolvimento.

Estou particularmente interessada nas vossas discussões dado que participarei nas negociações ACP em Angola e depois no Botswana. A UE é o maior doador para assuntos de desenvolvimento, mas não necessariamente o melhor. Existem muitas contradições na nossa actuação, um exemplo é a discussão em torno do comércio justo no mundo, sendo um assunto que toca em muitas das nossas políticas europeias, nomeadamente ao nível da política agrícola comum.

Recentemente, tivemos um debate sobre coerência nas políticas de desenvolvimento da União Europeia e percebemos que os debates mais importantes ocorriam fora do Parlamento e tal facto não nos satisfaz. Espero que a presente conferência seja um exemplo da inversão dessa tendência, trazendo para dentro do Parlamento as discussões interessantes e úteis.




### Justino Pinto de Andrade

O nosso projecto tem estado neste processo de pesquisa-acção desde 2004 e a intenção inicial foi a de abordarmos Angola numa perspectiva política que depois ligámos às questões da sociedade civil e posteriormente alargámos a abordagem ao resto da África Austral.

Esta nossa presença no Parlamento Europeu é um passo importante no nosso projecto, fizemos várias publicações e várias conferências nas quais muitos de vós estiveram presentes e pretendemos prosseguir na nossa senda de discussão, pesquisa-acção nos próximos anos.




### Fernando Macedo

De acordo com a Constituição de Angola, a actividade das OSC é permitida, inclusive nas suas actividades políticas, contudo o governo e o partido no poder têm constantemente defendido que as OSC não podem ter uma posição política e que Direitos Humanos são uma questão política; sustentam também que as OSC devem ser uma espécie de braço auxiliar das políticas sociais do governo.

Em Luanda as OSC têm mais liberdade de actuação do que nas províncias onde a actuação é muito controlada e restrita; em Luanda verificamos grande dinamismo, mas nos outros pontos do país existem grandes constrangimentos, embora com muita coragem de vários activistas.

O governo começou por criar OSC pró-governamentais sem autonomia e de apoio ao governo, mas obviamente que não são credíveis. Actualmente o governo procura estimular OSC amigáveis, transmissoras das posições do governo, financiando e seduzindo financeiramente as amigáveis e discriminando as restantes.

Infelizmente o Estado continua a controlar a economia e os recursos, sendo igualmente o principal empregador, conseguindo por essas vias distorcer a actuação das OSC; precisamos de fundos para implementar projectos e essa necessidade limita-nos a actuação. Os doadores externos têm de perceber que é preciso apoiar as OSC especialmente ao nível local, nas províncias. Organizações pequenas fora de Luanda necessitam de ser apoiadas. Necessitamos igualmente da profissionalização das OSC.

Defendo a diversidade de financiamentos e investimentos nas OSC e o combate a estruturas representativas das OSC ou daqueles que se querem afirmar como representantes e líderes da SC.

A ideia mais perigosa actualmente é a que está no seio de algumas OSC e que sustenta que a Sociedade Civil deve ter uma estrutura representativa; isso em meu entender vai contra a natureza do próprio conceito de OSC, acabando por diluir a diversidade e aumentar o risco de homogeneização a favor das OSC amigáveis do governo.

A sociedade civil tem um papel importante porque e quando emana das comunidades e da população em geral e quando aborda questões políticas.




### Henda Ducados

Utilizo o exemplo do Fundo de Apoio Social (FAS) para exemplificar os problemas com que nos debatemos na área do desenvolvimento; o FAS é um programa do governo criado em 1994 como instrumento de alívio da pobreza, intervém nos sectores da educação água e saneamento, com actuação nas 18 províncias.

Verificamos que de acordo com a nossa experiência sempre que o projecto é *donnor driven* é difícil de gerir, sendo portanto importante dar cada vez mais espaço às comunidades na definição da agenda do desenvolvimento.




Constatamos igualmente que, em termos gerais, nas diferentes províncias e comunidades do país onde trabalhamos, existe uma grave e preocupante falta de mecanismos de estimulo à participação das mulheres.

Temos vindo a tentar alterar este quadro nos nossos projectos, procurando estimular a participação das mulheres. Contudo, verificamos que por vezes o próprio direito costumeiro é impeditivo da participação da mulher nas actividades de decisão da vida da comunidade. Este aspecto é por vezes esquecido quando se pretende apresentar o direito costumeiro apenas nos seus aspectos positivos.

Outro ponto importante na nossa actuação reside no estímulo aos Conselhos de Auscultação e Concertação Social (CACS), contudo temos registado que os CACS têm uma eficácia e funcionamento muito díspares de província para província; em muitas províncias funciona e em muitíssimas outras não funciona. O problema parece ser a falta de legislação e vontade política para a sua concretização.

### Raul Chambote

A Sociedade Civil em Moçambique, como em muitos países da África sub-sahariana, é recente. Em Moçambique recuamos à Constituição de 1990 para encontrar a consagração da SC. Não quer dizer que não existisse anteriormente a 1990, mas era mais no enquadramento das organizações de massas do partido único e não no sentido liberal.

Em parte, o facto de as OSC serem relativamente recentes explica a sua pouca capacidade de monitorização de políticas públicas, sendo igualmente débeis em termos de transparência e democracia interna, características que as tornam num alvo fácil para a manipulação e cooptação pelo poder político.

A cultura totalitária do partido no poder (o mesmo se passando em tantos outros países da África sub-sahariana) leva-o a esta tentação para a ingerência e manipulação da sociedade civil.




Moçambique vive bipolarizada politicamente e isso é uma condicionante ao desenvolivmento da SC.

Michel Cahen

Todas as eleições havidas em Moçambique desde a transição mostram a manutenção da confusão entre Estado, governo e Partido, verificando-se em todas as campanhas eleitorais um aproveitamento do trabalho e dos recursos do governo e do aparelho de Estado em favor do Partido.

Em 2001, com Chissano Presidente e Armando Guebuza 1.º Secretário-Geral da FRELIMO, pela 1.ª vez em Moçambique o Estado tornou-se mais importante que o partido.

Os processos eleitorais em Moçambique após a transição mostram a tentativa da FRELIMO de se apossar do Estado, mantendo o Partido-Estado agora num enquadramento de multipartidarismo.

A grande abstenção nas eleições Moçambicanas demonstra que a descrença na FRELIMO não se consubstancia no apoio aos partidos da oposição ou a alternativas de governação.

Existe uma fraqueza das OSC, sobretudo a falta de representatividade dessas organizações, especialmente em momentos eleitorais, com a sua falta de presença para se fazer ouvir.

Verifica-se uma manipulação do papel das ONGs, colocam-se-lhes constrangimentos e tenta-se manipular a sua acção, especialmente por via das ONGs apropriadas pelo partido-governo.

**Perguntas/Comentários**

**Pergunta da audiência:**
O que o Fernando Macedo quis dizer com profissionalizaçao das OSC?

**Fernando Macedo:**
As pessoas na SC têm de sobreviver e isso requer alguma estabilidade nos contratos de trabalho e não se pode estar sujeito ao contrato que termina constantemente e deixa as pessoas sem salário. Não sei se poderemos ter outra solução, mas precisamos de ter alguma estabilidade. Existe corrupção na SC, mas não é por isso que devemos cortar o financiamento à SC.

**Luiz Araújo:**
Concordo com o que disse o Fernando Macedo, mas o que ele refere passa-se num espaço que é um *apartheid* social, em que há duas sociedades. De um lado temos uma elite do poder e seus afins que enriquece e que anula o Estado de Direito consagrado na lei; que abusa, viola os direitos da grande maioria da população e usa armas e símbolos do Estado contra essa população, inclusive com total impunidade e com cumplicidade da comunidade internacional. Isto passa-se em Angola e o que foi relatado pelo Michel Cahen e o Raul Chambote também se poderia aplicar a Angola. Em Angola passa-se um desenvolvimento de um *apartheid* social numa situação de endo-colonialismo.

**Paul Staulton:**
Qual o papel das Igrejas na sua acção com a sociedade civil?

**Fernando Macedo:**
O papel das Igrejas é importante, todas têm um papel a desempenhar, mas desde antes das eleições que vemos muitos líderes de Igrejas a serem cooptados pelo governo e o partido no governo. As Igrejas têm tido um papel nas políticas sociais, mas têm de ser sérias e tentar manter a sua isenção política e a sua honestidade. Precisamos de encontrar mecanismos de manter a sociedade civil e as igrejas livres da cooptação político-partidária.

**Pergunta da audiência:**
Ao Fernando Macedo pergunto se não será necessário uma maior articulação da sociedade civil para ter os seus representantes e negociar com o governo de forma mais forte?

**Fernando Macedo:**
Na minha opinião, não ter um centro representativo da SC é uma forma de manter a SC na sua essência. Não conheço nenhuma sociedade civil numa democracia consolidada que tenha um centro ou órgão representativo. A diversidade na SC é importante para o desenvolvimento político e económico. Se concordarmos com este princípio então temos um trabalho a fazer, alterando a forma como a comunidade doadora se vem dirigindo à SC em África; na forma como doadores e comunidade internacional abordam as OSC e suas lideranças. Devem perder mais tempo a identificar lideranças e organizações sérias e não irem de vez em quando lá e tomarem decisões sobre quem financiam com base em outros critérios que não a seriedade e a competência. O que temos agora é uma má abordagem dos doadores à selecção de OSC para financiar; a minha oposição é mais metodológica que substancial.

**Fernando de Moraes (OIKOS-Angola):**
Sabendo do papel da educação e das Universidades enquanto promotores da mudança em tantas sociedades, deixaria aqui duas questões para os angolanos presentes: qual o papel da Universidade e da educação em Angola para quebrar a intervenção do Estado em tudo? Consideram a Universidade em Angola uma instituição mais política do que académica?

**Justino Pinto de Andrade:**
Sou professor há 30 anos e até há pouco tempo a Universidade do Estado era a Universidade que o Estado queria que houvesse; era dirigida quase que directamente pelo partido, indicando directores e reitores. Agora temos um pouco mais de abertura, mas o processso de autorização de abertura de novas Universidades passa pelo crivo do poder. A Universidade Católica está ligada à Igreja e tem um grau de liberdade relativamente maior que as outras privadas, que de forma genérica são uma emanação do partido do poder. Se analisarmos o quadro societário das Universidades privadas encontramos inúmeras pessoas ligadas ao poder. Penso que a Universidade Católica tem proporcionado uma abertura que não existe nas outras, em termos de debate e pensamento que não existe nas Universidades do Estado. A Universidade Estatal serve ainda e sobretudo para criar *apparatchiks* e não tenhamos duvidas que a Universidade pública é o espelho do poder e as privadas são igualmente uma emanação do poder, licenciadas e autorizadas porque têm proprietários ligados ao topo do poder. Em termos gerais, em Angola não podemos falar de uma Universidade dinâmica e clássica na formação de uma sociedade mais livre.





**Fernando Macedo:**
O que se passa na Universidade em Angola é um sintoma de uma estratégia de destruição das condições de efectiva democratização, destruição da esfera pública enquanto espaço de debate. Se prestar atenção à realidade Angolana verá facilmente que o regime angolano controla o Estado e os *media* e criou recentemente meios privados de comunicação social em que a estratégia é dicotomizar a sociedade de nós contra eles, o MPLA sendo a nação, o melhor de Angola e quem não está connosco está contra nós. Não se consegue discutir o *status quo* de maneira positiva. Destroem de uma maneira constante e diária todo o espaço de verdadeiro debate acerca das políticas públicas e outras questões importantes, isto é um problema grave da esfera pública. Se não temos esfera pública não temos o contributo da opinião pública informada, temos os bons contra os maus e isto impede o salutar desenvolvimento político, económico e social.

**Justino Pinto de Andrade:**
Os participantes de Angola que estão aqui presentes nesta conferência vêm de uma parte da sociedade civil e devo dizer que o Luiz Araújo é um activista extremamente dinâmico da nossa SC na defesa dos cidadãos pelo acesso à habitação condigna, tendo protagonizado e arriscado a sua vida para garantir que o Estado respeita o direito dos cidadãos no acesso à habitação. O Fernando Macedo introduziu uma outra dinâmica na SC quando criou uma organização para defesa dos direitos de quem não tinha direitos e a quem estava praticamente vedado o acesso à justiça. Temos pois aqui pessoas que espelham a nossa dinâmica da SC, mas à custa do risco que todos corremos face à intolerância do poder que se perpetua em Angola.

## 2.º PAINEL - África do Sul, Namíbia, República Democrática do Congo & Zimbabwe

Dale McKinley

Na África do Sul, o conceito transformativo do poder da SC pós-1994 foi a sua esterilização, passando a ser uma extensão do Estado e do Partido no poder. O ANC não quis concorrência da SC e tentou controlar sobretudo as grandes OSC. Quanto mais pequenas, múltiplas e baseadas nas comunidades, mais difíceis são de controlar. Neste sentido, o governo e o partido têm feito de tudo para controlar estes movimentos.

Nos últimos catorze anos as pessoas têm estado a defender os direitos consagrados na Constituição de 1994 e não a tentar conquistar mais direitos. Não temos desde então uma SC na ofensiva, está a defender-se dos ataques aos direitos consagrados. A SANCO *(South Africa Nacional Civic Organization)*, COSATO (Confederação Sindical) e PCAS (Partido Comunista) têm estado a ser diluídos nas estruturas do ANC.

Existem muitas organizações nacionais e muitos doadores na África do Sul, mas em termos de conteúdo a sua existência não tem sido analisada. A maioria dos doadores não quer financiar OSC que não participem no processo de institucionalização. As OSC mais politicamente conscientes e activas, baseadas nas massas, são vistas como incontroláveis e autónomas, sendo apelidadas de radicais. O poder quer OSC previsíveis; as independentes são chamadas de contra-revolucionárias, ultra-esquerda e outras designações pejorativas para lhes retirarem legitimidade.



A ascensão de Jacob Zuma viu um aumento desta inclusão dos grupos como o Partido Comunista, COSATO e SANCO.

O Estado desenvolvimentista é o aparato progressivo que dá cobertura ideológica a este processo, não tendo relação com conteúdos democráticos. As OSC mais democráticas ou mais próximas da realidade das populações pobres têm cada vez menos recursos.

Existe um neo-fascismo que está a reduzir as conquistas da SC, sob disfarce do Estado desenvolvimentista. Precisamos de uma alteração de paradigma e do modelo sistémico.

Henning Melber:

Tivemos um processo de descolonização negociada na Namíbia, Zimbabwe e África do Sul, procurando manter os negócios como antes. Na Namíbia só a SWAPO foi reconhecida como movimento de oposição e isso acabou por ser um factor anti-democrático, porque a legitimidade política ficou apenas num único partido, uma espécie de fim da história. A SWAPO ficou como o único representante do povo e como tal o partido ficou o Estado e a Nação e isso foi tóxico para o desenvolvimento de uma SC autónoma e para o processo democrático. Nós lutámos por muito mais.

A ONU acompanhou o processo até às eleições e depois simplesmente foi-se embora, considerando o processo de democratização finalizado e isso também foi tóxico para uma sociedade civil autónoma, ficámos sem apoio.

Este processo acabou por cooptar uma nova elite nas estruturas existentes e as suas mentes reproduziram as mesmas mentes autoritárias dos mestres coloniais e "a luta continua" acabou por se transformar no "luto continua".

A SWAPO ganhou um carácter autoritário, decretando que outras forças políticas não poderiam entrar nos espaços de domínio tradicional da SWAPO.

Nas segundas eleições tivemos alguns observadores da SC, pagos por financiamentos externos, e isso foi positivo apesar de serem financiamentos exclusivos de fora, mas a SWAPO continuou a considerar-se o povo e o povo a SWAPO, deligitimando as outras forças políticas e mantendo refém o processo de democratização.

Leo Zeilig:

Paradoxo na história recente da República Democratica do Congo (RDC): a partir de 1990 existiu um massivo movimento da sociedade civil pró-democracia que agitou o país, sendo a 1.ª vez que o poder e a ditadura de Mobuto foram desafiados, mas em 1997 o movimento pró-democracia é derrotado e vê chegar Kabila ao poder. Foi através da derrota da sociedade civil que Kabila chegou ao poder.

Na luta contra Mobutu estiveram 3 grupos principais da SC – estudantes, sindicatos





da função pública e Igrejas –, este movimento espalhou-se pelo Congo até ao Leste.

O regime de Mobutu conseguiu manter a oposição dividida, assim como a SC e isto abriu caminho ao avanço de Kabila que até aí nada havia feito pelo processo de democratização e que de repente aparece como o libertador, num contexto de fracasso de transição da SC e da oposição. A desmobilização e os fracassos da SC comprometeram a transição democrática e permitiram a chegada de Kabila ao poder.

Os países como o Malawi, Zâmbia, Senegal e África do Sul, que conseguiram transformações por via da SC, estão no polo oposto do fracasso de outros países como o Zimbabwe, a Swazilandia, os Camarões e a RDC. Na base destes fracassos está a falta de organização política das OSC e aqui poderá estar a chave do sucesso do papel da SC em prol de processos de democratização.

Steve Kibble:

Existem muitas semelhanças do caso do Zimbabwe com o autoritarismo e neo-liberalismo caracterizado para os outros casos aqui apresentados. Temos igualmente uma SC dividida, amedrontada, com relações ambíguas com os doadores, vítima de repressão governamental e cooptação nas redes de clientelismo.

A SC emerge do mesmo ninho que o MDC e os sindicatos.

A exigência por democratização encontra muitos obstáculos. Preocupamo-nos em criar a Constituição perfeita e actividades mais imediatas e urgentes são deixadas em segundo plano, como o combate à violência e a necessidade de criar zonas seguras de actuação.

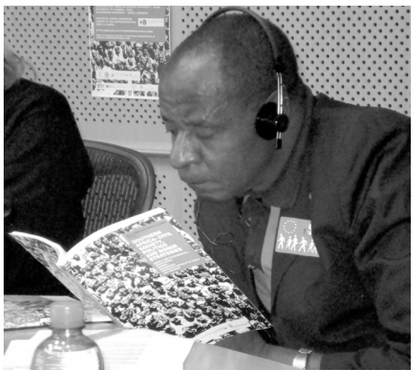
O movimento sindical deu lugar ao MDC, mas numa situação de colapso da economia os sindicatos perderam muita capacidade de intervenção. O movimento está muito desconfiado das OSC, das Igrejas e do MDC e isto acaba por prejudicar a intervenção conjunta.

Num país muito religioso é mais fácil falar em reconciliação do que atacar os problemas; as Igrejas também estão divididas e evitam confrontar o poder.

A SC tem dificuldade em captar o apoio internacional devido a uma argumentação anti-imperialista que subsiste.

Actualmente, temos um governo supostamente inclusivo, resultado de um acordo onde o MDC foi convidado a integrar um papel de segunda linha; não existe oposição no parlamento, o MDC integrou-se no sistema.

A economia de colapso está supostamente a estabilizar, mas nas áreas rurais as populações estão numa situação muito pior. Como a SC se relaciona com o mundo rural pobre? A SC é essencialmente urbana e tem dificuldades de se relacionar com o mundo rural, assim como os doadores.



A ZANU PF tem uma estratégia de caos organizado para manter o poder. O que pode a SC fazer? tem estratégias? Penso que não, é demasiado *donnor driven* e falta trabalho com os pobres e marginalizados. A reforma eleitoral e a discussão sobre a Constituição poderão ser uma força de mobilização da SC que não segue pela via da confrontação, mas precisa de procurar apoio nas áreas rurais.

O Zimbabwe apresenta as mesmas características de países como Moçambique, África do Sul, DRC, Angola e Namíbia, a independência representou uma espécie de fim da história na cabeça dos partidos vitoriosos.

## 3.º PAINEL - Comunidades, princípios e práticas da ajuda em Angola

Carlos Figueiredo:

Existe necessidade de uma coordenação das OSC em Angola para agirem de forma mais eficaz.

Apresenta-se a realidade de Angola de forma simplificada e isto empobrece a procura de soluções. O que vou dizer é positivo e é importante. A troca de informação hoje é intensa entre OSC e realizámos nos últimos anos Conferências da SC e hoje mesmo está em Angola a começar a III e foi preparada a nível municipal e provincial com muitos grupos comunitários. Estas conferências têm permitido diálogo entre académicos, activistas, líderes religiosos e representantes do governo central e local, havendo um nível de diálogo na SC que não tem precedentes.

Para além disto, têm existido conferências temáticas sobre diversas áreas organizadas por diversas OSC não relacionadas com o poder. Nestes encontros temos criado espaços de discussão, articulação e troca de informação que são únicos em Angola e isto contrapõe o discurso do poder, temos um contra-discurso para dialogar com o poder. Que papéis têm tido os doadores? Têm tido um papel de não impor uma agenda nestes processos de conferências da SC. É importante serem as OSC a assumirem  a agenda e a procurarem os seus recursos. Não devemos colocar o ônus nos doadores, eles têm a sua agenda e cabe às OSC procurarem os seus aliados de acordo com os seus objectivos.

A vitória do MPLA nas eleições de 2008 com 82% retirou à sociedade a possibilidade de discussão, é importante uma voz articulada da SC para defender o espaço que o MPLA lhe está a retirar. Isto passou-se com a nova Constituição e com outro tipo de legislação. Também a concentração de poder político e económico nas mãos de poucos dá-lhes muito poder de sedução e coação.

A SC enferma também de falta de cultura democrática; desenvolvemos lógicas autocráticas de líderes fortes que perpetuam uma cultura do poder central, que fala de democracia, mas pouco a pratica. O desafio é lutarmos pela confiança da sociedade, temos um deficit de confiança dos cidadãos e isto limita a nossa capacidade de bus-



carmos recursos. Temos de ir buscar os recursos à nossa própria sociedade e não tanto aos doadores. Temos de ter mais capacidade de monitorar e controlar os doadores, temos de tentar influenciar a agenda dos doadores.

Por fim, a questão da representatividade e das estruturas representativas. Não defendo novas estruturas representativas, existem já organizações que assim tentaram, como por exemplo o FONGA (Fórum das ONG Angolanas) que não realiza nenhuma assembleia há quatro anos. Também a UNACA (União Nacional das Associações de Camponeses) tem representantes, mas eleitos em processos pouco democráticos. É preciso conquistar essas estruturas com pessoas com mandatos democráticos que conquistem um espaço de negociação sério.

Nuno Vidal

As estratégias de reforço institucional do Estado ganharam um crescente número de adeptos nas organizações internacionais e nos principais doadores ao longo da década de 2000, objectivados em vários documentos de referência para as estratégias da ajuda, como sejam a *Declaration on Harmonisation* adoptada em Roma (Fevereiro 2003), a *Marrakech Roundtable on Managing for Development Results* (Fevereiro 2004), a declaração de Paris sobre harmonização e eficácia da ajuda (2005) e a Agenda de Acção de Accra (2008).

O Estado reassumiu a sua predominância nas estratégias doadoras, sendo que à sociedade civil ficou reservado o papel de complementar e coadjuvar o governo/Estado no exercício das suas funções, independentemente dos maiores ou menores "pecados" anti-democráticos dos muitos regimes autoritários.

Este reposicionamento estratégico substituiu o conceito de sociedade civil pelo conceito de Actores Não Estatais, que assim passam a englobar as tradicionais OSC, Igrejas, sindicatos e o sector privado (na chamada responsabilidade social das empresas); todos incluídos numa grande estratégia de parceria dos Actores Não Estatais com o Estado para o desenvolvimento, o chamado "engajamento construtivo".

Esta diluição das OSC numa tão abrangente categoria de Actores Não Estatais parceiros do Estado e a posterior tendência que se vem verificando na África Austral de criar mega-estruturas representativas das OSC, significa completar o processo de esvaziamento do conteúdo político confrontacional de algumas OSC em relação à governação. Cada vez mais as OSC ficam pressionadas a reduzir a sua acção ao campo técnico de ajuda a problemas sociais das comunidades, numa perspectiva isolada, micro e fragmentada.

Este reposicionamento das estratégias da ajuda acabou igualmente por ceder às críticas de governos autoritários Africanos em relação à necessidade de despolitizar a sociedade civil.

Em Angola, o Programa de Apoio aos Actores Não Estatais (PAANE) que está a ser im-



plementado, mais não é do que a implementação desta estratégia, em que os fundos disponibilizados pela UE ficam dependentes da aprovação conjunta da delegação da comissão e do ministério do planeamento, aparecendo como o parceiro que tem a última palavra. O próprio financiamento dado aos chamados actores da sociedade civil já incorpora, nos contratos firmados, vários condicionalismos políticos (ex. contrato com a associação OMUNGA, projecto n.º 005/2008) ameaçando suspender o financiamento a qualquer altura se os debates se tornarem incómodos.

O resultado que para já se pode observar da chamada estratégia de reforço da capacidade institucional do Estado e da parceria alargada entre Actores Não Estatais e o Estado é o de estabilização e reforço do funcionamento controlado do patrimonialismo moderno, tornando-o mais funcional e eficaz do ponto de vista dos seus principais gestores e beneficiários. Por um lado, reforça-se o poder de controlo da apropriação e da distribuição de benefícios consoante as necessidades de gestão e manutenção do *status quo*, por outro lado, assiste-se ao relativo enfraquecimento das poucas vozes que vinham tendo um papel político crítico no seio da sociedade civil, que exigiam e pressionavam por políticas públicas para os mais pobres, que questionavam e se opunham aos atropelos aos direitos humanos, que denunciavam casos de corrupção e apropriação dos recursos públicos.

No fim, assistimos a um fenómeno de institucionalização internacional do patrimonialismo moderno, ajudando a camuflar e a tornar mais eficaz o sistema verdadeiramente existente e constituindo um obstáculo a uma efectiva democratização.

Hilde Van Dijkhorst & Maliana Serrano

Em Angola as instituições do Estado e os serviços básicos sofreram com desinvestimento pelo governo pós-colonial e como resultado do deslocamento de populações, especialmente depois do re-início da guerra civil em 1992.

No início do conflito as intervenções humanitárias estavam limitadas a poucas organizações internacionais, Igrejas locais e ajuda recebida no contexto das alianças na Guerra-Fria. Isto ajudou a manter um certo nível de serviços à população, mas não existia apoio a mecanismos informais como as redes familiares, através das quais a maioria das pessoas sobrevivia aos deslocamentos.

A rápida extensão da ajuda humanitária coincidiu com o surgimento da sociedade civil e favoreceu os esforços de alguns actores em trabalharem com perspectivas de desenvolvimento e não apenas de ajuda, mas permaneceu pouco preocupada em compreender as instituições informais e sequer as formais/institucionais. Por um lado, substituíram o Estado no fornecimento de serviços, contribuindo para a quebra de relação entre Estado e sociedade. Por outro lado, distribuíam cegamente ajuda através de instituições informais como autoridades tradicionais sem compreender as suas lógicas de funcionamento interno e as transformações provocadas ao nível das relações de poder e as implicações para as comunidades beneficiárias.






Desta abordagem conclui-se que a acção humanitária contribuiu para a deterioração das instituições locais. Ao invés de fortalecer instituições, a ajuda institucionalizou fraquezas.

Na fase de transição as intervenções procuraram emendar a mão e fortalecer a capacidade institucional ao nível local, das comunidades e do Estado. Contudo, a rápida retirada de Angola de grande número de instituições doadoras depois do fim da guerra, por considerarem o país como já não necessitando de ajuda humanitária, deixou os projectos suspensos e descontinuados.

A falta de coordenação entre agências doadoras-chave e outros actores envolvidos compromete ainda mais a continuidade de tais processos e sobretudo a sua *accountability* que deveria ser um princípio crucial no Código de Conduta humanitário.

**Perguntas/Comentários (referentes aos dois últimos painéis)**

**Alfredo Teixeira:**
A respeito do papel dos doadores temos de perceber o contexto em que os doadores actuam; o contexto formata e condiciona a sua actuação. A assistência oficial ao desenvolvimento em Angola representa menos de 1% do orçamento do Estado, quando em Moçambique representa 27% e na RDC mais de 28%; isto condiciona o peso dos doadores, representa uma diferença da força de pressão dos doadores e é bom termos isto em mente. Como ouvimos aqui em algumas apresentações a respeito de diversos países, as OSC também enfrentam muitos problemas de cariz interno. Muitas são *one-man show*, têm fraca capacidade técnica, debilidades financeiras, falta de autonomia em relação aos doadores, falta de transparência e democracia interna, etc., portanto as questões da legitimidade e da representatividade colocam-se também ao nível das OSC.

**Dale Mckinley:**
Existem diferentes papéis para as OSC, podem assumir papéis representativos e não representativos. Podem existir OSC de prestação de serviços e OSC de activismo político-social, é uma distinção operativa importante. Esta foi uma discussão que foi muito desenvolvida na África do Sul na década de oitenta.

**Carlos Figueiredo:**
Complemento o Alfredo Teixeira, dizendo que a importância das empresas petrolíferas como doadores para actividades socias (a Responsabilidade Social das Empresas) é da mesma grandeza que os fundos de ajuda ao desenvolvimento e não podemos esperar dos doadores aquilo que não podem dar e muitas dessas coisas são da responsabilidade da sociedade fazer e não dos doadores.
A respeito da discussão "OSC prestadoras de serviços versus OSC de advocacia", penso que são abordagens necessárias e que devem ser complementares. Quem desenvolve trabalho no terreno na prestação de serviços por vezes ganha legitimidade, experiência e reconhecimento, que lhe permite influência política que outros não têm. Infelizmente entre nós existe a tendência de as OSC que defendem apenas uma perspectiva estigmatizarem quem tem uma abordagem diferente. Os defensores da prestação de serviços tentam ter uma relação mais próxima com o governo e têm tendência a dizer que os que fazem advocacia são radicais e extremistas, por outro lado, os que estão na advocacia têm tendência a dizer que os que prestam serviços são cúmplices do regime e promovem a ditadura. Este tipo de posturas empobrece a eficácia das OSC Angolanas.



Complementando a Maliana e a Hilde, devo dizer que houve várias OSC durante o período de emergência que fizeram um trabalho de emergência com perspectiva de longo prazo (ACCORD e ADRA) e com distribuição de alimentos e de instrumentos de trabalho visavam criar sentimento de apropriação e organização local com responsabilização. Muitas dessas Organizações Comunitárias de Base hoje existentes e com força a nível local vêm desse período. Foi o apoio de emergência que semeou estruturas com peso na defesa de interesses das comunidades. Existe um contínuo que devemos valorizar.

**Maliana Serrano:**
Sim é verdade o que diz o Carlos Figueiredo, por ex. a ADRA nos Gambos no início dos anos noventa, mas o nosso argumento é o de que essas iniciativas se perderam numa resposta essencialmente de emergência, que regra geral não teve abertura para outras iniciativas. Pelo nosso estudo, consideramos que existem tentativas e esforços das OSC de criarem empoderamento das comunidades, mas o problema é que criam expectativas que não cumprem, criam espaços de discussão e participação que depois não têm resposta nem sequência.

**Hilde van Dijkhorst:**
Sim, o processo de empoderamento encontra eco em algumas ONGs, mas essencialmente no curto-prazo. O empoderamento precisa de tempo (e.g. a abordagem de género); consultamos as mulheres, mas depois não existe sequência estruturada porque o financiamento não cobre o empoderamento a longo-prazo.

**Fernando Macedo:**
Percebi que de certa forma estamos a misturar várias questões. Em relação à política falamos da SC dentro do contexto de desenvolvimento democrático, económico e social, mas em Angola temos um regime que sofisticou estratégias de limitar o desenvolvimento democrático e quer dar poder a uma nova burguesia, misturando a elite política com a económica. Temos de abordar estas técnicas do regime para enfraquecer e destruir a SC. Existem muitas formas de desenvolver, mas em democracia os métodos e procedimentos são completamente diferentes de um regime ditatorial. O que temos em Angola é um regime que destrói as precondições de mais desenvolvimento democrático. Não existe esfera pública porque evitam a "prestação de contas"; desenvolvem políticas com a SC que os apoia e nada mais. A SC é suposto ser autónoma em relação ao Estado e partidos políticos, podemos cooperar mas existe uma linha de sanidade entre SC e Estado.
Não me preocupa *one-man show*. Criticamos indivíduos na SC e organizações, mas esquecemos o papel dos ditadores e corruptos no poder. Não existem santos na SC, mas o desenvolvimento democrático exige algumas pré-condições e uma delas é a esfera pública onde as pessoas têm a mesma oportunidade de expressar opiniões. É esse espaço que nos falta na Namíbia, em Moçambique, em Angola etc. Temos, como aqui foi dito, realidades que continuam a ser caracterizadas pelo partido que quer assumir ser a nação e o melhor da sociedade. Não existe espaço público e de contraditório; temos um grupo que se julga iluminado como disse o Michel Cahen, que julga saber tudo e tudo faz segundo a sua vontade; consideram-se uma espécie de deuses, os monopolistas da legitimidade política e que mantêem refém a democracia.

**Fernando de Moraes:**
Devo obstar que a advocacia pode ser feita tanto por organizações de advocacia como por organizações prestadoras de serviços, a diferença não está na advocacia mas na natureza da organização que pode ser uma empresa cooperativa que não representa sócios, ou uma organização representativa dos seus membros (e.g. as mulheres, trabalhadores, jovens). Gostaria de saber se os Angolanos podem fornecer exemplos de concertação entre Estado e OSC a nível local ou nacional que ultrapassam o nível de consulta da sociedade civil e chegam ao nível da influência efectiva das políticas públicas ou de programas de desenvolvimento social? Para mim esse é um grande desafio, de ultrapassar a consulta para chegar a influenciar as políticas públicas, ainda que seja a nível local ou sectorial.



**Luiz Araújo:**

A respeito da discussão sobre as OSC que fazem prestação de serviços e as que fazem activismo, para mim não existe diferença. Quem apenas presta serviços sem defender direitos não faz desenvolvimento, senão os Chilenos estavam bem com o Pinochet que fazia algum desenvolvimento e Angola estava bem com Portugal, que no fim do Salazarismo até em Angola fazia algum desenvolvimento económico. Para mim, desenvolvimento é integral. Não concebo organizações que apenas se preocupam com melhor água, melhor saneamento, melhor acesso à luz etc., mas que depois não agem contra as verdadeiras causas que estão por trás desses problemas e dessas dificuldades no acesso a esses serviços, devido aos desvios que se fazem dos recursos públicos que deveriam ser investidos nesses serviços. Essas organizações são submissas ao poder do regime em vigor e não agem contra quem viola os direitos das pessoas. Para mim, o desenvolvimento é integral. As OSC que são meras prestadoras de serviços em regimes ditatoriais e que se opõem a quem contesta o regime são servidoras desses poderes ditatoriais e são deles cúmplices. É esse tipo de OSC que os poderes ditatoriais precisam, até para demonstrarem que existe "boa" sociedade civil a trabalhar e que o regime até permite o trabalho das OSC; em Angola chamo essas OSC de Recauchuteiros da Ditadura.

Voltando à questão das estruturas representativas das OSC e à Conferência Nacional da Sociedade Civil em Angola, essa conferência tem um mau parto e a história da génese dessa conferência foi-me contada pelo próprio Carlos Figueiredo que está aqui presente. O projecto começou por um grupo "ad hoc" de pessoas da SC Angolana próximas da delegação da comissão europeia e próximas de alguns representantes de Estados membros da UE, que na sua maioria são cúmplices por omissão das violações de direitos humanos que se cometem em Angola porque só lhes interessam rendimentos e Angola é para eles uma árvore das patacas, não é um país de seres humanos. É neste contexto que emerge este projecto da conferência, num momento que a crise económica mundial aumentou e Angola se virou para a China e a Europa não podia ou não queria dar muito a Angola. Então a Europa passou a apoiar essa vertente da SC para gerar uma estrutura representativa das OSC, que os próprios representantes dos países membros da UE exigiam para poderem dialogar connosco, argumentando que existiam muitas organizações e queriam falar com alguns representantes. No fundo queriam que a SC lhes fosse servida numa bandeja, com 7 ou 8 pessoas amigáveis a representar a totalidade da SC Angolana, para depois apresentarem a bandeja ao governo Angolano, ao tal Partido-Estado que está em Angola e que obviamente não é uma democracia. Portanto, tratou-se primeiramente de um projecto de um grupo restrito de membros de algumas OSC com ligações fortes à comissão da União Europeia em Angola e a uma sua representante – Paula Cristina. Depois, a posteriori, foram chamar o FONGA para servir de chapéu institucional. Como o FONGA não se deixou tomar pelo grupo de 7 ou 8 pessoas amigáveis escolhidas, começaram a atacar o FONGA a dizer que as estruturas não eram eleitas há vários anos, exigiam eleições para poderem assumir o controlo do FONGA e assim concretizarem o tal projecto de representarem a SC.

Nós (SOS Habitat), a AJPD e outros, recusámos essa representação categoricamente desde o início, e não pela *démarche* dessa conferência, mas porque é impensável. Imaginem aqui na Bélgica ou em Portugal ou qualquer outro país, terem meia dúzia de indivíduos que representam a SC? Onde é que na Europa existem tais estruturas? Onde é que na Europa existem presidentes da SC? Existem OSC que se identificam entre si em função dos seus objectivos e por períodos de tempo determinado e que nos seus percursos se aliam em torno de um assunto, de uma mobilização etc., mas não há representações e representantes nacionais da SC.

A leitura simplista que aqui se apresenta dos que têm uma postura mais pró-prestação de serviços e outros pró-activismo é falsa. Na minha perspectiva, esse projecto, com base nas evidências e com base nas pessoas envolvidas (todos nós temos um percurso e somos referências), quer transformar as OSC nas velhas organizações de massas de antes, como correias de transmissão para funcionarem nesta época e ajudarem esta "democracia", que na realidade é um travesti da ditadura de partido único anterior.

Deixem de falar vagamente de OSC falem da organização X ou Y, não existe um saco onde cabemos todos. E por favor acabemos com esse conceito de Organizações Comunitárias de Base; base de quem? Quem se constituiu para ser base de alguém? Porque é que são base? Porque são uma organização do bairro, da comunidade e têm uma dimensão micro passam a ser base? E nós porque somos nacionais somos o topo deles? Isso é um desrespeito.



**Dale McKinley:**
Foi fascinante ter estado o ano passado em Luanda na conferência deste projecto, havia muita paixão nos debates, lembrou-me a África do Sul nos 1990 e isso é positivo. Este painel é sobre ajuda e apoio e temos de falar em princípios de onde se recebe o apoio, observar a África do Sul nos últimos 20 anos, incluindo as pessoas nos movimentos de libertação e na SC que não têm hoje problema nenhum em receber dinheiro de quem quer que lhes dê, seja o Estado (este mesmo edifício do Parlamento Europeu em que estamos é um colectivo de Estados), sejam empresas ou quaisquer outras organizações, isso tem de ser discutido. A SC não pode ser dividida simplesmente entre advocacia e prestadores de serviços. Não podemos deixar despolitizar a SC; porque é que a oposição só pode ser feita pelos partidos políticos? Porque é que temos de estar institucionalizados em estruturas representativas? Foi exactamente a multidão de OSC e o seu activismo que fez a SC da África do Sul forte em muitos aspectos, de se levantar contra políticas e estratégias do governo, de se opor a políticas do governo e é isso que faz a democracia

## 4.º PAINEL - Estratégias dos doadores e países da África Austral

David Sogge:

Trabalhei há 25 e 30 anos atrás com movimentos progressistas anti-apartheid na Holanda e nessa altura conseguimos ter sucesso na luta contra o *status quo* vigente. Na década de 1990 uma consultoria independente, Sueca, fez um balanço da luta anti-apartheid (antes de 1994 e alguns anos depois) e concluiu-se que a luta desenvolvida teve um grande impacto e que os fundos utilizados e aplicados nessa luta tiveram grande impacto, embora no período depois de 1994 a qualidade do programa ter decaído.

Os doadores ainda têm capacidade de aprender com as experiências que tiveram? O governo da Holanda avaliou recentemente as suas políticas de ajuda de 1998-2006 para toda a África subsaariana, notando que neste período foi difícil para o governo definir prioridades, havendo poucos focos e muitas políticas, mais concretamente 84 documentos de política no sistema de ajuda holandesa.

Ainda que o governo Holandês seja considerado como progressivo, detectou-se que ao contrário do que seria expectável, a atenção em relação à pobreza diminuiu durante aquele período. Constatou-se ainda que a parceria público-privada foi um grande fracasso, com poucos resultados positivos. No entanto, sei pela minha experiência pessoal nessa área, que o governo Holandês continua a ser pressionado para o apoio à iniciativa privada, o que quer dizer que existe um problema estrutural de interesses que impedem que se aja de acordo com os resultados das experiências e das avaliações independentes.



De igual modo, a antropologia do conhecimento da ajuda, onde os decisores aprendem e sustentam as suas decisões, reparou que a principal fonte de informação e orientação da política da ajuda era o próprio ministério das finanças e o banco central, que também influenciam as embaixadas, o que significa que na epistemologia da ajuda externa andamos em circuito fechado.

O relatório falhou em mencionar a aliança entre o sistema de ajuda e o pós-Consenso de Washington, com modelos de gestão pública que continuam a ser impostos, apesar de retóricas diferentes de empoderamento e desenvolvimento participativo. Continuamos a achar que é a abertura dos mercados e o comércio que geram crescimento e não o crescimento que deve gerar o comércio no sistema de desenvolvimento capitalista.

Temos de levar igualmente em conta a militarização da ajuda externa (EUA no Sahel e no corno de África), sendo o pentágono o responsável por 1/3 da ajuda externa dos EUA, uma tendência que provavelmente se vai acentuar nos próximos anos.

Por fim, referir que existe uma questão de incoerência na ajuda que é pouco avaliada pelos decisores. Os fluxos financeiros da ajuda nos últimos 12 anos demonstram que é África que ajuda os países ricos e não o contrário. O fluxo para fora de África excede o que entra num factor de 10 para 7.

Anacleta Pereira:

Da minha experiência de trabalho chamo a atenção para o contexto do país, em que se torna cada vez mais visível a hegemonia política do partido vencedor das eleições. Esta hegemonia reflecte-se não só nas estratégias dos doadores e na definição das suas agendas, como nas agendas das OSC.

Há uma imposição do Partido-Estado na agenda do desenvolvimento dos doadores e nas ONG que exercem esta função e que se pode constatar em questões simples, como por exemplo da proibição de divulgação de relatórios produzidos por ONG que transmitam uma realidade desagradável para os interesses da política do governo, como foi o caso recente de uma ONG a trabalhar com direitos das crianças que viu o seu relatório não divulgado.

Existe uma outra tendência mediante a qual as ONG internacionais que assumiam papel de doadores, financiando (subcontratando) outras organizações nacionais em parcerias, estão agora a estabelecer parcerias não com as ONGs nacionais mas com o Estado. O novo parceiro privilegiado de alguns doadores em Angola passou a ser o Estado. Já tínhamos esta experiência com as agências especializadas da ONU, DFID e USAID, que apesar de terem uma fatia para as OSC o principal ia para as instituições do Estado, mas agora até outros parceiros doadores seguem a mesma linha.

Outro aspecto é que Angola é o grande *el dorado* da actualidade, onde é possível atenuar os efeitos da crise económica que afecta os países desenvolvidos. O impacto disto na relação



com os doadores é um mecanismo que condiciona a ajuda aos parceiros locais que o governo aprova (indica) e nas áreas da ajuda onde os países doadores têm interesses em Angola, ou seja, as actuais relações comerciais internacionais com Angola condicionam fortemente o tipo de ajuda e capacidade do governo em determinar a agenda dos doadores.

Não temos um espaço público de intervenção, mas quando há possibilidade de formatar esta arena de diálogo quem define esta agenda pública continua a ser o partido que detém a maioria.

Actualmente, o que faz mover algumas das OSC em Angola? É o processo constituinte e as eleições presidenciais. São questões pontuais que vão surgindo, mas não existe nenhuma estratégia de médio-prazo. Apesar da experiência da conferência nacional, as OSC Angolanas não têm ainda capacidade de impor uma agenda sistematizada e consequente em torno de assuntos que afectam o país de forma estrutural e isso reflecte-se nas relações com os doadores e com o Estado.

Apesar de parecer que existe um crescimento das OSC em Angola sinto que de forma progressiva as OSC estão a desaparecer, o debate é comprimido, podemos falar em meia dúzia de OSC com agenda autónoma, mas o grosso das OSC está a enfraquecer a todos os níveis.

Outro aspecto é o enfraquecimento do debate cívico e democrático; será que isto resulta, pelo menos em parte, do fim da ilusão que se criou que depois da paz rapidamente o país podia chegar a patamares de desenvolvimento que se iriam reflectir de imediato na vida da maioria da população?

O quadro de pobreza do país condiciona a acção das organizações nacionais e internacionais; não precisamos de sair da capital para constatar a pobreza em que vive a maioria da população, basta ir aos bairros periféricos para ver o grau de indigência e miséria da população.

Se temos um quadro em que a democracia é uma ilusão e o combate à pobreza é uma grande necessidade, a estratégia dos doadores teria de ter em conta uma parceria sustentável e de longo prazo (a limitação usual de 1 a 2 anos não serve).

Temos de avaliar o impacto da ajuda de emergência e de desenvolvimento em Angola e acho que o impacto é irrisório.

O grande desafio será o de encontrar uma estratégia equilibrada, definindo um quadro de acção sustentável de longo prazo para doadores e beneficiários.

Alfredo Teixeira:

Ao nível do PNUD, o princípio dominante é de que o governo nacional tem a responsabilidade pelo desenvolvimento e para liderar a agenda de desenvolvimento e isto




é a realidade internacional. No caso de Angola, o governo não assinou a declaração de Paris (juntamente com as Seycheles e Maurícias) e ficou de fora da conferência de Accra a respeito da eficácia da ajuda e portanto está fora da assessoria de base ao planeamento e custos (*base planning assessment and costs*).

Além disso, existe em Angola uma fraca capacitação e vontade em estabelecer mecanismos de articulação e harmonização da ajuda, não temos um PRSP, não conhecemos o plano de desenvolvimento de médio-prazo, em função do qual os doadores pudessem harmonizar as suas estratégias e, como disse anteriormente, a ajuda externa representa menos de 1% das políticas de desenvolvimento; os doadores têm pouco poder de influência e temos de trazer outros trunfos para a mesa, como seja a capacidade técnica como outra via de influência.

Um outro aspecto a ter em conta é que o multi-laterismo tem perdido espaço a favor do bi-lateralismo. Temos a parceria estratégica com os BRICs e Israel, e depois as 3 linhas de crédito com a China.

O ambiente geral não é favorável ao alinhamento, articulação, harmonização e coordenação entre doadores.

Temos um fraco comprometimento do governo, temos falta de transparência ao nível do governo e falta de previsibilidade do lado dos doadores. Não existe em Angola uma coordenação entre governo e doadores como em Moçambique, temos falta de prestação de contas doméstica (*acccountability*). Falta participação da sociedade civil no processo de planeamento e decisão política, não temos uma prestação de contas mútua (governos e doadores) que siga o processo dos doadores e parceiros privados, nada disso existe.

Apesar de os doadores representarem pouco em termos de montante da ajuda, temos uma abordagem dirigida aos doadores, mas na prática só apoiam o que querem apoiar e isso nem é contemplado nos programas do governo, é um apoio paralelo.

Qual a estratégia do PNUD? Baseia-se em 2 pressupostos: 1), ainda que o crescimento económico seja importante não é suficiente para o alcance dos MDGs, tal é o caso de Angola de 2004 a 2007; 2), o nosso papel programático e de coordenação é orientado pela procura/necessidades porque percebemos que a realidade é que o governo tem a principal responsabilidade de conduzir a agenda de desenvolvimento. Cabe ao governo dirigir o desenvolvimento e não são os doadores que devem assumir o discurso de domínio e protagonismo.

A nossa postura é a de que é à SC que cabe a responsabilidade de contestar o processo e não aos doadores.

Tentamos na nossa intervenção apoiar um processo inclusivo de desenvolvimento humano, e apoio ao alcance dos MDGs e promover um crescimento inclusivo e com prestação de contas, apoiando a apropriação do processo pelos actores nacionais e não pelos doa-




dores; devem ser os parceiros nacionais a estabelecer a agenda, devemos alinhar o nosso apoio com os objectivos nacionais e harmonizar a nossa intervenção no país, estabelecendo procedimentos comuns, procedimentos simplificados e partilha de informação.

Apoiamos igualmente Angola a lidar com os *deficits* democráticos, fortalecendo as instituições para que sejam mais responsivas e prestadoras de contas com envolvimento significativo dos diversos actores nacionais envolvidos, como a sociedade civil, parlamento e sector privado.

Angola não é um ambiente favorável para o alinhamento, coordenação e harmonização dos doadores e a cooperação para o desenvolvimento tem de ser liderada e governada pela procura e por efectiva e mútua prestação de contas – governo e doadores.

Bob van der Winden:

O que se pode fazer sendo uma pequena organização estrangeira em favor dos pobres? Se não conseguimos os frutos da libertação e se os frutos são por vezes usurpados por novos usurpadores o que fazer? Se trabalhamos nesta indústria da ajuda, como ligamos as duas perspectivas para apoiar as pessoas noutros países?

O que é SC? Por vezes somos chamados a investir na SC mas o que é a SC? O nosso artigo no livro pretende tratar desse assunto e tal como Chabal escreveu na introdução do livro, existem três categorias de grupos dentro da SC: 1 - a SC formal financiada por financiadores externos, está mais preocupada com a comunidade internacional do que com os seus constituintes; 2 – a SC sectorial, focada em determinados sectores (incluindo Igrejas); 3 – a SC formada pelos grupos de base, por vezes muito pequenos.

Temos de investir na SC mas qual? Na 1.ª categoria sabemos que em grande medida é liderada pelas necessidades e programas dos doadores. A 2.ª categoria representa genuinamente interesses da SC, mas dificilmente conseguirão quebrar o *apartheid* social referido pelo Luiz Araújo. A 3.ª categoria é o real embrião da SC local, mas é a mais desorganizada. Se eu tenho fundos para investir percebo que quem eu mais quero ajudar são os mais desorganizados.

Não só a SC no Sul está a ser controlada pelo governo, mas também as nossas OSC no Norte estão a ser controladas e condicionadas pelos nossos governos a financiar determinadas OSC no Sul e que são as mais organizadas.

Não sei como resolver este problema, mas as OSC formais estão a repensar as suas políticas no Norte e no Sul. Por outro lado, existem mais pessoas a trabalhar nas instituições burocráticas-administrativas de ajuda que não estão satisfeitas com o tipo de ajuda que se faz e esse é um sinal positivo que pode representar uma saída.

Voltando a Angola, o que podemos fazer se queremos alterar as circunstâncias? Essas pessoas precisam de voz e de espaço público e queremos exigir que o governo seja




mais responsivo às populações. Devemos apelar a novos mecanismos ou reinventar antigos (solidariedade) voltando às raízes, aos períodos em que apoiámos as pessoas que queriam mudar as suas vidas. Vamos tentar reestabelecer esses laços com aqueles que efectivamente querem mudar a realidade, encontrar esses laços.

## Perguntas/Comentários e encerramento

**Paul Staulton:**
Muitos de nós que no Norte apoiámos as revoluções libertárias em África no tempo da luta anti-colonial sentimo-nos muitas vezes traídos pelos resultados conseguidos. Precisamos de uma comissão de verdade e reconciliação em Angola.
Um dos problemas dos doadores é que procuram um processo de mudança estável e isso por vezes é contraditório, porque a mudança que se pretende é em muitos aspectos revolucionária.

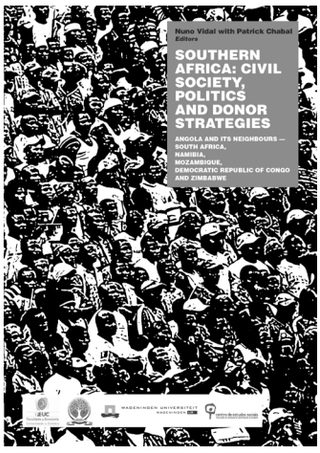
**Dale McKinley:**
Trago aqui um assunto não abordado e que diz respeito ao facto de a África do Sul ser um sub-poder imperial, não é só o interesse do Ocidente, mas também o da África do Sul que temos de levar em consideração na região Austral e talvez Angola venha a desempenhar um papel idêntico. A relação de ajuda é condicional, sempre foi e sempre será porque é um processo não é um acontecimento.

**Luiz Araújo:**
Gostava de realçar a medida em que os interesses europeus já se tornaram os co-interesses dos predadores africanos, a elite angolana que está a enriquecer a um ritmo galopante está a comprar partes de empresas de interesses europeus que retornam a Angola; nesse momento de retorno já são defendidos pela delegação da comissão da UE como interesses europeus, a mesma União Europeia que se quer afirmar como campeã mundial dos direitos humanos num país onde morre 1 criança em cada 4 antes dos 5 anos de idade. De facto os Europeus estão a tornar-se representantes e cúmplices das pessoas que estão a depredar África.

**Justino Pinto de Andrade (encerramento):**
Iniciámos este projecto em 2004, vamos já no 3.º livro e no 3.º grande evento, com muitos participantes e comunicações, a participação tem vindo a aumentar com autores angolanos e estrangeiros, saímos das áreas iniciais e expandimos as fronteiras com inclusão de muitos países da região. Esperamos que o projecto cresça nos próximos anos em número de participantes e de trabalhos científicos publicados, com uma voz sempre crescente de autores da região e do exterior, para criarmos pontes cada vez mais sólidas entre os nossos países e também de diálogo, análise, pesquisa-acção com a comunidade internacional.

**Judith Sargentini (encerramento):**
Esta manhã quando vos ouvia e a questão era a de saber qual a credibilidade da SC e que credibilidade a política deveria dar à SC, veio-me à mente que estamos a falar de duas línguas diferentes, eu sou política e trabalhei por muitos anos na SC e a questão da credibilidade será sempre perguntada. Pode não ser justo para as OSC, mas os políticos sempre a vão perguntar. Sou política eleita, sei que vocês em Angola poderão perguntar acerca da credibilidade dos políticos, certamente, mas é aí que os nossos mundos se poderão encontrar e compreender, temos de passar essa ponte de quem é credível pelo quê? Temos de procurar assumir-nos como actores credíveis nas nossas respectivas áreas de actuação.
Aqui, na hospitalidade do parlamento europeu, que alberga 736 membros todos eleitos e que abriu as portas a todas as vossas OSC, podemos ouvir de vós aquilo que nós políticos poderemos fazer para melhorar a ajuda internacional e a sua eficácia.
Aqui esperamos que a vossa voz tenha sido ouvida e que alguma coisa possa mudar.

Estive esta tarde com o ministro das relações exteriores do Botswana que me falou como a crise económica está afectar o país, explicando-me que o mercado de diamantes está a ressentir-se bastante com esta crise. Falou-me igualmente da sua perspectiva das ONG e das OSC em geral, e dizia-me ele que não percebe o que estas organizações querem quando questionam a credibilidade dos governantes. Como vêm precisamos de resolver essa questão e dar a perceber aos diversos governantes que como OSC vocês têm o direito e a obrigação de debater sempre a credibilidade dos vossos sistemas políticos, porque essa é a vossa responsabilidade enquanto OSC.




## Publicações - 3.º Livro e 1.º Relatório de Progresso

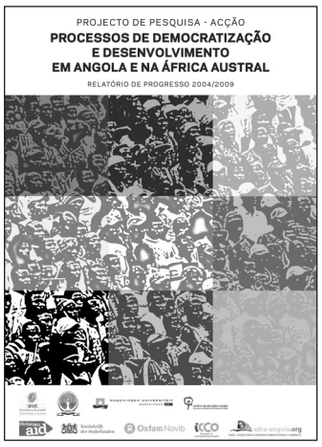
Na conferência foi lançado o 3.º livro do projecto, *Southern Africa Civil Southern Africa: Civil Society, Politics and Donor Strategies. Angola and its neighbours — South Africa, Namibia, Mozambique, Democratic Republic of Congo and Zimbabwe*.

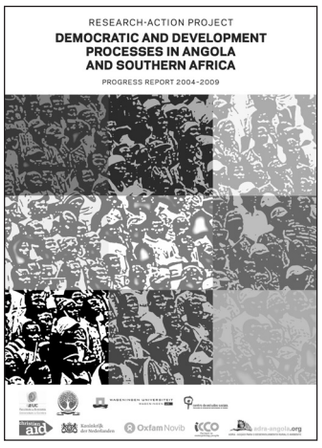
Os autores vêm de diferentes áreas sócio-profissionais, apresentando textos que reflectem diferentes perspectivas e abordagens dos países em análise. Não era nossa intenção um livro puramente académico, mas antes reunir num mesmo volume académicos e activistas da sociedade civil, que trabalham em vários países Africanos. Procurámos assim retirar o máximo e aprender com diferentes abordagens, experiências e perspectivas.

O livro começa com um texto de enquadramento geral ao tema, escrito pelo Professor Patrick Chabal, discutindo a questão da transição política e da sociedade civil em África. O livro é depois dividido em três capítulos, dois deles dedicados a Angola e o terceiro centrando-se em vários países da África Austral.

O primeiro capítulo analisa Angola na perspectiva da organização política e sócio-económica interna na sua relação com actores e questões, internacionais. Este inicia com o texto de Nuno Vidal, *The international institutionalisation of patrimonialism in Africa. The case of Angola* onde se apresenta um sumário da evolução do pensamento desenvolvimentista desde os anos 80 até à actualidade, para além da análise do caso Angolano. Segue-se o texto de David Sogge, Bob van der Winden e René Roersma que explora o conceito operativo de espaço público de intervenção adaptando-o às actuais dinâmicas em África e no mundo, desenvolvendo-o no sentido de domínios e arenas civis. Maliana Serrano apresenta-nos um trabalho sobre ajuda humanitária e instituições locais em Angola, baseado numa intensa pesquisa de campo no Lubango. O texto seguinte, de Kristin Reed, é também baseado na pesquisa de campo da autora no Soyo, apresentando de forma literária a realidade dramática das populações que vivem nas zonas afectadas pela exploração petrolífera.

O Segundo capítulo analisa as questões das relações internas de poder em Angola, também trabalhando a questão externa sempre que necessária para a compreensão das relações internas de poder. Temos neste capítulo uma perspectiva que é profundamente influenciada pela experiência dos autores, todos eles com um longo percurso de activismo cívico e político em diversas OSC Angolanas, sendo que alguns são igualmente académicos




de renome nesta érea de estudos. O capítulo abre com o texto de Justino Pinto de Andrade, fazendo um enquadramento geral do tema da transição em Angola, articulando neste processo o papel e a interacção entre partidos políticos, sociedade civil, população em geral e os mais recentes desenvolvimentos económicos do propalado crescimento económico. Segue-se o texto de Fernando Macedo que discute as complicadas relações entre a sociedade civil e a política, advogando um claro papel de intervenção e activismo político que não pode ser negado às OSC. O texto de Fernando Pacheco debate o papel efectivo das OSC enquanto agentes da mudança, defendendo o percurso das OSC Angolanas como efectivo agente da mudança e da transição em Angola. O texto de Sérgio Calundungo faz uma interessante análise de duas perspectivas prevalecentes no seio da sociedade civil angolana e que vem distinguindo claramente duas diferentes estratégias e filosofias de intervenção. Carlos Figueiredo apresenta-nos a perspectiva da sociedade civil engajada no processo de democratização, devendo actuar de forma mais articulada, procurando ultrapassar divergências de estratégia e filosofias de actuação. Benjamim Castello faz um exercício de análise da génese e do percurso da sociedade civil em África no pós-independência para nos ajudar a compreender as razões profundas das suas forças e fraquezas na actualidade. A encerrar o capítulo, o texto de Michael Comeford aborda o papel das Igrejas no processo de transição e pacificação em Angola, ao nível da CEAST e do movimento pro-pace.

O terceiro capítulo é dedicado ao enquadramento regional, abordando os casos da África do Sul, Namíbia, Moçambique, República Democrática do Congo e Zimbabwe. O capítulo inicia com o texto de Dale McKinley, que nos conduz pelo interessante percurso dos movimentos sociais na África do Sul, suas relações com o ANC e tendências recentes de promiscuidade com o poder político do pós-apartheid. Henning Melber apresenta o caso da Namíbia e de como a SWAPO terá em certa medida controlado a sociedade civil no pós-independência, não deixando espaço à contestação política fora do movimento de libertação transformado em partido de governo. Manuel Araújo e Raúl Chambote analisam o caso de Moçambique, com a emergência das OSC depois da transição e todos os problemas que vem enfrentando para se afirmar de forma autónoma e credível perante as seduções e interferências do poder político. Leo Zeilig apresenta-nos uma análise dos diversos movimentos da sociedade civil na República Democrática do Congo em favor da democratização no período final de Mobutu, de como esses movimentos tiveram um peso considerável e de como o perderam repentinamente perto do fim do regime, abrindo espaço para um actor até então pouco influente – Kabila. Por fim, a encerrar o capítulo temos o texto de Elinor Sisulu, Pascal Richard e Steve Kibble sobre o Zimbabwe, analisando as relações entre Igrejas, OSC e os processos de contestação política ao regime em favor de maior democratização.

Para além do livro, foi igualmente lançado nesta conferência no Parlamento Europeu o relatório de progresso do projecto (2005-2009) na sua versão inglesa e portuguesa. O documento reflecte os principais argumentos, críticas, ideias, reflexões e conclusões apresentados nas diversas realizações do projecto ao longo do seu primeiro quinquénio (2005-2009), dentro e fora de Angola. Contam-se dezenas de participações de prelectores oriundos de diversas áreas sócio-profissionais e diversos continentes, para além da súmula dos livros publicados pelo projecto durante esse primeiro quinquénio.

# II Discussão pública e apresentação do 3.º livro e relatório de actividades na *School of Oriental and African Studies & Christian Aid-UK*

**Christian Aid-UK & School of Oriental and African Studies**
***Londres, 21 de Janeiro de 2010***







Na sequência da conferência do Parlamento Europeu, sendo a *Christian Aid* um dos principais apoiantes do projecto, convidou os organizadores a promover duas conferências em Londres. A primeira conferência decorreu no *Christian Aid Forum* (período da manhã) e a segunda teve lugar na *School of Oriental and African Studies – University of London* (período da tarde).

As conferências tiveram diferentes formatos e propósitos. Na *Christian Aid*, o evento focou-se na forma como a articulação entre activistas e académicos no seio do projecto poderiam ajudar as organizações da sociedade civil e as organizações internacionais no seu trabalho de terreno, enfrentando questões práticas e como, por outro lado, esse trabalho poderia alimentar e ajudar a desenvolver o projecto de pesquisa-acção.

Na SOAS a discussão teve um carácter mais académico, abordando várias das questões mais sensíveis do livro editado por Nuno Vidal e Patrick Chabal, especialmente no que concerne às implicações políticas e de desenvolvimento da relação existente entre o governo Angolano, OSC e Comunidade Internacional.

As duas conferências contaram com uma alargada e participativa audiência, dominada por activistas e membros de organizações de desenvolvimento no *Christian Aid fórum* e por estudantes e académicos na *School of Oriental and African Studies*.

Exemplares do livro e do relatório foram distribuídos nas duas ocasiões.

## Programa da *Christian Aid*

**21 Janeiro 2010**

9.00h: Christian Aid Forum
Chair:
- Rosario Advirta, Angola Programme Manager, Christian Aid.

Panel on "Civil Society, Politics and Donor Strategies in Angola"
-Malyn Newitt (King's College, London)
- Luís Araújo (SOS-Habitat, Angola)
- Nuno Vidal (FEUC/CES)
- Bob Van der Winden (BWsupport, Amsterdam)
- Astrid Schriper (ADRA-Angola)



- Maliana Serrano (Wageningen University)

- Discussão aberta

**Pontos focais da sessão da *Christian Aid***

**Bob van der Winden:**
Estive em Nairobi há um mês na avaliação de grupos de jovens, trabalhei em bairros pobres da cidade, com um milhão de habitantes, grupos que organizam pequenos projectos de micro-crédito de ajuda etc.
Soubemos há dias que 16 milhões de libras do DFID para apoio à educação no Quénia desapareceram no aparelho central do Estado. O ministro Queniano admitiu o desaparecimento de pelo menos 1 milhão, mas não se demitiu por não se sentir responsável pelo pessoal que trabalha no seu ministério. Este exemplo mostra como as OSC de base pouco ou nada recebem da ajuda internacional.
Em África continuamos a perceber que no essencial o poder é acerca do controlo de recursos por via do controlo do aparelho de Estado. As pessoas que o controlam apropriam-se desses recursos, sejam internos sejam externos.
Seja pelo problema da corrupção nos escalões cimeiros, seja pela falta de organização e incapacidade burocrático-administrativa, o certo é que as organizações no terreno não conseguem aceder a esses fundos de ajuda.
Em parte, percebemos porque as doações da SC no Ocidente para a ajuda no Sul estão a diminuir.
A maioria da comunidade internacional tende a limitar a ajuda a uma SC que é organizada, tem conta bancária e funciona com o mínimo de organização burocrática-administrativa, mas muitos outros não se enquadram nessa categoria e ficam fora da ajuda, ainda que façam um trabalho mais meritório e estejam mais perto da realidade e da necessidade daqueles que são supostamente o alvo da ajuda.
As arenas civis de que falamos no livro estão relacionadas com as arenas internacionais.
As agências internacionais de desenvolvimento pensam que suportando a SC estão automaticamente a apoiar a arena civil e o espaço de intervenção pública, mas isso não é verdade, não é automático, existem muitas forças em confronto nessa arena, temos de saber quem apoiamos nessa arena.
O mesmo se aplica às eleições, que não nos dizem nada acerca da democracia.
O que fazer? Precisamos de ser corajosos. Gostamos de pessoas corajosas no terreno, admiramo-las, mas muitas vezes o nosso dinheiro não chega a elas porque não temos a mesma coragem delas e de enfrentar as outras forças que não merecem ser apoiadas.

**Membro não identificado da Christian Aid:**
Em muitos aspectos os comentários aqui foram deprimentes quanto ao futuro e perspectivas da SC. Olhando para daqui a 20-25 anos haverá factores que nos permitam ter esperança?
Nós de facto engajamo-nos com OSC organizadas, mas perguntamo-nos se efectivamente as organizações que apoiamos são representativas.
No Médio-Oriente a Christian Aid envolve-se e trabalha por opção com organizações que não estão registadas e não percebo porque isto é relevante no contexto da África sub-sahariana.

**Luiz Araujo:**
Quero dizer que temos futuro, acredito que sim e que a situação de anormalidade que vivemos tem de acabar com urgência.
Acho que a Christian Aid está a trabalhar com os povos necessitados dessa ajuda. A minha organização é uma prova disso. Eu sou o único membro da organização que é da elite, todos os outros são vítimas de violações de direitos humanos, de despejos e deslocações forçadas

É importante percebermos o contexto em que vivemos em Angola. O último episódio que caracteriza bem este contexto é que nestes dias se perpetrou um golpe constitucional ao aprovar uma nova constituição que viola a anterior. Com a aprovação da nova constituição o poder passou a ser ilegal e podemos resistir por todas as formas a essa ilegalidade, eu acho que a resistência deverá ser pacífica
Na aparência temos multipartidarismo, mas na prática temos um único partido que é capaz de exercer o poder.
Neste processo de incapacitação da sociedade civil e da política da oposição todos fomos cúmplices. Mesmo os grupos internacionais que no tempo da luta anti-colonial apoiaram alguns movimentos, apoiaram efectivamente os actuais ditadores.
Nos últimos anos tivemos um programa da União Europeia pró-democracia com a colaboração de muitas OSC pró-governamentais, visando a criação de uma conferência nacional da SC que deveria congregar e representar toda a SC em nome de um programa da União Europeia (Programa de Apoio aos Actores Não Estatais – PAANE) com 3 milhões de euros.
Viemos agora a perceber que o programa não era só da UE e nem das OSC que colaboraram com ele, mas sim também e sobretudo do ministro do planeamento, que é quem tem a última palavra nesse programa.
A chamada "boa SC" andou estes anos a convencer-nos que aquela era a saída para a SC e o próprio Presidente da República dividiu a SC entre as "organizadas" e as "não organizadas", as boas e as más.
Temos aqui a Christian Aid e a Oxfam-Novib que também apoiam essas outras organizações da chamada "boa SC" para além de nos apoiarem a nós da "má"; partilhamos os parceiros doadores com organizações que nos atacam, que nos chamam de radicais.
O que eu digo aqui é que os parceiros doadores têm de assumir que ou estão connosco ou com os outros, temos um problema de vasos comunicantes que é prejudicial à nossa salubridade e integridade de princípio e é preciso definir posições.

**Bob van der Winden:**
Penso que existe esperança. Ouvimos a perspectiva activista do Luís e a académica dos diversos autores do livro, mas a esperança não está com o governo. Temos de parar de apoiar estes governos, mas existe esperança em organizações que são credíveis e querem mudança.
Sofremos da síndrome pós-libertação (supostamente conquistada com as independências) e ainda vemos muitos dos líderes actuais como libertadores do passado da luta anti-colonial, mas que na realidade são os actuais ditadores. Acho que boa parte das populações locais também sofre dessa síndrome.
Existe dicotomia entre a maioria da população pobre e os muito ricos que pagam impostos, mas que os recuperam de várias formas, enquanto os pobres não e como tal não temos uma relação de contribuintes a exigir contas, tal como se passa noutros países como o Botswana e a África do Sul. Não temos o chamado "reverse Tea Party", que seria "no representation without taxation" (não deve existir representação sem existir taxação), que ligasse governantes e governados na exigência de princípios de governação com *accountability* e transparência.

**Participante Não Identificado do Zimbabwe:**
As mudanças de que falamos demoram muito tempo e não existem balas de prata para a mudança. No Zimbabwe a federação de sindicatos actuou como propulsor para o MDC, que actuou como factor de mudança, mas nessa altura tivemos OSC organizadas e não organizadas unidas numa luta e num movimento.
Na indústria da ajuda queremos influenciar mudanças de longo prazo com financiamentos de curto prazo, tal como acontece com a UE e os seus programas de 3 anos.
Temos esperança que a democracia não é um conceito Ocidental, em África perdemos a mensagem porque nos foi vendida como um conceito e agenda europeia. Eu vejo aqui o que acontece na Europa com muitos defeitos de funcionamento da democracia. É importante perceber que a democracia é um conceito humano e universal, não é europeu.



Como compreender o que as pessoas comuns em África realmente sentem? Eu conto-vos um segredo: nas discussões sobre Mugabe onde quer que eu viajasse, se estivesse com um colega do Ocidente todos concordavam com as críticas ao Mugabe, mas sem Ocidentais por perto todos acabavam por aceitar algum fundamento na política agrária de Mugabe. É preciso percebermos que a discussão em torno da mudança de regime no Zimbabwe deve muito do seu protagonismo na agenda do activismo ao facto de estarem envolvidos brancos. Na Nigéria existem mais pessoas mortas por motivos políticos do que no Zimbabwe, mas no entanto as mesmas questões não são discutidas com a mesma acuidade a nível internacional que no Zimbabwe.

**Participante Não Identificado (activista da Christian Aid):**
Apoiámos movimentos sociais em muitos países na América Latina em tempos em que estas organizações não conseguiam receber muitos apoios, temos de ter cuidado em perceber quem apoiamos para não trabalharmos com cooptados e colaboracionistas. Em anos recentes, na América Latina vemos muitas organizações a aproximarem-se dos governos ditatoriais de esquerda e a serem cooptadas pelos poderes políticos e a recebem financiamento do governo. É preciso ter muito cuidado.

**Malyn Newitt:**
Penso que estas discussões permitem expor a realidade Angolana. Sou um historiador e fiquei particularmente impressionado pelo comentário do Patrick Chabal acerca das origens do MPLA enquanto grupo Creolo/MBundu e concordo que não existem balas de prata nesta questão, como diria o participante do Zimbabwe.
Não digo que a ajuda não deva ser enviada, mas o que me impressionou foi que pouco foi dito sobre a educação. A URSS acabou por cair também pelo acesso livre à informação por parte de uma população bastante letrada. Gostaria de ver recursos crescentemente dirigidos pela ajuda internacional para a área da educação e informação, para ajudar as pessoas a mudar as suas sociedades. Aconteceu na URSS e pode acontecer em África. A educação é para mim o factor chave para a mudança.

**Rosário Advirta:**
É importante para o nosso programa ter estas discussões com pesquisadores, académicos, activistas etc. Isto ajuda-nos a definir prioridades e políticas nas nossas estratégias, por exemplo a alargar os espaços públicos.

## Programa da *School of Oriental and African Studies*

**21 Janeiro 2010**

17.00h: *School of Oriental and African Studies, University of London*
- Stephen Chan (SOAS)
- Malyn Newitt (King's College, London)
- Nuno Vidal (FEUC/CES)
- Rosário Advirta (Angola Programme Manager - Christian Aid)
- Bob Van der Winden (BWsupport – Amsterdam)
- Maliana Serrano (Wageningen University)
- Luís Araújo (SOS-Habitat, Angola)
- Astrid Schriper (ADRA-Angola)

- Discussão aberta com todos os convidados e participantes.

## Pontos focais da sessão da *School of Oriental and African Studies*

Malyn Newitt (King's College London):

Felicito os coordenadores deste projecto, integrando conferências e publicações, pelo esforço que têm feito em assegurar que a situação actual de Angola seja objecto de um escrutínio regular e detalhado. Este projecto tem-se constituído num fórum onde os próprios Angolanos podem comunicar com a comunidade internacional, tornando-se em si mesmo uma organização da sociedade civil focada na democratização, *accountability* e desenvolvimento.

Os coordenadores deste projecto e todos os participantes que a eles se vêm associando têm-se não só focado naquilo que vem sendo o desenrolar da realidade Angolana, mas também na elaboração de modelos teoréticos explicativos da realidade, apresentados nas diversas publicações do projecto. Tratam-se de modelos que muitas vezes relacionam Angola com uma interpretação neo-patrimonial da actual política africana, mas que explicam igualmente algumas das características importantes e diferenciadoras do caso de Angola – as mais importantes das quais são as receitas do petróleo e dos diamantes, que permitem ao governo Angolano escapar dos condicionalismos do Banco Mundial, do FMI e dos doadores internacionais.

De forma gradual, a sua interpretação da realidade Angolana tem sido largamente aceite, mas não podemos negar algum pessimismo e fatalismo nos seus trabalhos. Na sua perspectiva os esforços das agências de ajuda internacional, OSC, ONG e activistas políticos, ainda que bem-intencionados, confrontam-se com realidades neo-patrimoniais difíceis de alterar, algo que retira eficácia aos seus intentos.

De modo muito interessante, estas publlicações reflectem a história de Angola:

1 - Tal como exposto por Patrick Chabal no seu artigo de abertura do livro, a comunidade Crioula de Luanda que formou o MPLA e tem governado Angola poderá ser entendida como um grupo étnico. Por cerca de trezentos anos este grupo governou Angola enquanto elite dominante das principais estruturas comerciais e administrativas, tendo visto os seus interesses atacados pelo Estado colonial entre 1900 e 1974. Contudo, a independência acabou por restaurar o seu poder e a retoma do seu destino histórico;
2 - Não obstante, tal como exposto por Chabal, outras elites crioulas (na Libéria, Serra Leoa, Senegal e África Ocidental) perderam o controlo do Estado pós-colonial. Não existe razão para que um fenómeno idêntico não ocorra em Angola;
3 - A Angola que os Portugueses abandonaram tão precipitadamente em 1975 tinha uma das mais desenvolvidas economias de África – com um vasto leque de indústrias, podia alimentar-se a si própria, tinha um sector exportador e de serviços fortemente arrecadador de divisas e era auto-suficiente em energia. O mesmo podia dizer-se da Rhodesia/Zimbabwe;
4 - O colapso desta economia foi rápido e total, e não somente devido à guerra. O processo de predação sistemática de recursos pela elite dirigente do país tem sido descrito em vários trabalhos de Nuno Vidal;

5 – Esta perspectiva é importante porque a ideia de que os problemas de Angola se devem apenas à governação colonial é uma perigosa falácia. É importante não só para Angola, mas também para o resto de África, parar de encontrar justificativas limitadas ao passado colonial para a deplorável desgovernação actual.

Patrick Chabal sempre sustentou que a sua função era explicar África e não propor soluções – uma atitude legítima, embora por vezes negativa. Nem todos os autores deste volume têm uma perspectiva tão pessimista e muitos consideram que o crescimento das OSC constitui um progresso significativo, que tem feito a diferença e que não deve ser abandonado. Muitas OSC não têm sido enfraquecidas pelos apoios externos e, como as Igrejas, retiram força e mesmo autoridade dos seus laços internacionais.

Um dos maiores debates nesta discussão é o de saber se as OSC são enfraquecidas pelos doadores e recursos que recebem e sobre esta matéria existe muito debate neste livro, mas a minha perspectiva é a de que serão fortalecidas. Se olharmos para a história dos movimentos de libertação contra os portugueses, perceberemos que foram muitíssimo fortalecidos pelas suas ligações e apoios internacionais. Na realidade estavam muito desorganizados no interior dos países e praticamente toda a sua enorme força vinha das ligações internacionais que mantinham e esta é outra perspectiva histórica que penso que não deve ser ignorada.

A perspectiva de um historiador acerca do rumo que deve tomar a política da ajuda é a seguinte:

1 - Excepto onde os Estados tenham entrado em colapso total, como na RDC, a mudança em África só pode ocorrer pelos próprios Africanos e não por estrangeiros tentando impor receitas Marxistas, Capitalistas ou Humanitaristas Ocidentais;
2 - Mudanças fundamentais em qualquer sociedade raras vezes, se é que alguma vez, acontecem no curto-prazo;
3 - Perante uma elite tão hostil como a que governa em Angola, que tem os recursos para agir de forma independente, a única ajuda efectiva, deixando de lado ajudas de emergência de curto-prazo para os mais carenciados, será de apoio de longo-prazo à educação a todos os níveis (incluindo comunicação);
4 - O mais importante agente de mudança no médio e longo-prazo é a educação, que por si mesma empodera as pessoas a compreender e como tal a mudar a situação. A educação tem a sua dinâmica própria e dará poder à população melhor do que qualquer das outras medidas que, como mostram os textos deste volume, são ou ineficazes ou podem ser raptadas pela elite dirigente.

Quero aqui enfatizar a educação por considerar que assume um papel secundário neste debate. Enquanto historiador olhando para a história de Angola posso fazer a seguinte observação: o regime colonial português tentou fechar-se às influências externas, mas foi incapaz de evitar o estabelecimento de missões protestantes, especialmente na região do Congo e no planalto central. Estas missões protestantes eram fortemente financiadas pelo exterior e por fontes não portuguesas e focaram



muito das suas actividades na educação, por exemplo no planalto central onde, entre outros, se destacou o Instituto Curry como uma referência educacional no centro de Angola. Destas instituições protestantes de educação saiu um largo segmento da liderança dos movimentos de independência. Existe aqui uma lição a tirar. Não vamos fazer paralelos exactos, mas a educação poderá ter o mesmo efeito transformativo na actualidade, produzindo uma nova liderança com uma nova abordagem e com novas ligações internacionais, tal como teve na primeira parte do Séc. XX.

Esta é a minha perspectiva sobre o livro e sobre o relatório aqui apresentados. Recomendo verdadeiramente as duas publicações, que abarcam um vasto espectro de assuntos, sendo enormemente informativas sobre a actual situação de Angola e de outros países da África Austral e contendo uma forte voz africana.

Stephen Chan (SOAS):

Na minha perspectiva, este projecto tem fornecido um fórum de diálogo entre a comunidade académica e a comunidade do desenvolvimento e da ajuda; essencialmente um fórum para os Angolanos comunicarem com a comunidade internacional. Nestas duas publicações que aqui discutimos hoje, existem inúmeros contributos de angolanos e outros autores. Este tipo de fóruns são extremamente importantes para encontrarmos novas formas de interpretação e resolução de problemas relacionados com o desenvolvimento e a democracia.

Das questões discutidas nestas publicações percebemos acima de tudo que o caso Angolano não é de modo algum único em Angola.

Os actores no terreno devem ser ouvidos para sabermos acerca do modo como a vida diária tem de ser vivida e negociada, sendo diferente das sociedades ocidentais.

É minha suspeita que nos próximos anos teremos uma emergência da importância dos meios alternativos de comunicação, alternativos aos *media* clássicos, com o crescimento da importância social e política dos mecanismos paralelos de difusão da informação onde qualquer organização formal ou informal vai ser produtora e consumidora dessas novas redes de comunicação social paralelas.

A possibilidade de mudança nestes países Africanos passa em muito pela utilização de novas tecnologias de informação e isso será muito discutido no futuro.

Rosario Advirta (Christian Aid):

Temos apoiado este projecto nos últimos dois anos e meio porque pensamos que estes processos de ajuda têm de ser acompanhados por processos de análise e reflexão que nos possam ajudar na prática de programas de desenvolvimento. Vemos neste livro as questões da análise do poder, dos espaços públicos que nos estão a ajudar a aprofundar o nosso trabalho de terreno.



A maioria dos nossos parceiros são Igrejas que desenvolvem projectos sociais e outros parceiros, que são organizações de direitos humanos, com quem partilhamos confiança e dialogamos em termos de análise. Os pobres não terão voz se os direitos humanos não forem respeitados, o aumento do poder destas comunidades passa pelo respeito dos direitos humanos. A força de resistência das populações é incrível e os nossos parceiros são prova disso, na sua luta diária contra todo o tipo de adversidades e com resultados que vemos progredir.

A respeito da questão da crioulidade aqui antes referida pelo Prof. Newitt, gostaria de lembrar o que se diz da sociedade Sul Africana como a sociedade Cappuccino, com uma maioria negra, depois um pouco de leite que forma uma camada misturada com o café que representa o segmento crioulo, misturado, depois um pouco de branco no creme e no topo o polvilhado de chocolate que marca o domínio negro.

Eu penso que em Angola passa-se um pouco o mesmo, por isso não sei até que ponto poderemos dizer que o segmento crioulo é dominante, penso que todos os presentes aqui a representar Angola são crioulos, mas são precisamente parte dos contestatários e não se pode dizer que beneficiam do regime, antes pelo contrário.

O problema é a maioria sem voz, num país onde uma em cada quatro crianças não atinge os 5 anos e com tantos outros problemas de igual gravidade.

**Perguntas/Comentários**

**Luiz Araújo:**
A educação e informação são importantes para o desenvolvimento, tendo tido um papel importante nas décadas de 40-60 como referia o Prof. Malyn Newitt, tendo contribuído para o surgimento dos líderes nacionalistas, mas não podemos esquecer que alguns deles são os ditadores de hoje, portanto a educação pode também criar este tipo de pessoas.
Estamos numa transição para a democracia em Angola como a caracteriza a comunidade internacional, mas o desenvolvimento desse processo tem diminuído cada vez mais o espaço de liberdade de opinião e de expressão. Existem menos possibilidades para os cidadãos exercerem as suas liberdades políticas e cívicas. Temos aparentemente liberdade de imprensa por via dos jornais privados, temos partidos políticos da oposição e parece que temos democracia, mas na realidade temos menos democracia e nos últimos tempos temos uma crescente repressão dos activistas da SC.
Hoje mesmo, houve um golpe constitucional de Estado em Angola, a Lei constitucional a partir de hoje foi violada e anulada e é com base neste contexto que temos de pensar a sociedade de amanhã. O problema não é desenvolver para organizarmos uma SC para produzirmos a democracia, é preciso agir com a SC que existe para tentarmos atingir a democracia.
Vivemos em endo-colonialismo, 85% da população angolana vive dominada por 15 % que efectivamente são os beneficiários do Estado existente. Portanto a SC não é o que pensamos. Existe um *apartheid* em que o desenvolvimento humano na capital expulsa os que não fazem parte dessa sociedade, usando todos os meios impunemente como faziam os colonos. A análise tem de ter estes aspectos em conta. O problema é político, há que considerar o endo-colonialismo.

**Bob van der Winden:**
É importante olharmos para a SC em Angola que trabalha no pouco espaço público que tem e o que consegue com tão pouco. No entanto, temos de ter consciência que a SC não é a bala de prata que vai resolver o problema central no estrangulamento da democracia. Quando é que esta SC vai chegar ao ponto de desafiar o poder e a lógica estabelecidas? Essa é uma questão por responder.

**Membro da assistência não identificado:**
O que foi tratado pelo Luiz foi uma realidade autoritária e repressiva; como as pessoas reagem? No Brasil os favelados reagem. A respeito da educação perguntava ao Professor Newitt se se refere a educação pública ou privada?

**Luiz Araújo:**
Para lidar com o sistema temos dois tipos de pessoas, os que como eu reagem e os que como os meus irmãos não falam política e por isso têm bom emprego ou conseguem ter sucesso empresarial (se forem membros do partido melhor ainda), mas o povo oprimido sobrevive na repressão, tem dificuldade em aceder a quase tudo.
Este povo critica, mas anonimamente. Vivemos uma situação de Estado propriedade do Presidente e da sua *entourage*. As pessoas não reagem porque a corrupção está em todos os níveis e permeia as próprias comunidades que estão muito divididas. A estrutura do partido único continua com mecanismos hegemónicos que trabalham de forma empenhada. A democracia é uma máscara.

**Malyn Newitt:**
Não me preocupa muito que a educação seja privada ou pública, mas que exista maior acesso à educação e à informação que penso serem instrumentos principais de mudança.

# III

# Série de conferências e *workshops* provinciais: "Balanço e perspectivas das dinâmicas da sociedade civil Angolana – contributo para o desenvolvimento nacional"

***Luanda, 9 de Março 2010, Benguela, 11 de Março 2010, Lubango, 15 de Março 2010, Huambo, 18 de Março 2010.***



Uma das características centrais do projecto de pesquisa-acção consiste em sair dos cânones das Universidades/academias e fazer a ponte com a sociedade civil nas suas diversas facetas, alargando a discussão e o processo de reflexão sobre estes assuntos. É essencialmente um projecto de estudo, análise e reflexão com vista a contribuir para uma melhor fundamentação da acção de todos os actores envolvidos e no processo de transição democrática.

Neste sentido, o projecto congrega várias OSC Angolanas e organizou uma série de eventos ao longo do mês de Março de 2010 para discutir e questionar as dinâmicas da sociedade civil, as perspectivas de acção futura, tendo em conta o contexto nacional, regional e internacional, incluindo debates e *workshops* em várias províncias – Luanda, Benguela, Lubango e Huambo.

Luanda foi naturalmente escolhida para abertura da série de eventos por ser o local onde estão sedeadas as organizações internacionais (governamentais e não governamentais); Benguela, Lubango e Huambo foram escolhidas pelo seu histórico de discussão e envolvimento activo nas estratégias de intervenção das OSC.

## Programa de Luanda, 9 de Março 2010

*Espaço Chá de Caxinde – Luanda Cine-Teatro Nacional - Associação Cultural Chá de Caxinde*

17.00h: Inauguração de exposição fotográfica do processo eleitoral de 2008, organizada pela Omunga
- José Patrocínio (Omunga).

17.15h: Sessão de abertura
- Jacques dos Santos (Associação Chá de Caxinde)

17.20h-18.00h: Apresentação do relatório - "Processos de democratização e desenvolvimento em Angola e na África Austral" -, seguido de discussão pública sobre "Dinâmicas da sociedade civil angolana no pós-guerra".
- Justino Pinto de Andrade (Universidade Católica de Angola)
- Sérgio Calundungo (ADRA-Angola)



- José Patrocínio (Omunga)
- Nuno Vidal (FEUC-CES)

18.00h-18.50h: A Arte como forma de intervenção social contemporânea em Angola
Facilitador:
- Justino Pinto de Andrade (UCAN)
- Ruy Duarte de Carvalho (académico, escritor e cineasta)
- José Sousa Machado (crítico de Arte)

- Sessão de perguntas e respostas

## Pontos focais da conferência da Luanda

Para o evento de Luanda, a coordenação científica do projecto decidiu abrir uma nova linha de discussão que parece assumir uma relevância especial no contexto Angolano, nomeadamente a relação entre as várias formas de expressão artística e a intervenção sócio-política.

Tal como é sabido, o criticismo sócio-político em Angola tem sido desde há muito marcado por várias formas de arte, seja ao nível do chamado período de proto-nacionalismo (literatura, poesia e artigos em jornais da época), seja ao nível da luta nacionalista ou anti-colonial (literatura e música) ou ainda no período pós-independência (literatura, composição musical, teatro e cinema).

Todas estas formas de arte jogaram um papel importante na intervenção sócio-política em Angola e este projecto de pesquisa considerou importante abrir um espaço de reflexão e análise para as relações entre expressões artísticas e activismo/intervenção social. Deste modo, o evento de Luanda contou com um painel sobre esta temática, tendo como convidado o internacionalmente consagrado escritor, cineasta e também académico, Ruy Duarte de Carvalho (membro da equipa de pesquisa deste projecto), juntamente com o crítico de arte, José Sousa Machado.

Uma vasta audiência esteve presente no evento de Luanda, incluindo vários representantes da comunidade diplomática acreditada em Luanda. O evento contou ainda com uma exposição fotográfica e distribuição de uma brochura sobre as eleições legislativas de 2008 produzida pela Omunga. A exposição fotográfica explicada durante o primeiro painel pelo coordenador da Omunga, José Patrocínio, captou claramente a atenção da audiência, tratando-se de uma original abordagem das eleições, mostrando o processo eleitoral conforme foi visto e acompanhado pelos jovens activistas da Omunga durante o dia de eleições em Setembro de 2008. Exemplares do relatório e do livro foram distribuídos gratuitamente, assim como a brochura da Omunga sobre as eleições de 2008.

Para grande tristeza de toda a equipa do projecto de pesquisa-acção, o nosso membro e amigo Ruy Duarte de Carvalho faleceu alguns meses mais tarde, em Agosto de 2010. A sua palestra no evento de Luanda foi a sua última intervenção pública em Angola, que aqui reproduzimos na integra.




## 1.º Painel - Dinâmicas da sociedade civil angolana no pós-guerra (resumo)

### Justino Pinto de Andrade – O convívio na diferença

Desde o início deste projecto e deste processo de pesquisa-acção temos tentado construir um espaço de discussão pública, de debate, de reflexão e de procura por soluções para os diversos problemas com que nos defrontamos em termos de implementação de um sistema democrático e de desenvolvimento equitativo e equilibrado.

Em 2009 fizemos o balanço dos nossos primeiros cinco anos de actividade e lembrámos o evento que deu início a este projecto, a nossa primeira conferência internacional, realizada em 2004 em Luanda, quando ousadamente juntámos à mesma mesa e pela primeira vez numa iniciativa da sociedade civil, pessoas que há pouco tempo estavam a combater. Relembro que a guerra havia terminado em 2002 e a nossa primeira conferência internacional data de 2004.

Penso que aquela conferência foi um marco em termos de iniciativa da sociedade civil para discutir questões políticas e económicas sensíveis. Conseguimos criar um espaço de desanuviamento de tensão da discussão pública, que naquela altura estava ao rubro com o debate sobre o novo figurino constitucional e quando se discutia a data das eleições (que vieram a ocorrer somente em 2008).

De lá para cá preocupámo-nos em continuar a debater as questões relacionadas com a política e a sociedade civil e o desenvolvimento, mas com a preocupação de alargar o contexto de análise, fazendo o enquadramento de Angola no contexto regional e internacional, algo que nos permitiu encontrar muitas semelhanças entre o caso Angolano e muitos outros países da região.

Desde então temos tido a participação, nas conferências e publicações, de inúmeros autores da região Austral e de outros continentes para além do nosso. Na última conferência de Bruxelas no Parlamento Europeu conseguimos uma vez mais um leque abrangente de participantes e de temas.

Se eu tentasse resumir em muito poucas palavras o nosso objectivo com este projecto, diria que consiste em passar a mensagem às novas gerações de que é possível conviver na diferença. Se assim não for, não nos desenvolvemos nem libertaremos destes problemas que nos povoaram a mente e o cérebro durante tantos anos.

O importante da nossa mensagem é o "Convívio na Diferença"

### Sérgio Calundungo – Estados efectivos demandam cidadãos activos

Como vemos as dinâmicas da SC no pós-guerra?

Antes de mais gostaria de dizer que existe uma tendência de vermos a SC apenas



como as ONG, e tal perspectiva constitui uma injustiça para com todas as outras organizações que compõem a SC, as ONG são apenas um dos actores da SC.

No pós-guerra tínhamos vários desafios cruciais e a todos eles as OSC responderam de forma muito efectiva, numa memória que não pode ser apagada agora que alguns desses desafios foram vencidos e o Estado se sente mais seguro para com eles lidar:

1) O primeiro desses desafios era o da segurança numa época de pós-conflito, quando o imperativo era desarmar, desminar, desmobilizar antigos combatentes, etc.

Ainda que fossemos nessa altura mais prestadores de serviços do que propriamente estrategas de políticas sustentáveis, já nessa altura as OSC mostraram um empenhado engajamento numa série de projectos de apoio a deslocados, desmobilizados, e a campanhas de desarmamento

2) Um segundo desafio importante foi o da então chamada "extensão da administração do território". Devemos lembrar-nos que na prática o governo tinha em mente simplesmente estabelecer a presença, mais simbólica que efectiva, dos representantes do Estado nos municípios onde até então não se fazia presente. Regra geral, essa presença consistia num administrador e num polícia. A participação das OSC nesse processo foi bastante importante, alertando desde o início para o facto de termos de pensar muito para além dessa presença simbólica inicial. Numa primeira fase o reforço da capacidade local da administração passou em muito pelas OSC, reforçando competências administrativas e alertando para a necessidade de ir além das questões de circulação territorial e autoridade do Estado. O processo de normalização da vida das instituições, do recenseamento eleitoral, da educação cívica e eleitoral, também deve muito ao trabalho árduo e empenhado da multidão de OSC que por esse país fora ajudaram e implementaram incontáveis programas.

3) Um terceiro desafio residiu nos aspectos do desenvolvimento. Numa época em que só se falava das taxas de crescimento recorde da economia Angolana, olhando-se apenas para a perspectiva macro-económica, foram também as OSC a fazer um imenso trabalho de conscientização crítica e questionamento da qualidade do crescimento económico. Trabalhando no terreno, de perto com as comunidades e com a Angola dos pobres, foram muitas das OSC que trouxeram a debate a necessidade de pensar e falar em desenvolvimento equitativo, com dignidade humana e desenvolvimento regional equilibrado e acabar com as profundas assimetrias regionais, especialmente entre o interior e a costa.

4) Um quarto desafio do pós-guerra residiu nas questões ligadas à reconciliação, pacificação e superação dos traumas sociais da guerra, na tentativa de terminar com os estereótipos da guerra. Pese embora os esforços do Pe. Pio na Huíla e da sua ACC, considero que este desafio ainda está por vencer e constitui um problema que terá mais cedo ou mais tarde de ser enfrentado para que fantasmas do passado não persigam e atrapalhem o nosso caminho futuro. Não devemos perder de vista as feridas que podem não estar completamente saradas.



Olhando para estes 4 desafios do pós-guerra penso que o país deve muito às OSC no trabalho que foi realizado.

Actualmente considero que assistimos a um novo desafio que se vem colocando com cada vez maior intensidade às OSC, no sentido de deixarem de ser somente prestadores ou provedores de serviços para passarem a ser mais activistas do desenvolvimento completo e integrado, questionando de igual forma o processo de evolução democrática e a qualidade de governação e gestão do bem público.

Nesta fase assistimos a uma certa divisão no seio das OSC, entre aquelas que assumem uma postura de maior activismo político e contestação ao governo e aquelas que assumem uma postura mais flexível na articulação e trabalho com a administração do Estado.

Aqui levanta-se a questão de sabermos o que somos? Parceiros do governo? Interlocutores do governo? Ou agentes do Desenvolvimento? O conceito de que as ONG são tradicionalmente parceiros do governo para fazer chegar bens e serviços aos locais onde o governo não chega é um conceito ultrapassado; o conceito de que as pessoas das comunidades são meros utentes ou beneficiários de serviços prestados pelas OSC também já não tem cabimento, até porque cada vez mais estas comunidades têm capacidade de questionar, intervir e reivindicar.

O papel das OSC é hoje e cada vez mais de se fazer ouvir no sentido de influenciar os processos de tomada de decisão e definição de políticas públicas que afectam as comunidades, ganhámos legitimidade para tal, mediante o contributo que demos aos desafios cruciais do pós-guerra.

A questão é como influenciar e participar nos processos de tomada de decisão? Como se relacionar com o governo e com a administração?

Nas duas perspectivas presentes nas OSC temos uma discussão que considero inócua e improfícua com a divisão entre aqueles que assumem uma postura de se colocarem cada vez mais afastados da relação com o executivo e a administração, e outros que reconhecendo a fragilidade do aparelho institucional procuram, ainda assim, buscar maior articulação com as estruturas do governo e da administração do Estado. As acusações mútuas entre os partidários de uma e de outra posição levam a uma troca de agressões em que uns apelidam os outros de radicais e os outros apelidam os uns de cooptados e colaboracionistas.

Parte da nossa energia é gasta nestas discussões infrutíferas e que nos prejudicam, porque apesar das estratégias puderem divergir existe em comum o desejo de mudança e de melhorar a vida dos cidadãos, o desejo de tirar partido efectivo e pleno das oportunidades abertas pela paz.

A capacidade reivindicativa dos cidadãos é muito maior hoje do que era em tempo de guerra, mas não temos capacidade de ser efectivamente escutados pelo governo, temos de forçar o Estado a escutar-nos e isto poderá ser feito de forma mais eficaz




com a união de esforços. Incrementámos a nossa capacidade de pressão, mas não de ser efectivos na influência das políticas públicas e lembro que Estados efectivos demandam cidadãos activos.

Este desafio e a forma como o enfrentarmos vai marcar o nosso futuro. Aquilo que Angola será em termos de democracia e de desenvolvimento justo e equilibrado dependerá da nossa capacidade de nos fazermos ouvir.

### José Patrocínio – A esperança num espaço de cidadania

Ainda que a área de intervenção da Omunga não seja especificamente a dos processos eleitorais, somos dedicados a questões de cidadania e educação cívica e eleitoral, e sobretudo pensámos que seria necessário alterar o modo como a sociedade civil se deveria envolver com o processo eleitoral. Em 1992 a sociedade civil foi como que ignorada e relegada a um papel passivo; pensámos portanto que as eleições de 2008 seriam uma oportunidade para alterar este quadro.

Fizemos um primeiro documentário de educação eleitoral virado para o registo eleitoral, que no entanto foi rejeitado pela estrutura administrativa das eleições e acabou por ser somente utilizado ao nível das OSC. Posteriormente produzimos um segundo documentário, já não ligado ao registo eleitoral mas sobre as eleições legislativas e este sim a comissão provincial eleitoral aceitou e usou no seu trabalho de educação cívica. Não somente usou o material, mas estabeleceu inclusive um acordo com a Omunga no sentido de uma parceria de trabalho, juntando Comissão Provincial Eleitoral e Rede Provincial Eleitoral com papéis bem distintos para cada parceiro no âmbito da educação cívica e eleitoral.

À Omunga cabia alertar para a importância de votar, a votação como um direito, esclarecer o que seria a futura assembleia legislativa e as obrigações dos representantes eleitos a quem se pedem contas do mandato, etc. A CPE tinha um papel mais técnico, explicando o processo de votação, boletins de voto, urnas, etc. A Rede tinha um papel de prevenção e resolução de conflitos antes e depois das eleições.

A Omunga foi a única OSC a ser reconhecida no Lobito para o registo eleitoral e o Lobito foi o único lugar onde os jovens moradores de rua puderam votar; não tinham documentos, não eram reconhecidos pelas autoridades tradicionais, mas conseguimos fazer um trabalho de registo destes jovens para que pudessem votar, tendo para além disto acompanhado o processo eleitoral, registando imagens, congregando informação dos locais de voto.

Aqui reside a nossa esperança, existe toda uma expectativa de continuar a participar num espaço de cidadania que queremos alargar. Tivemos muitos apoios e interacção com OSC Angolanas e internacionais, conseguimos editar este pequeno livreto com fotografias das eleições e realizámos a presente exposição de fotografias sobre o processo eleitoral com o trabalho realizado por estes jovens que até às vésperas das eleições não eram cidadãos.



## 2.º Painel - A Arte como forma de intervenção social contemporânea

**Composição da Mesa:**

Justino Pinto de Andrade (moderador), José Sousa Machado (apresentador do tema e do prelector), Ruy Duarte de Carvalho (prelector)

José Sousa Machado:

Boa Tarde a todos, o Nuno Vidal pediu-me para, na qualidade de crítico de arte, de homem da cultura e admirador da obra do Ruy Duarte de Carvalho, apresentar este tema, de saber sucintamente qual é a função da arte nas sociedades contemporâneas, que nível de intervenção social e política é que ela representa?

Vou ser muito breve, deixando esse trabalho para ser desenvolvido pelo Ruy Duarte de Carvalho, mas genericamente considero que a arte só faz sentido na medida em que acrescente o horizonte do conhecimento, trabalhando sobre realidades até então invisíveis. Eu acho que a própria obra do Ruy Duarte de Carvalho revela isso. Eu quando a comecei a ler iniciei pela prosa, mas o que me impressionou na prosa dele foi a imensa carga poética que ela tinha, como se houvesse um discurso muito bem arquitectado que fazia as palavras jorrarem entre a escrita e a oralidade, portanto havia já aqui qualquer coisa de uma fronteira não dita no próprio género literário. Fui depois percorrendo a obra dele e fui-me apercebendo que toda ela está construída em cima de um esbater das fronteiras entre os géneros – a poesia, o ensaio, a ficção, o memorialismo –, todas elas se encontram umas nas outras, esbatendo completamente as fronteiras dos géneros e abrindo espaço à criatividade mais pura. Eram estas as palavras introdutórias que eu aqui queria trazer e penso que o Ruy Duarte de Carvalho, melhor que eu, sobre este tema falará.

Ruy Duarte de Carvalho:

Muito obrigado, muito boa noite, eu tenho muito gosto de estar a falar para vocês. Já noutras ocasiões participei em operações deste projecto como analista e desta vez estou como artista e espanto-me que as pessoas queiram ouvir os artistas falar. Estão aqui amigos meus que já me ouviram contar uma história que eu não resisto em recontar. Quando eu era regente agrícola, no tempo colonial, tive um chefe agrónomo que quando se falava de alguém que tinha ideias menos ortodoxas ele dizia "esse homem é um poeta", e olhava para mim e dizia "desculpe, desculpe", e depois dizia "esse homem é um artista", e depois olhava outra vez para mim e dizia "oh desculpe outra vez, pela indelicadeza", e depois dizia "esse é um músico". Portanto, entre poeta, artista e músico, quem é que leva a sério aquilo que eles dizem? Nem é necessário, basta que levem a sério a obra que eles realizam das suas artes.

Contava estar aqui com um compositor e com um artista plástico, mas o facto de estar eu aqui só, escritor, a falar, dispensa-me de tecer algumas considerações sobre as diferenças entre as várias expressões artísticas e também sobre o que é arte e o que não é arte.



Todos nós vamos à escola e aprendemos a arte da escrita, aprendemos a escrever, e todos nós, quer sejamos contabilistas, homens de negócios, analistas, escritores, enfim investigadores, todos nos expressamos através da escrita e há quem escreva bem e há quem escreva mal, mas em todos há esse denominador comum da escrita. Depois há a escrita artística e a escrita que não é artística, a que é demonstrativa, expositiva, argumentativa, como entenderem. Portanto, há que estabelecer essa diferença que eu me dispenso de fazer.

O que eu quero realçar agora é que na história da Angola independente, vamos a caminho dos quarenta anos, não é a primeira vez que sou convocado para este tema e sob vários regimes. Não é espantoso que todos os regimes políticos se preocupem com a intervenção social dos artistas? É! E ocorre sempre e nada muda tanto como nós julgamos quando mudam os regimes políticos, "gente é com gente" diz um provérbio Nhanheca e Bantu de uma maneira geral, e portanto há de ser sempre mais ou menos da mesma maneira.

O facto é que estou hoje aqui a debater o tema do papel que a arte pode ter na intervenção social, quando hoje se faz apelo a uma figura que é a sociedade civil e aqui há trinta anos fazia-se apelo a uma figura que era o povo. O que não mudou é que todos os poderes, tenham em conta o povo ou tenham em conta a sociedade civil, têm necessidade de ter os produtores artísticos mais ou menos sob controlo, essa é que não temos dúvida nenhuma que é uma necessidade que não se alterou, porque senão escapavam ao exercício da política e é melhor que não escapem… o que produz muitas vezes muitos equívocos. Eu sou absolutamente advogado e militante – se ainda me preservo algum espírito de militância – em relação ao facto de que todos os conhecimentos devem ocorrer para ver se damos um jeito ao exercício de estar vivo, ao exercício de viver em sociedade e ao exercício de, enfim, podermos conduzir a vida das pessoas a situações que não sejam tão catastróficas como aquelas que nós vivemos.

Advoguei e tenho material escrito sobre aquilo a que eu chamo de "convocacionismo", que é convocar todas as ordens do conhecimento no tempo e em todas as áreas. Continuo a achar que é um prejuízo enorme não se ter em conta as formas políticas dos poderes africanos pré-coloniais, da política tradicional, para serem introduzidas nesta configuração que pretendemos democrática. Acho que o conhecimento que as artes transportam deve concorrer com o conhecimento que as investigações concorrem e que as filosofias concorrem, para ver se encontramos soluções, e a isso fui chamando convocacionismo. Ao recurso ao conhecimento africano pré-colonial eu chamo de neo-animismo e tenho neste momento, não digo uma falange, mas enfim umas correntes de jovens, sobretudo jovens, que estão interessados naquilo que eu proponho a esse respeito, e portanto, estou perfeitamente em consonância com a importância que pode ter a produção artística na condução da sociedade.

De qualquer maneira, o que eu quero aqui dizer é que acho que entre o artista e o público que é o consumidor, existem os instrumentos e as vias de mediação, que quando se falava do povo como referência, era o Estado, e hoje é a sociedade civil, as empresas, o poder económico, o Estado, subsídios e encomendas, e arenas de discussão,

que é o caso da Chá de Caxinde que abre o terreno. Portanto, entre o público e o artista, entre o público e a obra de arte – e não há arte sem obra de arte, há as artes de toda a ordem, mas sempre se traduzem em obra – há uma mediação que não depende do artista. A relação do artista com a sociedade depende menos do artista do que dos dispositivos que regulam a sociedade. A intervenção social da arte dependerá sempre menos dos artistas e do público que o consome do que dos poderes que asseguram a distribuição, sejam os poderes económicos, sejam os poderes empresariais, sejam os poderes políticos, sejam quiçá os poderes académicos.

A intervenção do poder político e de Estado, por inerência, definição e imperativo de funções, há de ser sempre a de tentar mobilizar toda a disponibilidade e toda a indústria dos cidadãos, económica, funcional, muscular, mental, criativa, de pesquisa e até lúdica e de lazer, para os terrenos daquilo que entende e que propõe o Estado e o poder político como interesses comuns confiados ao seu governo, controlo e vigilância.

O poder económico, quando encomenda coisas aos artistas - e os plásticos vivem sobretudo disso -, tem em conta em que medida esse produto pode entrar, ter lugar, na economia, na cultura e na política do mercado. A sociedade civil, que entretanto passou a constar, passou a ser tida em conta e passou a mobilizar-nos para situações como a que estamos aqui a viver. Os sectores da sociedade civil que se manifestam são normalmente accionados por activistas que têm, de uma maneira geral e quase também sempre por inerência, os seus objectivos políticos exigentes ou tributários das suas próprias estratégias. O que eu quero dizer perfeitamente, para quem quer entender-me, é que os partidos e os grupos, a arte e a cultura, são mais entendidas como veículos e instrumento ideológico-programático e não como terreno de desbravamento do conhecimento e via de invenção e descoberta através das expressões artísticas.

Portanto, em que medida é que o artista é responsável e pode ser entendido como a chave da intervenção da arte na sociedade? A resposta tem de ser relativizada, tal como estou a tentar aqui dizer. Agora pergunto, o artista tem de ser ciente disto tudo? Não, o artista não precisa ser ciente disto tudo, nada obriga a que o artista seja também analista e vice-versa, o analista também não precisa de ser artista. Eu tenho produzido escritas enquanto analista, tenho escrita argumentativa, expositiva, demonstrativa, tenho produzido escrita artística, tenho feito relatórios, passei a vida inteira a escrever e, vivendo bem ou mal, é da escrita que tenho vivido e da minha pensão enquanto professor da Universidade Agostinho Neto, não é da minha escrita artística, não vivo dos direitos de autor, portanto posso falar com relativo à vontade.

O que se pode e deve pedir ao artista? Não se deve pedir mais ao artista do que o que se pede aos outros sectores da sociedade. O artista só tem talvez de estar ciente, enquanto cidadão, é daquilo que pode fazer dele um artista ou um mero agente cultural ao serviço deste ou daquele poder, desta ou daquela noção de cultura. O serviço do artista é captar, traduzir, produzir aquilo que se situa para além das relações pragmáticas inerentes ao exercício estrito de estar vivo. Ao artista calha-lhe e compete-lhe o desbravamento da potencialidade sensitiva, perceptiva e interpretativa, do imaginário da espécie.

Porque eu pensava que o António Ole estaria aqui ao meu lado, eu ia falar de uma fórmula que eu acho excelente, uma síntese de um artista plástico que é o Paul Klee. Os artistas plásticos que queiram encontrar alguém do ofício que já tenha pensado por eles podem ir ao Paul Klee que encontram lá tudo. O que o Paul Klee diz é que o artista não reproduz o que está à vista, o artista dá a ver, dá a ver não o que está imediatamente à vista do que toda a gente vê, mas o que o dispositivo interior próprio dele, com que a natureza e a sua formação o dotaram, lhe dá a ver a ele, e ali e assim só talvez a ele. O artista não tem nada a demonstrar, não tem nada a provar, não tem nada a impor, não tem nada a dissertar, só lhe compete é dar a ver o que vê ao resto da sociedade, quiçá da humanidade e da espécie inteira.

Artista será sempre aquele que, dada ainda a natureza daquilo que se propõe fazer, encrava quanto à escolha ou à descoberta de um acorde, de uma linha melódica, de uma frase musical, de uma nota sei lá..., de uma tonalidade de cor, de uma complementaridade ou confronto de cores sei lá..., de um adjectivo ou de um advérbio. As insónias causadas por adjectivos ou advérbios são privilégios dos artistas, eu tenho passado por muitas insónias por muitas razões, de amor, etc., mas talvez muito mais por encalhar num adjectivo ou num advérbio que tem que ser o advérbio justo, porque um artista da palavra não pode trabalhar senão a partir da palavra, da mesma maneira que o artista plástico não pode trabalhar senão a partir dos materiais que utiliza.

O artista não resolve questões, nem remata discursos, nem culmina discorrências, questões, antes as inaugura e instala interrogações, ao mesmo tempo que revela evidências e obtém por vezes resultados que escapam a todas as intenções que à partida lhe assistiram ao próprio artista. Não tem artista que não saiba do rendimento que pode tirar ou do aproveitamento que pode dar aos imprevistos e mesmo aos percalços de percurso que lhe ocorrem pela via do comportamento dos materiais que usa durante o processo de criação; na pintura é comum e na escrita também, e a poesia não se faz às vezes quase que só disso, e os artistas que a praticam pagam quase sempre pelo arrojo um pesado tributo, em literatura não serão pura e simplesmente lidos, a maior parte dos poetas não são lidos, a maior parte dos escritores referem-se aos poetas e ninguém entende o que os poetas dizem, às vezes nem os próprios poetas, e quando os prosadores tentam traduzir em prosa o que os poetas quiseram dizer, os primeiros a rir-se à gargalhada são os poetas, porque para traduzir aquilo em prosa não valia a pena fazer poesia. Se a poesia adianta ou não adianta...? Eu não sei nada do século XX se não ler o Eliot, eu não sei nada daquilo que testemunho se não ler os grandes poetas do presente. São questões ligadas ao lugar da espontaneidade na produção artística, são as espontaneidades da criação que tanto assustam os poderes de toda a ordem, incluindo os universitários, os académicos, os escolásticos.

O que tudo porém leva a crer que pode afirmar-se em relação a todos os tempos da idade do homem, e não importa aonde, é que artista enquadrado – caso contrário ainda assim ele continuará a existir na mesma, mas desenquadrado e portanto à margem de uma qualquer ordem – só existe desde que lhe seja garantida à partida o direito à espontaneidade, à interrogação e à dúvida e àquilo que as estimula, à indecisão,

ao bloqueamento e à deriva, aspectos de carácter que dificilmente serão permitidos àqueles que pretendem ou a quem cabe accionar a vida verdadeira das sociedades, quero dizer os agentes de negócios, de intervenções técnicas e jurídicas e de operações e programações políticas e ideológicas, e culturais às vezes. Repararão que é a primeira vez que falo de cultura, não estive a falar de cultura, estive a falar de artes, porque de cultura eu nem quero falar.

Ao artista pede-se-lhe em troca que se exprima através de obra, e se possível de obra capaz de durar e passar a constituir património da humanidade, e é isso que há-de aferir a qualidade e determinar a importância, e não exactamente de golpes de oportunidade, discursos, promessas ou programas, como acontece muito na intervenção social directa, económica, institucional e política e pseudo-literária e pseudo-artística também.

**Sessão de encerramento**

**Justino Pinto de Andrade:**
Agradeço ao Ruy, que me surpreende sempre com intervenções interessantíssimas. Aquando da intervenção do Ruy na nossa conferência em 2004 em que estavam presentes membros de todos os partidos políticos o Ruy foi uma pedrada no charco…

Ruy Duarte de Carvalho:
Ah, …aí tenho uma observação a dizer, se me deixas…, também, e no meio da intervenção, o Justino achou que ninguém estava a entender nada do que eu dizia e disse "o que o mais velho quer dizer é 'vejam se se entendem'" e cá está ele a fazer o mesmo resumo…

**Justino Pinto de Andrade:**
…ora aí está. Posto isto, resta-me em meu nome pessoal, do Nuno Vidal e do projecto de "Pesquisa-Acção: Processos de Democratização e Desenvolvimento em Angola e na África Austral" que coordenamos, agradecer à Chá de Caxinde por nos ter proporcionado este momento e a presença de todos vocês que aqui estão, presença sempre agradável. Espero que proximamente nos voltemos a encontrar.

## Programa de Benguela, 11 de Março 2010

*Universidade Católica de Benguela*

14.30h – 14.40h: Sessão de abertura
- O Magnífico Reitor da Universidade Católica de Benguela
- Pe. Professor Doutor Amadeu NGula - A sociedade civil e a mudança na produção do político

14.40h - 16.00h: Balanço e perspectivas das dinâmicas da sociedade civil Angolana: contributo para o desenvolvimento nacional
- Justino Pinto de Andrade (UCAN)
- Ilda Valério (IECA)

- José Patrocínio (OMUNGA - Benguela)
- Nuno Vidal (CES-FEUC)

16.00h - 17.30h: Sessão de perguntas/comentários da audiência

17.30h: Sessão de Encerramento – O papel da sociedade civil no desenvolvimento do país
- Pe. Prof. Dr. José Brinco - Vice-Reitor da Universidade Católica de Benguela



## Pontos focais da conferência de Benguela

O evento de Benguela decorreu em parceria com e nas instalações da Universidade Católica de Benguela, tendo S. Exa. o Reitor aproveitado o evento como parte das cerimónias oficiais de abertura do ano lectivo de 2010. Deste modo, o público académico que participou no evento excedeu todas as expectativas e lotou a sala do evento que não conseguiu albergar todos aqueles que quiseram assistir.



O elevado número de participantes não permitiu que se seguisse o programa inicialmente planeado que incluía uma estrutura de *workshop* com grupos de trabalho. Além do mais, as intervenções dos prelectores e da audiência estenderam-se muito além dos limites de tempo inicialmente previstos. Não obstante, os assuntos na agenda para os grupos de trabalho acabaram por ser discutidos pela plenária e pelos prelectores.



As apresentações e debates foram um misto de perspectivas académicas e da sociedade civil na medida em que a audiência era essencialmente composta por estudantes, professores e um número significativo de activistas da sociedade civil de Benguela, mas incluindo também um grupo de activistas vindos da província do Kwanza-Sul. O próprio painel era um misto de académicos e de activistas da sociedade civil.

As intervenções por parte da audiência foram acaloradas, atingindo o seu auge com a discussão acerca dos deslocamentos forçados das comunidades no Lobito. Este assunto foi levantado por José Patrocínio, da associação Omunga, e intensamente comentado e debatido pela audiência, juntamente com apreciações acerca do processo da Conferência Angolana da Sociedade Civil, tema apresentado por Gil Tomás da ADRA-Benguela.



O Reitor e o vice-Reitor da UCAB reiteraram por diversas vezes o interesse da sua instituição em futuras parcerias com a sociedade civil no sentido de se discutirem e debaterem assuntos social e politicamente sensíveis, tais como os deslocamentos forçados de comunidades e a redução da pobreza.

Exemplares do livro e do relatório foram oferecidos aos participantes, juntamente com as brochuras produzidas pela Omunga acerca das eleições de 2008. A Omunga uma vez mais (a exemplo do que acontecera em Luanda) aproveitou a oportunidade para apresentar a exposição de fotografia acerca das eleições de 2008.





## Pe. Professor Amadeu N'Gula – A sociedade civil e a mudança na produção do político

Agradeço a honra que me coube de presidir a sessão de abertura deste evento aqui na Universidade Católica de Benguela. Num contexto como o nosso, marcado pelo recente processo constitucional, uma conferência com este tema: "Balanço e perspectivas das dinâmicas da sociedade civil angolana: contributo para o desenvolvimento nacional", quer ser um esforço de compreensão das dinâmicas dos actores locais e, neste caso, da sociedade civil, entendida como um conjunto de estruturas com maior ou menor grau de formalidade, constituídas por indivíduos que perseguem interesses comuns, com autonomia em relação aos poderes públicos e à classe dirigente. Isto implica sem dúvidas, a existência duma consciência colectiva livre de todo o influxo ideológico. Na verdade, hoje por aquilo que podemos constatar, a sociedade civil angolana é uma realidade incontestável no âmbito do discurso político, jornalístico, académico e social. Isto mostra que uma sociedade civil e de estrutura diversificada pode contribuir efectivamente para a força e a estabilidade da Nação.

Não nos esqueçamos que a história mais recente da sociedade civil angolana se traduz na história da reconstituição do espaço público angolano, onde a sociedade civil, por uma questão vital de busca de espaço de expressão, procura a recomposição do espaço público e, assim, a "nova" sociedade civil vai-se afirmando progressivamente através dos movimentos no espaço sócio-cultural.

Embora muitas vezes o poder não esteja interessado na existência de uma sociedade civil participativa e organizada, a sociedade civil angolana tem vindo a ganhar terreno, clarificando o seu papel, mesmo que denotando ainda fragilidades no seu papel propositivo e reivindicativo.

Na verdade, se a sociedade civil aparece desde o início como um actor incontornável no processo de transição para a democracia e da construção prática de um verdadeiro Estado de direito, com a aprovação e promulgação da nova Constituição começa no país uma nova era, uma mudança progressiva nos modos de produção do político. Assim, todos os actores políticos e sociais têm que levar em conta a responsabilidade pela "res publica" e são obrigados a procurar a sua legitimidade no quadro da democracia e do Estado de Direito. É este quadro que alimenta a ideia do Estado da liberdade, do Estado eficaz, do Estado do desenvolvimento.

Deste modo, auguro que o balanço que se pretende realizar nesta conferência em relação ao debate que nos propomos venha, em termos de perspectiva, determinar mudanças nos modos de produção do político, contribuindo assim para o desenvolvimento nacional que se almeja.





Gil Tomás - Conferência Nacional da Sociedade Civil: uma plataforma de articulação e afirmação da Sociedade Civil (notas da apresentação)

**1. Antecedentes**

- Mudança do modelo de orientação ideológica e de desenvolvimento (final dos anos 1990).
- Eleições Multipartidárias de 1992
- Retorno ao conflito militar.
- Contexto de emergência.
- Crescimento exponencial de organizações de apoio humanitário.
- Espaços de articulação, coordenação e priorização da ajuda humanitária.
- Fim do conflito militar (2002)

**2. Razões do surgimento da CNSC**

- Mudança do tipo de intervenção: da assistência directa para o reforço de capacidades e desenvolvimento; da abordagem baseada nas necessidades (vitais) para a abordagem baseada nos direitos humanos (DESC);
- Existência de espaços/plataformas de representação das OSC cuja legitimidade é/era questionada;
- Estagnação/extinção de espaços/fóruns de articulação, coordenação da intervenção humanitária;
- Alargamento da área geográfica de intervenção dos actores;
- Intervenção dos actores comunitários/humanitários com base na ideia de "ilhas isoladas sem conexão alguma".

**3. Surgimento**

- Processo "top – down": de Luanda para as Províncias; das Capitais de Províncias para os Municípios; indicação de algumas Organizações de referência para conduzirem o processo inicial (1.ª CNSC);
- Introdução do conceito de processo com a realização da 2.ª CNSC;
- Conquista progressiva de legitimidade e de princípios democráticos;
- Alargamento da base de participação para o âmbito municipal;
- Muitos pensavam que fossem actividades de "certas" organizações.

**4. Forças e Fraquezas da CNSC**

**4.1 Forças**

- Processo assente em princípios democráticos e na descentralização;
- Base de participação alargada e diversificada ao nível nacional, provincial e municipal;
- Predomínio da cultura do diálogo e da consulta para a tomada de decisão;
- Conhecimento da realidade concreta de cada Província (actores, contexto, forças e fraquezas);
- Ligação entre o mundo urbano e rural.





**4.2 Fraquezas**

- Incapacidade de prestação (atempada) de contas;
- Deficiente comunicação entre os diferentes níveis (nacional, provincial e municipal);
- Forte debilidade ao nível da articulação e partilha de informação das OSC que se reflecte: a) na falta de tomadas de posição conjuntas; b) na insuficiente intervenção na vida pública; c) na fraca capacidade de influenciar os processos políticos de tomada de decisão;
- Pouca predisposição para o exercício interno da democracia e da transparência;
- Visão paternalista de alguns actores e/ou Grupos Provinciais;
- Fraca capacidade organizacional de grande parte de OSC;
- Fraco domínio dos instrumentos de orientação metodológica por alguns Grupos de Coordenação Provinciais;
- Excessiva dependência de financiamentos externos.

**5. Desafios e lições**

**5.1 Desafios da CNSC**

- Melhorar os mecanismos de articulação, interacção, coordenação e troca de informação;
- Tornar-se uma plataforma mais actuante e interventiva;
- Promover e divulgar as boas práticas com base nas suas experiências do quotidiano e do funcionamento das suas organizações;
- Estabelecer canais de comunicação e interacção com as Instituições do Estado com base no diálogo, cooperação e parceria.

**5.2 Lições**

- A descentralização da gestão financeira promove a aprendizagem das Organizações (caso do Moxico e Namibe);
- A assumpção da 3.ª CNSC pela Província de Benguela demonstra que é possível a promoção de um modelo de liderança rotativa;
- O alargamento da Conferencia para o âmbito municipal constitui um excelente espaço de participação e construção do diálogo.

Pe. Professor José Brinco – O papel da sociedade civil no desenvolvimento do país.

Foi com grande satisfação que nos associámos ao projecto de pesquisa-acção para acolher esta conferência sobre "Dinâmicas da sociedade civil para o desenvolvimento nacional" na sala magna desta instituição Católica. A relevância do tema, o nível científico da abordagem dos assuntos, a qualidade académica das questões levantadas e a importância da discussão suscitada, conjugam exactamente com a natureza duma Universidade Católica. A Universidade é o âmbito adequado de universalização do conhecimento, é o ambiente vital onde se revela a polifonia da realidade e a sinfonia da verdade, é o lugar existencial onde se aprende a pensar com rigor e liberdade, promovendo assim uma cultura verdadeiramente democrática, concretizada no debate das questões fundamentais da existência humana que escapam às soluções científicas forjadas nos laboratórios científicos.

O papel da sociedade civil no desenvolvimento do país, a contribuição das forças vivas da nação na gestão da "Polis" não é um favor que a sociedade presta ao poder político, mas sim uma obrigação fundamental da sociedade em relação ao Estado.



Como se pode entender que haja alguns que possuam e exerçam, como superiores dos outros, a faculdade de dirigir a nação, ditar normas vinculantes e coercitivas, não só em relação à vida pública, mas também no âmbito da vida privada? O poder político, juntamente com todas as suas manifestações constitucionais, deixa de ser uma realidade racionalmente aceitável se não se tem em conta alguns fundamentos ou pressupostos pré-políticos da Democracia ou do Estado de Direito, tais como: 1. A sociabilidade como nota essencial do ser humano; 2. A dignidade como condição determinante do ser da pessoa humana: Cada pessoa é sujeito de direitos fundamentais anteriores ao Estado; 3. O bem comum como causa final e objectivo último da existência do Estado; 4. A representatividade como característica decisiva do poder político.



Animo o projecto de pesquisa-acção e os seus parceiros a promoverem debates sobre temas que ajudem a despertar a consciência crítica da sociedade e civil e estreitarem cada vez mais os laços de cooperação com a nossa Universidade Católica de Angola em Benguela (UCAB).

## Programa de Lubango, 15 de Março 2010



*ADRA-Huíla*

**Programa**
14.30h – 14.40h: Sessão de abertura

14.40h - 16.30h: A Questão das demolições e deslocamentos forçados de populações na Huíla
- Guilherme Santos (ADRA-Angola)
- Mariana Soma (ADRA-Huíla)
- Marcelino NGula (Centro de Estudos para o Desenvolvimento)
- Nuno Vidal (CES-FEUC)
- José Patrocínio (OMUNGA)



16.30h - 17.30h: Sessão de perguntas/comentários da audiência

17.30h: Sessão de Encerramento









## Pontos focais da conferência do Lubango

O evento do Lubango ocorreu uma semana após um massivo processo de demolição de casas de pessoas que viviam ao longo da linha de caminho-de-ferro de Moçâmedes. O processo foi extremamente violento e provocou o medo e o pânico entre as populações vítimas de demolição, deslocadas para a área da Tchavola, cerca de 10 Km a Norte do Lubango, um local onde ficaram alojados em tendas e sem as mínimas condições de habitabilidade, saneamento, transportes, etc.

Este assunto dominava a agenda das preocupações sociais no Lubango na época em que decorreu o evento, atraindo a atenção das organizações da sociedade civil nacional e internacional. Os organizadores do evento tiveram a oportunidade de visitar as comunidades deslocadas na área da Tchavola e testemunhar a gravidade da situação daquelas populações.

Parceiros locais do projecto como a ADRA-Huíla, Omunga e o Centro de Estudos para o Desenvolvimento da Huíla, propuseram que o tema referente às populações vítimas de demolições e deslocamentos forçados deveria constituir o foco central do *Workshop*. A proposta foi unanimemente aprovada dado o carácter de pesquisa-acção do projecto e a situação de emergência das populações deslocadas, assim como o espectro de novas demolições nas semanas seguintes.

Deste modo, a agenda previamente estabelecida teve de ser alterada. Apesar de a discussão ter incluído alguns dos temas anteriormente previstos no programa, as demolições e deslocamentos forçados acabaram por constituir o foco central do evento.

O tema das demolições e deslocamentos forçados foi introduzido pelo Pe. Jacinto Pio Wakussanga e desenvolvido por outros prelectores com os relevantes e interessantes contributos da audiência, essencialmente composta por activistas da sociedade civil da Huíla. José Patrocínio da associação Omunga comparou a situação das demolições e deslocamentos forçados com outras situações semelhantes que ocorreram na província de Benguela e anunciou uma manifestação de protesto para as semanas seguintes em Benguela, na tentativa de impedir que o processo, que caracterizou de ilegal, prossiga com novas acções.

Jornalistas vindos de Luanda para cobrir o processo de demolições participaram no *Workshop* e relataram nos seus órgãos de informação os temas discutidos. Um *briefing* acerca do *Workshop* foi produzido pelos organizadores do evento no dia seguinte, incluindo fotografias das comunidades deslocadas e as suas difíceis e inaceitáveis condições de vida na Tchavola. Este *briefing* circulou nos habituais canais de partilha de informação das organizações da sociedade civil e parceiros internacionais.

O evento acabou por contribuir de forma significativa para o esforço de alerta nacional e internacional de oposição e combate contra as demolições e deslocamentos

forçados na província e para a degradação inaceitável das condições de vida das populações deslocadas na Tchavola.

Uma vez mais, exemplares do relatório e do livro foram distribuídos aos participantes no evento.



## Programa de Huambo, 18 de Março 2010

*ADRA-Huambo*



**Programa**
14.30h – 14.40h: Sessão de abertura

14.40h - 15.15h: Balanço e perspectivas das dinâmicas da sociedade civil Angolana: contributo para o desenvolvimento nacional
- Maria de La-Salette (ADRA Huambo)
- Carlos Figueiredo (ADRA-Angola)
- Nuno Vidal (CES-FEUC)

15.15h - 15.45h: Sessão de perguntas/comentários da audiência

15.45h - 16.00h: Coffee Break



16.00h - 16.45h: Trabalho de grupos
- As dinâmicas das OSC na província do Huambo: que perspectivas e estratégias de acção para o futuro? O processo de organização da IV Conferência Nacional da Sociedade Civil no Huambo, desafios e oportunidades.

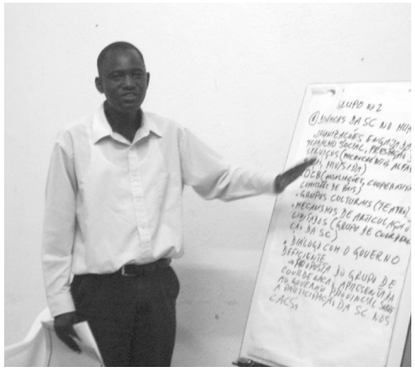
16.45h - 17.30h: Apresentação das conclusões/recomendações dos grupos de trabalho

17.30h: Sessão de Encerramento

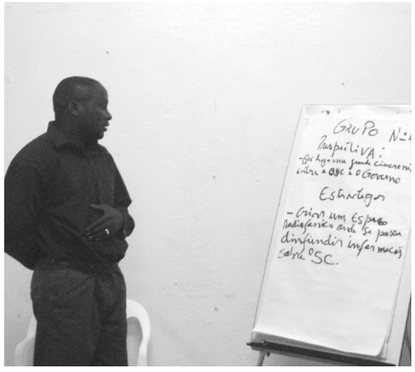
## Pontos focais da conferência do Huambo

Os parceiros locais e outras organizações da sociedade civil que participaram no *Workshop* estavam essencialmente preocupados com a organização da IV conferência nacional que viria a ocorrer na cidade do Huambo em Novembro de 2010. Por este motivo, o evento do Huambo acabou por se centrar na discussão acerca do processo da conferência nacional da sociedade civil.

Na impossibilidade da presença de Gil Tomás, da ADRA-Benguela, a seu pedido o documento da sua autoria, já anteriormente apresentado no evento de Benguela, foi apresentado à audiência, sumarizando o processo da conferência nacional nos seus diversos aspectos, positivos e negativos.







Contribuições complementares foram apresentadas por Carlos Figueiredo, envolvido de perto com todo o processo desde o seu início, com a 1.ª conferência de Luanda em 2007. Também a representante da ADRA-Huambo e membro do grupo de coordenação da IV conferência, Maria de La-Salette, fez a sua apresentação em torno do processo da conferência.

Um participado debate com a audiência seguiu-se às apresentações e precedeu o trabalho de grupos. Os grupos de trabalho apresentaram então uma ronda de conclusões e recomendações acerca dos temas em análise, reflectindo as suas perspectivas e preocupações em relação às dinâmicas da sociedade civil na província, ao nível municipal e também nacional, juntamente com as suas contribuições e expectativas em relação à IV Conferência Nacional da Sociedade Civil e como melhor conduzir o processo organizativo.

Das ideias apresentadas pelos grupos destacam-se: a necessidade de pressionar por mais espaços públicos de debate e reivindicação das necessidades da população, nomeadamente ao nível dos media; maior articulação entre OSC na partilha de informação e na promoção de actividades conjuntas com vista a pressionar o governo e a administração a ouvirem e a terem em atenção as posições da SC; mais actividades de formação no seio das próprias OSC para melhor definição da sua missão, estratégias e objectivos, assim como de capacitação técnica para uma participação mais abalizada nos processos de tomada de decisão por parte das estruturas governativas; pressão sobre a comunidade doadora para que não abandone abruptamente projectos em curso, frustrando as expectativas das populações e deixando os activistas descredibilizados perante as comunidades com quem trabalham e de quem ganharam a confiança; pressão sobre a comunidade internacional para que pressione junto do governo na defesa dos espaços de participação das OSC.

Uma vez mais, a exemplo do que aconteceu nos outros eventos, foram distribuídos exemplares do livro e do relatório.

# IV 4.ª Conferência Internacional: "O papel da sociedade civil, estratégias dos doadores e actores externos no actual contexto Angolano"

***Wageningen University***

***Wageningen-Netherlands, 23 de Setembro de 2010***



Esta conferência foi totalmente dedicada a questões económicas e de desenvolvimento, abordando-se aqui essencialmente a passagem da ajuda humanitária para a ajuda internacional ao desenvolvimento e o papel de todos os envolvidos nessa transição, mais especificamente o governo, a comunidade internacional doadora, a sociedade civil e o sector privado.

## Programa

Sessão da manhã: Processos de mudança no contexto de Angola

09.30h: Recepção /Café

09.50h: Sessão de abertura
- Thea Hilhorst

10.00h: Discurso de referência: Processos de transição em Angola
- Justino Pinto de Andrade

10.30h: Apoiando a descentralização: práticas do dia-a-dia
- Maliana Serrano

11.00h: Projecto de Pesquisa-Acção "Processos de Democratização e Desenvolvimento em Angola e na África Austral
- Nuno Vidal

11.30h: Discussão da plenária

12.30h: Almoço

Sessão da tarde: Laços entre actores externos

14.00h: Relações Estado-Sociedade em Angola e a comunidade internacional
- David Sogge

14.30h: Relações Holanda-Angola
- Bob van der Winden



15.00h: Engajamento com as organizações de ajuda: comparando abordagens
- Hilde van Dijkhorst

15.30h: Casos baseados na prática das organizações: experiências passadas e estratégias futuras.
- Arthur Molenaar - CARE Nederland & Alexia Haywood
- Christian Aid

16.00h: Discussão da plenária

16.45:h Sessão de encerramento
- Thea Hilhorst

## Pontos focais da 4.ª Conferência Internacional

### Justino Pinto de Andrade – As múltiplas transições em Angola e a nova Constituição de 2010

Angola já conheceu pelo menos três transições. A primeira transição terá sido a que antecedeu a proclamação da independência – uma transição que se caracterizou sobretudo pela difícil coabitação entre os representantes da potência colonial e os três movimentos de libertação reconhecidos, MPLA, FNLA, e UNITA. Foi uma transição demasiado traumática, pois nela eclodiram dois tipos de conflitos distintos, mas que se interligaram: 1) o conflito entre colonizados e colonizadores – visto como um conflito entre angolanos e portugueses; 2) o conflito que envolveu os próprios movimentos de libertação.

O conflito que opôs colonizados e colonizadores, fundamentalmente entre negros e brancos, foi visto como a expressão dos últimos estertores do período colonial. Tratou-se de um conflito civil, de proporções variadas conforme a sua localização. Ele revestiu-se de uma grande injustiça, pois nem sempre foi tido em conta o processo de formação da angolanidade.

Durante tal conflito, ao mesmo tempo que se hostilizavam os símbolos do poder colonial, também se desvalorizaram muitos daqueles indivíduos que, sendo de raça branca, tinham Angola como a sua pátria, identificando-se perfeitamente com o desígnio da independência nacional. Houve, porém também, muitos actos de violência cometidos por portugueses enfurecidos, relutantes em aceitar o novo quadro político que se avizinhava. Perderam-se vidas e muitos bens foram abandonados por quem saia de Angola em busca de um refúgio em Portugal ou em qualquer outra parte do mundo. Foi um verdadeiro êxodo em que incluiram inúmeros angolanos intimidados, o primeiro passo para o nascimento da enorme diáspora que Angola hoje conhece.

O conflito entre os movimentos de libertação, MPLA, FNLA e UNITA criou as condições para o retorno de muitos angolanos às suas áreas de origem. Partiram de Luanda para o



norte de Angola aqueles que provinham dessa zona, os Bakongo. Foram para o centro e o sul do país, sobretudo, os Ovimbundu. De igual modo, regressaram para as suas áreas de identidade cultural e étnica aqueles que temiam represálias por parte da UNITA e da FNLA.

A vertente étnica do conflito angolano não pôde ser disfarçada, mesmo que ela se apresentasse sob uma roupagem exterior com tons marcadamente político-ideológicos: os adeptos do MPLA eram tomados como "progressistas", alinhando com os países do chamado Bloco do Leste, e os adeptos dos outros dois movimentos de libertação, FNLA e UNITA, eram tidos como "reaccionários", logo simpáticos perante os países ocidentais, ou mesmo a China.

Muitos dos colonos em fuga mostravam-se adeptos, sobretudo, da UNITA (autora de um discurso apaziguador), temendo em especial o MPLA com uma postura extremamente populista e radical, e a FNLA pela imagem negativa que granjeou aquando do início da Luta Armada.

Proclamada a Independência Nacional separadamente pelos três movimentos de libertação (envolvidos num conflito militar que se estendeu a todo o pais), o MPLA que tomara a cidade capital foi-se assenhorando progressivamente da maior parte do território nacional, contando para isso com a colaboração dos seus aliados, em especial Cuba, União Soviética e outros países do Leste Europeu.

Os Sul-africanos, ainda sob o regime do *Apartheid*, intervieram no conflito colocando-se do lado da UNITA. A FNLA teve o concurso do Zaire de Mobutu. A resistência armada da FNLA foi menor do que a da UNITA, que se estendeu até ao ano de 2002, quando morreu o seu líder, Jonas Savimbi.

O MPLA (tal como os restantes movimentos de libertação) proclamou unilateralmente a independência, com o desígnio de construir em Angola um Estado moldado nos moldes dos países do Bloco de Leste. Agostinho Neto iniciou a construção de um regime de Partido Único, apostado em erigir uma sociedade hostil ao grande capital e aos princípios e regras do mercado. Definiu também a sua matriz ideológica como simpática a um poder detido exclusivamente por representantes da Classe Operária e dos Camponeses, em aliança com os Intelectuais Revolucionários.

As Forças Armadas do país no pós-independência teriam carácter de classe, daí que uma das peças fundamentais na sua estruturação terá sido o Comissariado Político, órgão encarregue de lhe dar suporte ideológico e sustentabilidade política. A Justiça era posta ao serviço do Estado para a defesa dos interesses superiores das classes dirigentes coligadas: os operários, os camponeses e intelectuais revolucionários. A chamada pequena burguesia transformou-se numa classe social a abater nos seus fundamentos, vista como o embrião da grande burguesia.

O movimento sindical constituiu-se num instrumento de intervenção do Partido Único no seio dos trabalhadores, e o conjunto das associações mais não eram do que

"correias de transmissão" do MPLA: Organização das Mulheres, da Juventude, das Crianças, dos Camponeses, etc.

A segunda transição deu-se depois de 1990, altura em que, fruto dos Acordos de Paz de Bicesse, o governo angolano aceitou formalmente o multipartidarismo, para poder acomodar politicamente a UNITA. Constituíram-se então inúmeros partidos políticos e iniciou-se a emergência, ainda que tímida, da actual sociedade civil angolana. É dessa época o aparecimento de organizações cívicas, na sua grande maioria com vocação universal – poucas delas especializadas em alguma coisa.

Foi a segunda transição que trouxe para o público a imprensa privada, em especial os semanários. Porém, a imprensa pública - jornais, rádio, televisão -, jamais se libertou da sua dependência umbilical ao MPLA que, não obstante a existência de um Ministério, os controla verdadeiramente a partir do seu Secretariado para a Informação. Autorizou-se o reaparecimento da Rádio Ecclésia (que já existia desde 1955, tendo sido silenciada após a independência) e ao mesmo tempo surgiram no espaço radiofónico angolano algumas emissoras de rádio privadas (Rádios Comerciais), mas com fortes ligações ao MPLA.

A segunda transição permitiu a criação de uma segunda Central Sindical, a CGSILA, concorrendo com a Central Sindical afecta ao MPLA, a UNTA.

Esta transição foi marcada pela coexistência de uma continuada guerra opondo o governo à UNITA, com a manutenção de algumas liberdades civis e políticas. Mesmo em guerra contra o governo, a UNITA manteve no Parlamento uma representação política mínima, num exercício de difícil equilíbrio.

Ao nível governativo, manteve-se a figura do Primeiro-Ministro, tal como determinava a Constituição, porém numa posição de subalternização face ao Chefe de Estado. O Primeiro-Ministro nunca foi o Chefe do Governo. Figurou, sim, como um Auxiliar do Presidente da República.

Durante a segunda transição tiveram lugar dois actos eleitorais para a escolha de deputados à Assembleia Nacional. O primeiro acto eleitoral, de 1992, criou um Parlamento relativamente equilibrado, com o MPLA a ter 129 lugares, contra os 70 da UNITA, a segunda força política mais votada. Os restantes lugares foram distribuídos para pequenos partidos políticos com destaque para a FNLA e o PRS, tudo no quadro de um Parlamento de 230 lugares. Porém, a UNITA só veio a preencher os seus 70 lugares depois de muitos anos, estando quase sempre reduzida a um número restrito de assentos.

É também neste período que se assiste à deserção de um número relativamente grande de quadros políticos da UNITA, que se passaram, directa ou indirectamente, para o MPLA, muitos deles de elevado escalão. A FNLA viu-se igualmente sacudida por deserções e convulsões internas.

A terceira transição é a que se está viver presentemente e que se iniciou com a aprovação formal de uma Nova Constituição, de teor Presidencialista. Trata-se de um fruto do quadro parlamentar que emergiu depois das eleições de 2008, onde o MPLA venceu as restantes forças políticas com um *score* de cerca de 82% dos votos apurados. Ganhou, assim, espaço político para impor a Constituição que mais lhe convém.

Estão em processo de revisão as normas legais e as práticas processuais que caracterizaram a segunda transição, muito mais adequada ao desenvolvimento democrático do país.

Na terceira transição é inequívoca a posição de enorme destaque da figura do Presidente da República que é, também, o Chefe do Executivo. Denomina-se, inclusive, o Conselho de Ministros como um Órgão Auxiliar do Chefe de Estado.

O facto recente mais aberrante é a suspensão pelo Presidente do Parlamento da função fiscalizadora desse órgão do Estado.

Na terceira transição, o Executivo tomou, pois, total relevância. É um órgão não eleito (moldado no interesse do Chefe de Estado). O Presidente da República deixou de ser eleito directamente, em sufrágio separado, passando a sê-lo na lista que os partidos políticos apresentarem às eleições legislativas. O próprio Presidente, Eduardo dos Santos, consagrou este modo de eleição como uma "eleição atípica".

Está em processo de esvaziamento o papel dos partidos políticos da oposição, sem expressão parlamentar e sem capacidade de intervenção política pelos obstáculos enormes que encontram pela frente. Está também em curso um plano de silenciamento da imprensa privada não conotada pelo MPLA. Os jornais alternativos não estão a ser eliminados por força de qualquer lei, mas sim pela sua aquisição por parte de grupos económicos satélites do MPLA, depois de devidamente emagrecidos financeiramente. O futuro desses órgãos de informação é incerto: tanto podem desaparecer completamente, como podem continuar com um perfil mais ajustado aos interesses de quem os adquiriu.

A terceira transição é ainda uma incógnita, embora tudo aponte para o reforço dos grupos retrógrados, mais interessados na manutenção dos seus interesses económicos, acumulados nos últimos anos graças a uma enorme promiscuidade entre Governo, Estado e o Partido que os dirige, o MPLA.

Do meu ponto de vista, avizinham-se dias muito difíceis para a sobrevivência da democracia em Angola, pelo menos tal como eu a concebo: um espaço político plural, servido por forças relativamente equilibradas em termos de representação, com reais possibilidades de alternância e com uma sociedade civil vibrante, livre e actuante.

## Maliana Serrano - Práticas diárias de apoio à descentralização em Angola

Apresento uma discussão acerca do processo de descentralização em curso nos últimos anos em termos do apoio dado a esse processo pela comunidade doadora e não acerca dos aspectos legais do actual modelo. Faço referência ao caso específico do programa seguido no município da Matala na província da Huíla, como exemplo da vaga de programas de descentralização implementados pelas organizações de ajuda: actividades envolvidas, actores e impacto para as instituições governamentais e comunidades locais.

Qual a relevância da descentralização?

- As reformas descentralizadoras têm constituído uma área-chave nos esforços de reconstrução do pós-guerra em vários países.
- Estas reformas são bastante populares entre a comunidade da ajuda em Angola e têm sido promovidas pelo governo.
- Referem-se a mudanças ao nível local e como tal têm um impacto directo na vida das pessoas.
- As actividades de descentralização operam especialmente com Estados e cidadãos para criar laços – uma abordagem fortemente inovadora em Angola.

É importante olhar para as práticas diárias destes programas para ver como são moldadas ao nível da implementação.

As reformas descentralizadoras constituem uma importante parte das agendas de construção do Estado para a reconstrução de países pós-conflito; promovidas para reconstruir o contrato social entre Estado e Sociedade.

Pretendem reverter os efeitos do conflito:

- Onde as instituições do Estado e os serviços se desfizeram;
- Ou onde o Estado desapareceu por completo;
- Onde as instituições sociais foram enfraquecidas como resultado da Guerra, deslocamento de populações, etc.;
- Onde os cidadãos foram excluídos dos processos de tomada de decisão;
- E pretendem reverter as insuficiências da abordagem da ajuda de emergência durante a guerra, que ignorou as instituições existentes e enfraqueceu ainda mais as capacidades locais;
- A ideia genérica de descentralização é trazer o governo para mais próximo da população e esperar que isto contribua em última instância para melhores práticas, democracia local e redução da pobreza.

Espera-se que o governo local seja mais *accountable*, responsivo às necessidades locais e, como tal, mais inclusivo, e portanto mais legítimo.

Na prática, os programas de descentralização são concebidos para actuar em 3 áreas-chave:

- Fortalecer a capacidade do governo local: traduzido no treinamento;
- Descentralizar a provisão de serviços básicos: através de assistência técnica,

para melhorar a qualidade e o acesso aos serviços;
- Promover o envolvimento dos cidadãos: fóruns de participação.

As intervenções são baseadas numa série de premissas não testadas acerca das relações Estado-sociedade, processos de legitimação, participação democrática e capacidade de implementação.

Podemos desde já dizer que têm tido resultados modestos e não previstos.

Um breve olhar sobre a trajectória da descentralização em Angola:
- Primeira legislação explícita surgiu com as reformas de 91/92 (autarquias);
- Somente começou a efectivar-se no pós-guerra;
- Vários instrumentos e reformas legais importantes foram lançados – a noção de gradualismo & municipalidades-piloto (unidades orçamentais), os CACS – Conselhos de Auscultação e Concertação Social;
- A caminho das eleições – entusiasmo com o processo – é quando muitas das agências de ajuda se envolveram no processo;
- Contudo, de 2009 em diante o processo acalmou devido ao ambiente político;
- Políticas erráticas & implementação: o Governo de Angola passou de 68 municipalidades-piloto para anunciar em 2008 que todos os 163 municípios iriam receber este orçamento, mas depois acabou por não pagar e eventualmente terminou o processo no início de 2010.

Isto levanta questões acerca do empenho político em relação ao processo, também em função de tendências recentes de nova centralização do poder, com o resultado eleitoral, a nova constituição de 2010, etc.

A minha tese de doutoramento centra-se na análise do DESHUCU (Programa de Descentralização implementado pela ONG internacional CARE em parceria com a UNICEF no município da Matala – Huíla, lançado no final do período 2007-2010 com o objectivo de desenvolver e institucionalizar os Planos de Desenvolvimento Integrado (PDIs) nos municípios, ligando-os aos MDGs – especialmente relacionados com o bem-estar das crianças e fornecimento de serviços básicos. A metodologia seguida foi a Universal para estes programas.

Domínios de intervenção:
1 - Criação de vontade política com representantes do governo;
2 - Criação de consciência comunitária;
3 - Criação de processos e espaços de diálogo entre o Estado e os cidadãos

Estratégia:
- Criação de competências *(capacity-building)*, planeamento participativo e gestão do fornecimento de serviços;
- Longo processo consultivo com as comunidades locais para identificar necessidades e prioridades locais;

- Criar estruturas de participação para as comunidades: ODAs - Organizações de Desenvolvimento das Aldeias (desde as aldeias até ao nível municipal);
- Delinear um PDI detalhado com todas as actividades para o município e com a visão de desenvolvimento (objectivo de longo-prazo);
- Apresentar e conseguir a aprovação para o PDI em fóruns de consultação: CACS (instituições governamentais) e fóruns (instituições da sociedade civil);
- A 'visão' do município foi definida no PDI.

O PDI foi aprovado no 3.º CACS – final de 2008 – devendo abarcar o período de 2009-2013 (5 anos) com 38 projectos e 266 actividades:

"Matala até 2025 será um município urbanizado com uma economia diversificada (agro-pecuária, indústria e turismo), onde toda a comunidade, especialmente mulheres, jovens e crianças, têm acesso aos serviços básicos e financeiros para o seu bem-estar."

O programa baseou-se num conjunto de premissas centrais:

1 - Necessidades de competências *(capacity-building needs)*: assumindo que aquilo que os burocratas locais necessitam é capacidade de planeamento, alterar as práticas e a cultura de trabalho, através de formação, percebendo-se que sessões de curta formação raramente alcançavam tais objectivos. Os funcionários públicos não estavam muito interessados em preencher uma matriz de planeamento nas sessões de formação/treinamento, mas mais em discutir outras preocupações e constrangimentos internos, tais como a dependência em relação a Luanda.
2 - Qualidade dos espaços de discussão como os ODAs, os fóruns e os CACS, na medida em que uma vez criados estes espaços as pessoas querem participar – o que é necessário é a oportunidade –, no entanto cidadãos e burocratas podem ter diferentes agendas. Além do mais, estes espaços têm sido criticados por terem uma fraca representação e prestação de contas *(accountability)*.
3 - Por último, o programa assume que o PDI é implementável: estarão criadas as condições para a sua implementação.

- Na realidade, verificam-se resultados inesperados. As sessões de treinamento/formação ou eventos comunitários podem tornar-se nos chamados "novos espaços democráticos". Um estudo de Roque & Shankland nos bairros urbanos de Luanda mostrou que os espaços de participação criados pelas ONGs acabaram transformados em espaços para um outro tipo de participação política;
- Mas estes resultados inesperados não devem ser sobrestimados na medida em que, por ex., jovens funcionários públicos eram os mais entusiásticos nas sessões de treinamento e formação, mas tinham pouco poder de decisão para reformar as práticas;
- Programas de apoio a práticas diárias de descentralização indicam que as organizações de ajuda acabam por assumir sobretudo uma abordagem repetitiva e uniforme para a reforma do Estado (com as inerentes premissas e metodologias-padrão como o PDI), algo que vai contra o próprio conceito e

ideia da descentralização enquanto processo conduzido pelo nível local, sendo *bottom-up* (a partir de baixo) e específico ao contexto;

Então o que aconteceu desde a aprovação do PDI da Matala?

Em janeiro de 2010 muito pouco havia acontecido em termos de implementação. O principal problema era o de que a administração não havia recebido os prometidos fundos (em 2009 a Matala havia recebido apenas 15% do previsto), isto porque o governo central havia suspendido os pagamentos e fez cortes adicionais como resultado da crise financeira.

A falta de capacitação dos recursos humanos constituiu igualmente um problema para a implementação, assim como as dificuldades encontradas pela administração para recrutar pessoal qualificado para a nova estrutura administrativa.

Emergiram preocupações por parte da administração acerca da prestação de contas *(accountability)* em futuros fóruns e eventuais acusações de corrupção, isto porque as pessoas poderiam não acreditar que os fundos destinados à descentralização não haviam sido recebidos.

É quase inevitável que isto terá um efeito prejudicial para a legitimidade de todo o processo, mas mais especificamente para o governo local.

Perante as premissas da lógica da descentralização, as práticas correntes e o facto de que o ambiente político condiciona fortemente os resultados, os doadores e as agências de ajuda internacional devem questionar as suas intervenções em função do actual impacto e do futuro envolvimento, ao invés de se envolverem com os governos locais na base de pré-definidos programas de descentralização.

Numa perspectiva realista, o que podem fazer as organizações para influenciar o ambiente das políticas públicas nesta matéria?

Como irão lidar com os desafios das futuras autarquias locais?

Relatórios e estudos sobre descentralização têm-se focado nos aspectos técnicos, legais e administrativos, mas afastam-se discretamente da questão de saber se a descentralização é viável ou sequer desejável no contexto Angolano.

### Hilde van Dijkhorst - Comparando as abordagens das agências da ajuda ao desenvolvimento nos processos de transição

Discuto aqui as abordagens de ajuda e desenvolvimento, as relações entre elas, para compreender que desafios organizacionais emergem nestas diferentes abordagens. Introduzirei depois a comparação das duas agências, comparando-as na base dos seus declarados objectivos, parcerias e estratégias de saída.

**O contexto da pesquisa**

O projecto de pesquisa, que forma a base desta apresentação é parte de um mais vasto programa de pesquisa sobre a história da ajuda humanitária na província da Huíla em Angola. Esta parte da pesquisa foca-se nos resultados da ajuda nas comunidades rurais em alguns municípios selecionados na província. Nestes municípios pesquisei como as pessoas se (re)estabeleceram e como reestabeleceram as suas comunidades durante e após o conflito, como estas comunidades se modificaram ao longo do tempo e que papel tiveram as intervenções da ajuda nas escolhas que as pessoas agora têm em termos das actividades das suas comunidades. Realizei trabalho de campo nos municípios de Caluquembe e Chibia e entrevistei membros das ONG no Lubango, assim como em diversos municípios.

Durante a pesquisa de campo, o meu foco mudou da utilização de uma abordagem muito baseada na história para a observação de como as pessoas e as agências evoluíam acerca do restabelecimento das comunidades rurais no período de transição. O meu trabalho de campo decorreu de 2007 a 2008, um período em Angola de dita transição, de uma situação onde a ajuda de emergência era necessária, para um período em que as oportunidades de desenvolvimento se estavam a abrir de forma crescente. As pessoas nas aldeias estavam entusiasmadas em relação ao futuro, contudo também por vezes desapontadas com o progresso realizado em relação aos seus meios de subsistência.

No início de 2007, tanto as organizações de ajuda de emergência como de desenvolvimento ainda estavam activas na região. A distribuição de bens de subsistência foi praticamente suspensa, mas a distribuição de sementes e alfaias continuou e as organizações estavam progressiva e lentamente a tentar abordagens de desenvolvimento e a reforçar as relações com as instituições locais do Estado. A minha observação em relação às duas ONG que estudei devem igualmente inscrever-se neste período de transição

**Ligando emergência e desenvolvimento**

Num tal período de transição, torna-se crescentemente necessário relacionar emergência e desenvolvimento. O termo de contínuo da emergência para o desenvolvimento foi concebido para revelar a necessidade de complementar abordagens de curto-prazo das agências humanitárias com actividades de longo-prazo de organizações de desenvolvimento, com vista a intervenções mais efectivas que beneficiassem as sociedades no longo-prazo. O termo contínuo tem sido criticado, na medida em que este processo nunca é fluído, linear e uniforme. Se, por exemplo, uma área tem várias oportunidades para abordagens de desenvolvimento devido a eventuais bons acessos, presença de instituições fortes e clima favorável, outra área pode ainda experimentar uma situação de necessidade humanitária.

Isto foi demonstrado por exemplo em 2008, quando partes da Huíla experimentaram uma situação de calamidades naturais, desde secas a cheias e pestes de escaravelhos que destruíram parte das colheitas desse ano. Constituiu um revés nos modos de

vida agrícola das populações afectadas e teria requerido uma ajuda de emergência em alguns lugares. Ao mesmo tempo, mais projectos de desenvolvimento ocorreram nas mesmas áreas. A ajuda humanitária e de desenvolvimento coexistiram em simultâneo.

Estas mudanças nas abordagens humanitárias e de desenvolvimento requerem uma adaptação organizacional em termos de capacidade e prática. Abordagens de desenvolvimento requerem um empenho e comprometimento de longo-prazo com as instituições do Estado, com mais atenção à programação participativa, sustentável e sensível a questões de género. O pessoal que costumava fazer distribuição rápida da ajuda, de repente teve de se adaptar a uma situação diferente e pensar acerca de formas como abordar necessidades específicas de género, como as suas actividades poderiam ser integradas nas instituições locais para assegurar uma maior sustentabilidade dos projectos, etc. Isto requer uma mudança de mentalidades e capacidade por parte destas organizações.

**Comparando abordagens de agências**

Algumas observações a respeito das duas organizações observadas neste estudo comparativo podem igualmente encontrar-se na maioria das organizações que operavam na Huíla no mesmo período. A ZOA Refugee Care tinha essencialmente um mandato de assistir refugiados e deslocados (IDPs – *Internal Displaced Persons*) e começou a trabalhar na Huíla em 1998. A SNV tinha um mandato de desenvolvimento, muito focado na criação de capacidades *(capacity building)*, tendo aberto o seu escritório em 1997. Ambas tinham escritórios no Lubango há bastante tempo e ainda que os seus mandatos determinassem de modo diferente, ambas encerraram os seus escritórios no Lubango na mesma altura, em 2007-2008.

Quando a ZOA iniciou o seu programa de ajuda em 1998, o acesso às populações afectadas foi severamente afectado devido a questões de segurança que limitaram o seu espaço de intervenção no Lubango e a algumas das populações deslocadas a residir na área da Humpata. Em 2001 foi aberto um corredor de segurança para iniciar o reassentamento de populações deslocadas. Com o acordo de paz em 2002, a ZOA começou a repensar a sua estratégia de auxílio humanitário e passou à fase de apoiar o processo de reassentamento das populações deslocadas nas suas áreas de origem na província da Huíla. Às pessoas que aceitavam retornar às suas zonas de origem, foram distribuídos *kits* agrícolas contendo sementes e alfaias agrícolas, assim como bois para ajudar a trabalhar a terra distribuída através de grupos rotativos dentro das comunidades. A partir de 2004, o programa da ZOA em Angola centrou-se na segurança alimentar após terem assegurado financiamento da UE para o seu projecto denominado OKULIMA. Este projecto criou os chamados Comités de Desenvolvimento Comunitário (CDC) e bancos de sementes, através dos quais, por exemplo, deveriam evoluir os projectos de sistema de reembolso de sementes.

A SNV começou a trabalhar em Angola em 1997 com um mandato na área da criação de capacidades *(capacity building)* num período em que a maioria das organizações fazia trabalho humanitário. Nessa altura a SNV optou por centrar os seus programas

nas províncias do Cunene, Namibe e Huíla, por serem áreas com menor índice relativo de confronto militar. A SNV estava empenhada num programa de aumento de capacidade das ONG dirigidas ao desenvolvimento local. O objectivo inicial deste programa era "reforçar a capacidade teórica e prática na metodologia do desenvolvimento" (Santos 2001). Em complemento aos programas de reforço de capacidades, focavam-se em boa-governação e micro-crédito. A SNV procurou por muito tempo "vender" a sua abordagem de desenvolvimento centrado no reforço de capacidades e boa-governação para os beneficiários da ajuda e instituições governamentais envolvidas.

A SNV e a ZOA começaram a trabalhar na Huíla aproximadamente ao mesmo tempo, sendo que a SNV começou num período de relativa paz, enquanto a ZOA começou dois anos mais tarde, quando o processo de paz já havia fracassado. Desde o início, as suas abordagens e mandatos diferiram de acordo com os seus perfis organizacionais: ajuda humanitária vs desenvolvimento. A ZOA estava muito envolvida no reassentamento dos IDPs, e mais tarde nos projectos de segurança alimentar enquanto a SNV optou por se focar no micro-crédito e no reforço da capacidade de desenvolvimento das sociedades civis locais. Contudo, depois de 2002 as suas abordagens aproximaram-se na medida em que ambas estavam envolvidas com a descentralização e o reforço da capacidade dos governos locais. Enquanto a SNV desde o início teve uma abordagem integradora em relação a outras instituições, governo local e abordagens participativas, a ZOA começou de uma ideia mais próxima da distribuição de ajuda humanitária e só mais tarde incorporou abordagens de desenvolvimento, incluindo a participação e engajamento com as instituições de governo locais.

Ainda que com diferentes mandatos, estas duas organizações holandesas operaram na mesma província durante mais ou menos o mesmo tempo. No entanto, divergiram consideravelmente no que respeita às suas metodologias, estratégias, beneficiários e no modo como se posicionaram em relação às parcerias com organizações locais.

O espaço de operação pode restringir-se devido a constrangimentos contextuais, tais como razões de segurança, a presença de outras agências de desenvolvimento, falta de acesso a áreas mais necessitadas de ajuda, ou à ausência de necessidades que se encaixem no mandato das ONG. Mas tanto no caso da ZOA como da SNV, estes factores certamente que não tiveram influência em 2007 e 2008. As necessidades que se encaixavam no mandato de ambas as organizações ainda se encontravam presentes, apesar de menores no caso da ZOA em relação à SNV. Assim, poderá ter existido espaço de operação suficiente, mas pouco apoio em termos de financiamento ou apoio do escritório-sede. Ao encolhimento do espaço operacional pode suceder uma situação na qual "as soluções começaram a procurar por um problema" (Heyse 2004). Ou no caso de ONG na Huíla, o problema da falta de financiamento, i.e. problemas buscando soluções que não podem ser pagas.

**Parcerias**

A maioria das agências internacionais na Huíla engajaram-se em parcerias com organizações locais, ainda que sendo parcerias muito instrumentais, especialmente durante o período de ajuda humanitária. As motivações para as organizações internacionais se engajarem em parcerias com ONG locais durante esse período foram muitas vezes baseadas em razões de eficiência; as organizações locais conheciam melhor as condições do terreno, tinham melhor conhecimento e relações com a realidade local, e eram mais capazes de atingir um maior grupo de beneficiários. Esta última vantagem estava também relacionada com regras e regulamentos estritos no que concerne ao acesso e mobilidade a que tinham de aderir as organizações internacionais.

As parcerias instrumentais e de curto-prazo eram também devidas à questão da confiança. Devido à dominante orientação no sentido da ajuda humanitária, característica de muitas das ONG locais que começaram a operar num contexto de crise, eram consideradas como estando insuficientemente equipadas para incorporarem uma abordagem desenvolvimentista quando a situação o começou a exigir. De igual modo, preocupações com corrupção e gestão financeira, jogaram um papel importante nas parcerias que não tiveram muito empenho ou continuidade.

O projecto da SNV no reforço da capacidade das ONG locais estava bastante consciente dos desequilíbrios entre ONG nacionais e internacionais, já avisadas para as estruturas paternalistas que poderiam surgir e reconhecendo que uma abordagem comum no sentido do reforço de capacidades poderia ser inadequada quando se olhava para os diversos *backgrounds* destas ONG. No entanto, parecem ter escolhido uma abordagem única entre outras organizações internacionais que continuavam a procurar uma abordagem de parceria com ONG locais numa perspectiva instrumentalista.

A ZOA teve parcerias que poderiam ter começado de uma forma instrumentalista com relação à distribuição da ajuda, mas perto do final do programa em 2007 entregaram os seus projectos e bases municipais a organizações locais. O reforço de capacidades foi realizado durante esse ano, mas as obrigações financeiras depois desse ano transitório não puderam ser continuadas.

**Mandatos**

O pessoal de ambas organizações sentiu que poderia ter continuado a trabalhar na província por muitos anos, considerando os seus mandatos e as necessidades dos beneficiários. Para a ZOA, tendo trabalhado por vários anos nos mesmos municípios, o seu sentimento de empenho, envolvimento e longa presença prolongaram o mandato para incorporar mais aspectos desenvolvimentistas no seu trabalho nas aldeias e assegurou a continuidade da sua presença até 2008.

Tanto a SNV como a ZOA encerraram os seus escritórios com base em diversos factores, sem que no entanto isso fosse uma consequência do fim dos seus mandatos.

Uma das razões oficiais para encerrar a SNV em Angola foi a de que não existiam oportunidades para a SNV actuar efectivamente ao nível-meso, significando que não estavam capazes de envolver suficientemente as instituições do governo local, como havia sido o seu objectivo. Mas a falta de financiamento para a continuação dos programas parece ter efectivamente sido a principal razão e este tem sido também o caso de muitas ONG a trabalhar em Angola naqueles anos: logística, custos, orçamentos nacionais vs orçamentos das ONG, falta de vontade dos escritórios-sede e alterações das políticas dos Estados doadores em relação à Angola. Todos estes factores influenciaram as decisões de deixar Angola, ainda que os mandatos permitissem uma ampla base para a continuidade e para a satisfação das necessidades da população.

**Estratégias de saída**

Todas as organizações passam por períodos de reavaliação da sua presença no país. Para as agências humanitárias estas discussões e decisões são defendidas na base dos seus mandatos. Quando termina a emergência arrumam as malas e partem para outra região/país em crise e a necessitar de ajuda humanitária. Para as organizações de desenvolvimento depende de sentirem que podem criar mudanças sustentáveis no futuro. No caso de Angola, tanto para organizações humanitárias como de desenvolvimento, um vasto leque de factores pesou na hora da decisão sobre estratégias para o futuro e de saída.

Os factores mais comumente apontados no respeitante às estratégias de saída foram a falta de financiamento, a avaliação global de custo-eficácia, constrangimentos organizacionais e administrativos, a necessidade de o Estado se engajar e empenhar no processo de recuperação. Mas conjuntamente a estas considerações existiu um sentimento constante de que existiam ainda muitas necessidades não satisfeitas e que os mandatos ainda tinham aplicabilidade. A decisão de deixar de encarar Angola como um país em emergência, durante a conferência de doadores de 2005, dificultou o acesso ao financiamento para muitas organizações que sentiam que os seus mandatos e as existentes necessidades da população justificavam a continuidade da sua presença no país.

Em conclusão, uma estrita dicotomia entre abordagens de organizações de ajuda humanitária e de desenvolvimento deixou de existir, as práticas e as políticas são muito mais fluidas. Ainda que parcerias e mandatos possam de forma mais próxima seguir as linhas de ajuda ou humanitária, as estratégias de saída não parecem ser definidas por estas diferentes abordagens. Tal como pode ser demonstrado pela comparação das duas organizações analisadas, os seus mandatos e parcerias moveram-se lentamente no mesmo sentido, aproximando-as devido às alterações de contexto pós-conflito em Angola. Contudo, as suas estratégias de saída parecem ter sido influenciadas sobretudo pela falta de financiamento e obstáculos organizacionais, e menos na base das necessidades existentes.

## David Sogge - Relações Estado-sociedade em Angola e a comunidade internacional

1 - Notícias acerca de fluxos ilícitos de capital

Notícias recorrentes de desvios de capitais e investimentos no exterior como forma de branquear capitais ilicitamente adquiridos pelas elites angolanas no interior do país geram reacções habituais nos diversos comentadores do estilo:

"onde estão os nossos verdadeiros Angolanos patriotas para dar termo a estes abusos?"

"Por favor devolvam Angola aos Angolanos!"

"Coitados dos Angolanos! Há corrupção por todo o lado! Os Angolanos estão a sofrer!"

Estas são afirmações de indignação (justificada), mas também de completa impotência. Parece não existir saída e não existir proposta para encontrar uma saída …

1. Principais questões

    a. Como deve ser entendida a política em relação à "comunidade internacional" e sistemas globais?
    b. Como poderá a política tornar-se ou ser encorajada a tornar-se responsiva aos cidadãos?

Respostas: existem dois tipos de modelos.

i. Modelo neo-patrimonial.
    a. Foco na má-governação, com distintos académicos como Patrick Chabal, Jean-François Bayart, Jean-François Médard e Stephen Ellis.
ii. Modelo da política extrovertida
    a. Com académicos como Colin Leys, Christopher Clapham, Achille Mbembe, Mahmood Mamdani, and Saskia Sassen, realçando a desnacionalização da política. A socióloga Saskia Sassen descreve o desenvovlimento da 'política desnacionalizada', com sempre crescente poder para entidades e alianças no sector privado, assim:

        "Enquanto o Estado participa no favorecimento da expansão da economia global, fá-lo num contexto crescentemente dominado pela desregulamentação, privatização e crescente autoridade de actores não-estatais…" Este quadro institucional dentro do Estado tem evoluído nas duas últimas décadas e consiste hoje largamente no braço executivo e na proliferação de agências regulatórias... É extremamente parcial ao invés de universal, mas estratégico na medida em que tem uma indevida influência sobre vastas áreas do mais alargado, não sendo ainda totalmente *accountable* aos sistemas políticos democráticos formais." (Saskia Sassen (2006) *Territory, Au-*

*thority, Rights: From Medieval to Global Assemblages*, p. 269).

Nota: a autoridade e poderes da Presidência, da Sonangol e autoridades financeiras são em certa medida sobre-determinados, mas não nos mesmos termos que por exemplo em Moçambique ou na Tanzânia, ao bloco doador e ao FMI. Também os militares são cortejados e fortalecidos, não somente através do poder distributivo do Estado Angolano, mas também através do braço privado das próprias forças armadas.

2. Tendências detectáveis

a. Assimilação mútua das elites: elites Angolanas-Portuguesas … talvez em breve Brasileiras-Angolanas …;
b. Hibridização da classe política e de negócios, contudo sob supervisão do MPLA – mas por quanto tempo?;
c. Forte desencorajamento pela classe política de abordagens externas normativas (ONG, relatores da ONU, etc.), contudo as reacções são misturadas, indo da brutalidade extrema à competição entre camaradas. A principal abordagem é a contínua réplica dos órgãos sob gestão própria, adopção de alguns dos mesmos termos ('direitos humanos', 'redistribuição', 'participação' etc.), e estabelecimento de regras para a maioria daqueles que actuam no terreno;
d. O que - ainda não – apareceu, penso eu, é o desenvolvimento de abordagens paralelas no terreno externo – em fóruns de direitos humanos, responsabilidade social empresarial etc., Genéva, Londres, Washington, Lisboa, São Paulo. Mas tal poderá surgir, primeiro via empresas de relações públicas, enquanto instrumento de escolha;
e. Porque, alguns dos mais interessantes desafios e aberturas têm ocorrido em Washington DC:
    i. Combate ao branqueamento de capitais e PEPs – *Politically Exposed Persons*: "membros do topo do aparelho governativo ou seus parentes e associados, que devido ao seu acesso aos recursos do Estado estão sob elevado risco de lavagem de dinheiro." Um recente relatório de um sub-comité do Senado dos EUA sobre como "Manter a Corrupção Externa" fora dos EUA, realçou vários casos de PEPs Angolanos que penetraram ou tentaram penetrar os sistemas bancários dos EUA. "Dr. Aguinaldo Jaime, um elevado membro do governo Angolano, era governador do Banco Nacional de Angola (Banco Central Angolano), quando tentou, em duas ocasiões em 2002, transferir $50 milhões de fundos do governo para uma conta privada nos EUA, tendo as transferências sido revertidas pelas instituições financeiras envolvidas nos EUA;
    ii. Intenso questionamento acerca de paraísos fiscais;
    iii. Diamantes ilícitos continuam a atrair muita atenção dos *media* (e.g. Diamantes de Sangue), ainda que o processo de Kimberly seja medíocre e extremamente limitado;
    iv. Nova lei dos EUA (Dodd–Frank *Wall Street Reform and Consumer Protec-*

*tion Act*, aprovada a 21 de Julho de 2010) que obriga empresas extractivas registradas nos EUA a declararem quanto pagam a cada governo dos países em que actuam. Não conheço nenhuma iniciativa europeia que sequer tenha chegado perto das medidas Dodd-Frank que obrigam empresas extractivas a declarar os seus lucros nos países onde actuam;

v. Envolvimento militar é crescente, mas frequentemente em formas 'suaves', ligado ao discurso de 'segurança das populações', 'cooperação civil-militar, 'estabilização' etc.

3. Observações especulativas sobre as mudanças que ocorrem pela via de canais supra-nacionais:

a. Novas normas regulamentares sobre investimentos poderão emergir ao ponto de colocar o investimento Chinês sob vigilância, podendo pressionar as empresas Europeias a fazerem melhores investimentos.
b. Novas possibilidades de repensar a actuação graças a uma mais vasta interacção com órgãos Brasileiros não-governamentais ou semi-estatais. Eventualmente até com movimentos sociais (e.g. a Fundação Getulio Vargas e outras entidades Brasileiras poderão ser envolvidas em tarefas consultivas e treinamento para governação local e descentralização); poderá algum dia surgir uma versão Angolana do tipo "Bolsa-família"?

4. Desafios para a pesquisa e pesquisa-acção, colocadas pelo modelo da governação desnacionalizada.

Entre as questões que merecem ainda mais sondagem e discussão estão as seguintes, talvez melhor abordadas ítem por ítem ou região por região:

- Que experiências de políticas mostram-se promissoras na redução dos déficits democráticos no controle dos fluxos supranacionais que afetam a politica económica de Angola?
- Que interesses estão agindo contra essas medidas? Que regras permissivas ou sistemas operacionais estão bloqueando-os ou impedindo-os?
- Que medidas internacionais destinadas a controlar os fluxos e as forças supranacionais, podem ser desenvolvidas em conjunto com as normas e instituições indígenas?
- Que impactos sobre os esforços de controlo territorial são detectáveis a partir do advento de normas e regras internacionais promovidas por potências não ocidentais, especialmente a China e, possivelmente, o Brasil?

# V

# Programas de Homenagem a Ruy Duarte de Carvalho Livro, Debates, Exposições, Exibição de Filmes

## Luanda, 15 a 18 de Fevereiro 2011

***Lisboa, 15 Abril 2011***




Conforme anteriormente referido, Ruy Duarte de Carvalho era membro do projecto de pesquisa-acção e integrou várias das nossas actividades e publicações. Deste modo, o programa de pesquisa-acção "Processos de Democratização e Desenvolvimento em Angola e na África Austral", em conjunto com a Associação Cultural Chá de Caxinde, decidiu homenagear o intelectual e escritor Ruy Duarte de Carvalho, falecido em Agosto de 2010.

O programa de homenagem foi composto por diversas actividades, incluindo palestras, o lançamento de um livro com textos e intervenções de Ruy Duarte de Carvalho, muitos deles inéditos, uma exposição inaugural de aguarelas que nos últimos tempos da sua vida o homenageado vinha produzindo sobre Luanda, para além de um ciclo de cinema com exibição de documentários, curtas e longas-metragens realizadas pelo Ruy Duarte de Carvalho.

### Evento de Luanda, 15 a 18 Fevereiro 2011

**Programa**
Dia 15 (Terça-feira)

**Exposição de Pintura (Espaço da livraria Caxinde)**

17.30h: Exposição inaugural de aguarelas de Ruy Duarte de Carvalho sobre Luanda.
(Foram apresentadas 12 aguarelas subordinadas ao título "Rendição do celibatário I".)

18.00h: Lançamento do livro
"O que não ficou por dizer..."
Ruy Duarte de Carvalho,
*In Memoriam.*

**Composição da mesa de apresentação**
Moderador - Pepetela (escritor)
Prelectores:
- Jacques dos Santos (Associação Chá de Caxinde)
- Justino Pinto de Andrade (UCAN)
- Nuno Vidal (FEUC-CES)
- Rute Magalhães (antiga companheira de Ruy Duarte de Carvalho)

Dia 16 (Quarta-feira)

15.00h: Filmes
- Nelisita

18.00h: Filmes
- Tempo Mumuíla 79 – 81 (93 minutos)
- Ofícios (39 minutos)
- Ekwenge: iniciação dos rapazes: fase pública (24 minutos)
- Mukumukas (30 minutos)

Dia 17 (Quinta-feira)

15.00h: Filmes
- Moya: o recado das Ilhas

17.30h: Filmes
- Angola, 79 – 81 e agora, vamos fazer mais como? (76 minutos)
- Pedra sozinha não sustém panela (36 minutos)
- O Kimbanda Kambia (40 minutos)

Dia 18 (Sexta-feira)

15.00h: Filmes
- Presente angolano 79 - 81 (87 minutos)
- O Balanço do Tempo na Cena de Angola (45 minutos)
- Ondyelwa: festa do boi sagrado (42 minutos)

19.00h: Mesa redonda sobre o percurso de RDdC enquanto homem e artista.
- António Ole, João Sá, Filipe Correia de Sá, Pedro Ramalhoso, Elvideo de Oliveira e Rute Magalhães.

## Evento de Lisboa, 15 de Abril 2011

Na sequência da homenagem em Luanda, o projecto de pesquisa-acção uniu-se a várias instituições para homenagear Ruy Duarte de Carvalho também em Lisboa, incluindo a Câmara Municipal de Lisboa que gentilmente cedeu o espaço de exposição e o auditório de debate e de projecção de filmes. O programa incluiu a apresentação do livro anteriormente lançado em Luanda, a exposição de 12 aguarelas do homenageado, para além da exibição de uma longa-metragem realizada por Ruy Duarte de Carvalho em 1982, vencedora de diversos prémios internacionais – Nelisita (1982). As actividades tiveram a cobertura e transmissão em directo para Portugal e países Lusófonos pela RDP-África

**Programa**
Dia 15 de Abril

15.00h: Filmes
Projecção da longa-metragem de Ruy Duarte de Carvalho Nelisita, 70', 1982 (vencedor de vários prémios em festivais internacionais, dos quais se destaca o prémio UNESCO no festival de Ouagadougou em 1984).

17.00h: Exposição de Pintura
Inauguração de uma exposição de aguarelas de Ruy Duarte de Carvalho sobre Luanda. Esta exposição consiste numa série de aguarelas que nos últimos tempos da sua vida o autor estava a preparar para expor em Luanda.

18.00h: Apresentação do livro / Debate
"O QUE NÃO FICOU POR DIZER…"
Ruy Duarte de Carvalho,
*In Memoriam*.

Moderador: David Borges
Prelectores:
- Ana Paula Tavares (poetisa)
- Justino Pinto de Andrade (Universidade Católica de Angola)
- Nuno Vidal (CES-FEUC)
- Marta Lança (Jornalista)
- José Sousa Machado (Associação Chá de Caxinde Portugal)

Cocktail de encerramento
20.45h: Jantar com gastronomia angolana.

## Publicações: 4.º Livro - "O que não ficou por dizer…"

Para a edição do livro de homenagem a Ruy Duarte de Carvalho, "O que não ficou por dizer…", a coordenação do projecto pesquisa-acção "Processos de Democratização e Desenvolvimento em Angola e na África Austral" selecionou uma entrevista, três ensaios e uma palestra, para além de uma auto-biografia. Alguns destes trabalhos são inéditos, sendo o caso da entrevista que concedeu a Nuno Vidal em Junho de 1998, nunca antes publicada, ou a sua última palestra pública proferida em Março de 2010 em Luanda no âmbito do nosso projecto, poucos meses antes de nos deixar *(cf. supra)*. Ou ainda aquele que será um dos seus últimos ensaios, senão mesmo o último, "Da Angola Diversa", redigido em 2009 e, até à publicação do livro, desconhecido do grande público. A estas intervenções e trabalhos inéditos juntámos mais dois ensaios reeditados, "Figuras, figurões e figurantes na cena democrática angolana", produzido em 2004 e "Tempo de ouvir o 'outro' enquanto o "outro" existe, antes que haja só o outro…ou pré - manifesto neo-animista", escrito em 2008.

O título escolhido para a obra – "O que não ficou por dizer…" –, refere-se essencialmente a estes textos e intervenções inéditas, embora obviamente exista muitíssimo que ficou por dizer. Um intelectual e escritor da dimensão do Ruy Duarte de Carvalho, à medida que o tempo passa, tem sempre e cada vez mais coisas interessantes para dizer, deixou-nos cedo demais. As suas últimas intervenções e trabalhos denotam exactamente o muito que ainda nos tinha para dizer e contar, estando envolvido em vários projectos, como podemos constatar nos textos da obra.

Compreendendo um período de doze anos, que se estende de 1998 a 2010, os trabalhos publicados no livro, inéditos ou reedições, estão organizados de forma cronológica (exceptuando a autobiografia que inicia o livro) revelando uma enorme coerência, sequência e desenvolvimento do pensamento de Ruy Duarte de Carvalho, complementando-se em diversos aspectos e discutindo temas que a todos são transversais. Encontramos na entrevista de 1998 todas as grandes temáticas que serão desenvolvidas nos ensaios e mesmo na sua palestra final, como seja a questão das identidades sociais, a nação, os movimentos migratórios históricos (a que na entrevista chama de "transumâncias" de vária ordem), a necessidade de compreender o sistema político tendo em conta aspectos antropológicos e sociológicos, a transição do período colonial para o pós-colonial na sua relação com a formação das elites e o exercício do poder por parte destas, a construção da democracia ou o tipo de democracia efectivamente existente, a diversidade cultural e os modelos de organização política.

Acima de tudo, encontramos neste conjunto de trabalhos uma faceta do Ruy Duarte de Carvalho nem sempre referida ou assumida pelos analistas da sua obra, que consiste na sua postura enquanto "intelectual activista" de causas que considerava social, económica e politicamente justas e que se resumem, de forma simples, a contribuir para pensar soluções que tragam uma vida melhor para todos os angolanos, africanos e humanidade em geral.

Este traço da obra do Ruy Duarte de Carvalho é em nosso entender um distintivo da maior importância para se compreender a força das suas análises e o sentido, a lógica, a consequência e a convicção com que as desenvolve. Nestes trabalhos, e em tantos outros que produziu, Ruy Duarte de Carvalho demonstra regularmente uma preocupação em analisar, reflectir, compreender e criar, não como um mero exercício académico ou artístico, mas sobretudo para fundamentar a acção,

> .....o que eu proponho é bem simples e ao alcance de interessados e de profissionais susceptíveis de ser congregados à volta de questões desta natureza..... não é ter um caminho a propor..... é antes ter algumas ideias para uma eventual hipótese de poder vir a ajudar a encontrar maneira de achar um caminho.....[1]

[1] Excerto do texto publicado no livro de homenagem com o título "Tempo de ouvir o 'outro' enquanto o "outro" existe, antes que haja só o outro… ou Pré-Manifesto Neo-Animista."

Foi por reconhecermos e valorizarmos esta faceta do Ruy Duarte de Carvalho, que tanto eu como o Justino Pinto de Andrade desde o início o convidámos a participar neste projecto. Dois dos trabalhos que integram o livro, o primeiro ensaio e a palestra final, resultam desta participação. O ensaio foi apresentado em Agosto de 2004 na conferência internacional dedicada ao "Processo de transição para o multipartidarismo em Angola", publicado em 2006 numa obra com o mesmo título, reeditada em 2007 e 2008, contendo uma análise e uma mensagem de enorme actualidade e importância para um processo de democratização por concretizar em variadíssimos campos,

> (…) se é mesmo para mudar alguma coisa e queremos mesmo sair da situação em que estamos, o que talvez tenhamos de fazer, (…) é: identificar sem ambiguidades nem eufemismos os nossos problemas e os nossos défices efectivos de maneira a podermos estabelecer linhas de acção e programas; considerar como absolutamente prioritário a resolução daquilo que importaria resolver fosse qual fosse o modelo político em presença. Ainda há em Angola gente a sobreviver, ou não, em muito más condições e abundam os terrenos em que a mais desmunida argúcia política reconhecerá alguns dos nossos maiores défices: estado, administração, fome, pobreza, saúde, cultura, educação.

Duas grandes ideias de força se vão afirmando e articulando ao longo do livro e assumem um carácter muito central no pensamento do Ruy Duarte de Carvalho no fim da sua vida, o "convocacionismo" e o neo-animismo, expressas na sua última palestra, de Março de 2010, *(cf.supra)* e igualmente manifestas no seu último ensaio, de 2009, onde reforça estas ideias e termina advogando-as não só para África, mas para o enriquecimento dos modelos e governação e da humanidade em geral,

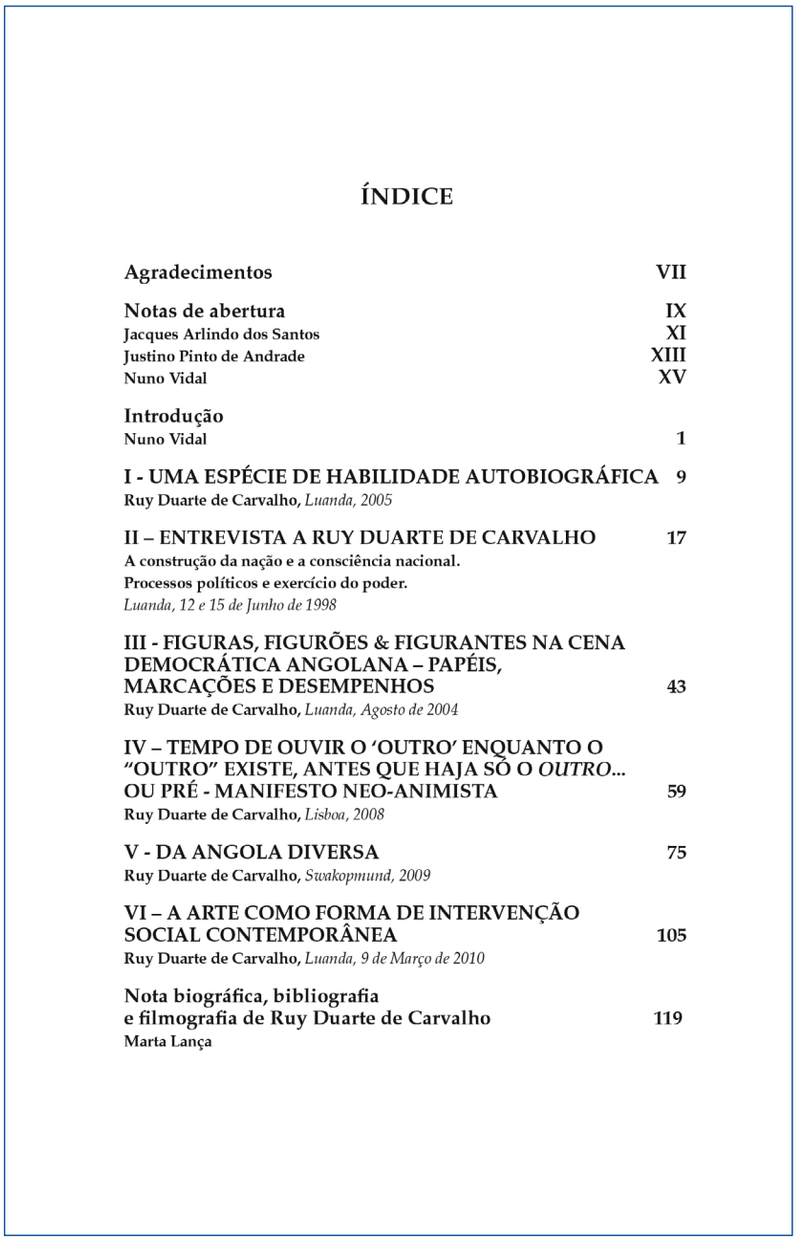
> .... olha que pode ser um património valioso..... mais valioso até do que a instrumentalização comercial e política, ou político-cultural, ou político-turística, da diferença, da diversidade cultural..... a minha proposta é simples : inventariação, recolha ou recuperação, em todo o mundo, de saberes endógenos, 'indígenas, de 'atrasados', integráveis num futuro diferente e a favor dele.....[2]

Terminamos referindo que em todos os textos do livro o leitor irá encontrar as características de sempre do Ruy Duarte de Carvalho, que tanto admiramos e homenageamos, um intelectual preocupado em perceber as forças e dinâmicas de longa duração estruturantes da realidade social, para daí retirar ensinamentos que informem a escrita argumentativa e expositiva e igualmente a acção público-política, um escritor que mistura soberbamente os diversos estilos literários, esbatendo as fronteiras entre eles, um antropólogo de raiz com um sólido e vasto percurso de trabalho de campo junto de vários sectores das populações da capital, assim como de populações rurais do planalto central e de pastores e agro-pastores do sudoeste, sem deixar esquecido o seu lado de cineasta na forma como em diversos momentos apreende e transmite uma perspectiva cénica das realidades que analisa,

[2] Excerto do texto publicado no livro de homenagem com o título, "Da Angola Diversa".

(…) ninguém negará que na cena angolana e no tempo, nas situações e nos actos em que participamos e a que assistimos, há necessariamente estrelas, figuras principais, secundárias e simples figurantes, e papéis e partes, marcações de cena, movimentações e desempenhos, como no teatro, no cinema e nas novelas da televisão.[3]

O livro encerra com uma bibliografia e filmografia do Ruy Duarte de Carvalho.



ÍNDICE

**Agradecimentos** VII

**Notas de abertura** IX
**Jacques Arlindo dos Santos** XI
**Justino Pinto de Andrade** XIII
**Nuno Vidal** XV

**Introdução**
**Nuno Vidal** 1

**I - UMA ESPÉCIE DE HABILIDADE AUTOBIOGRÁFICA** 9
**Ruy Duarte de Carvalho,** *Luanda, 2005*

**II – ENTREVISTA A RUY DUARTE DE CARVALHO** 17
**A construção da nação e a consciência nacional.**
**Processos políticos e exercício do poder.**
*Luanda, 12 e 15 de Junho de 1998*

**III - FIGURAS, FIGURÕES & FIGURANTES NA CENA DEMOCRÁTICA ANGOLANA – PAPÉIS, MARCAÇÕES E DESEMPENHOS** 43
**Ruy Duarte de Carvalho,** *Luanda, Agosto de 2004*

**IV – TEMPO DE OUVIR O 'OUTRO' ENQUANTO O "OUTRO" EXISTE, ANTES QUE HAJA SÓ O *OUTRO*... OU PRÉ - MANIFESTO NEO-ANIMISTA** 59
**Ruy Duarte de Carvalho,** *Lisboa, 2008*

**V - DA ANGOLA DIVERSA** 75
**Ruy Duarte de Carvalho,** *Swakopmund, 2009*

**VI – A ARTE COMO FORMA DE INTERVENÇÃO SOCIAL CONTEMPORÂNEA** 105
**Ruy Duarte de Carvalho,** *Luanda, 9 de Março de 2010*

**Nota biográfica, bibliografia e filmografia de Ruy Duarte de Carvalho** 119
**Marta Lança**

[3] Excerto do texto publicado no livro de homenagem com o título "Figuras, figurões e figurantes na cena democrática angolana."

# VI

## Desenvolvimento da linha de pesquisa sobre Sociedade Civil e Erradicação da Pobreza na África Austral,

**em colaboração com o *Southern Africa Trust*: estudos de caso de Moçambique, Tanzânia, República Democrática do Congo e Angola.**

***Maio 2010 – Novembro 2011***

Em Maio de 2010 o projecto estabeleceu com o *Southern Africa Trust* uma parceria para uma linha de pesquisa dedicada aos mecanismos de participação das OSC nas estruturas de combate à pobreza na SADC, com a designação de *National poverty monitoring structures and the proposed SADC Regional Poverty Observatory* [Estruturas nacionais de monitoria da pobreza e o proposto Observatório Regional da Pobreza da SADC].



A pobreza constitui um problema estrutural para a maioria dos países Africanos e tem sido o principal alvo das estratégias de desenvolvimento desde a independência. Uma atenção mais específica e técnica tem sido dedicada aos sintomas da pobreza ao longo da década de 1990 no âmbito dos chamados processos de transição com os *Poverty Reduction Strategy Papers* – PRSP, do FMI e do Banco Mundial. Uma nova consciência internacional e empenho em relação à erradicação da pobreza emergiu com a Cimeira do Millenium em 2000, que impulsionou estruturas e políticas nacionais e regionais tal como o Observatório Regional da Pobreza da SADC e diversos observatórios nacionais da pobreza em vários países da região.



Teoricamente, estas estruturas deveriam ser inclusivas, baseadas na participação de quatro actores principais, nomeadamente os governos, doadores, OSC e sector privado. Na prática, contudo, a inclusão de outros parceiros para além dos governos tem sido difícil de efectivar, especialmente no que concerne às OSC.

Tendo em conta o projecto da SADC de um Observatório Regional da Pobreza para ser implementado em 2014, o projecto de pesquisa-acção e o *Southern Africa Trust* decidiram desenvolver uma linha de pesquisa dedicada a estudar algumas experiências da região Austral no que concerne aos mecanismos existentes para participação das OSC nas estruturas nacionais e o levantamento de boas práticas que pudessem ser aproveitadas no futuro Observatório Regional.

Para esta pesquisa foram selecionados quatro casos específicos, variando entre experiências ditas de relativo sucesso no que concerne à participação das OSC nas estruturas nacionais como Moçambique, experiências de crescente participação e inclusão das OSC como a Tanzânia, casos onde se verificam esforços efectivos na abertura de espaços para aquela participação como na República Democrática do Congo,

até aos casos onde a participação é praticamente inexistente e onde os espaços de interacção entre OSC e governo teimam em não surgir, como Angola.



A pesquisa de campo foi desenvolvida por Nuno Vidal ao longo de 2010 e 2011 nos quatro países referidos e dará origem a duas conferências: uma conferência nacional sobre "desenvolvimento e erradicação da pobreza", em Angola em Julho de 2011, e uma outra conferência internacional, nas Nações Unidas, em Novembro de 2011, de que dão conta os próximos capítulos.

Um livro contendo os resultados desta linha de pesquisa foi lançado na conferência das Nações Unidas, no final de 2011 *(cf. infra)*.

# VII

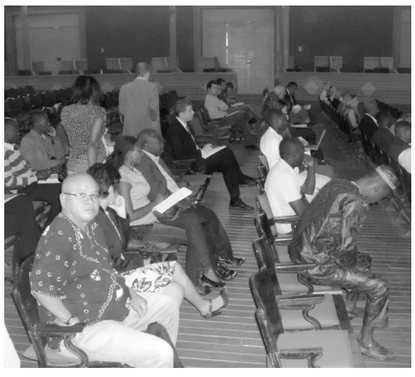
## Conferência Nacional sobre "Desenvolvimento e Erradicação da Pobreza" Lançamento do 5.º Livro – "Economia Política e Desenvolvimento em Angola"

**Luanda, Cine-Teatro Nacional, Associação Cultural Chá de Caxinde**

***28 de Julho de 2011***





Em articulação e na sequência da linha de pesquisa desenvolvida com a *Southern Africa Trust* sobre mecanismos de participação das OSC nas estruturas de combate à pobreza na SADC, o projecto de pesquisa-acção organizou uma conferência dedicada ao tema "Desenvolvimento e Erradicação da Pobreza em Angola e na África Austral".

A conferência procurou discutir estratégias e programas nacionais e regionais de combate à pobreza, incluindo a participação das OSC nos mecanismos internacionais, regionais e nacionais de erradicação da pobreza, pretendendo apresentar propostas para aumentar a eficiência e eficácia desta participação. A conferência tinha também como objectivo sensibilizar as instituições governamentais para uma maior abertura à participação das OSC nos projectos e políticas de combate à pobreza.

Particular atenção foi prestada aos processos em curso na região Austral no que concerne aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e aos observatórios nacionais e regional da pobreza da SADC, nomeadamente a Observatório Regional da Pobreza *(Regional Poverty Observatory)*.

Tendo em conta os objectivos, foram convidados a participar membros das instituições governamentais, comunidade doadora, organizações da sociedade civil, académicos, estudantes e público geral interessado na temática da erradicação da pobreza e promoção do desenvolvimento.

### Programa

8.30h – 9.00h: Registo de participantes

9.00h – 9.20h: Sessão de Abertura
- D. Damião Franklin (UCAN)
- Jacques dos Santos (Associação Chá de Caxinde)
- Sérgio Calundungo (ADRA-Angola)
- Nuno Vidal (CES-FEUC)

1.º Painel, 9.20h - 11.00h: Estratégias de erradicação da pobreza em Angola e ODMs
Moderador: José Octávio Serra Van-Dúnem (Universidade Agostinho Neto)
- Representante da Secretaria da Presidência da República para Assuntos Sociais

- Pio Lucas & Paulo Fonseca (Instituto Nacional de Estatística)
- Victor Hugo (Fundo de Apoio Social – Ministério do Planeamento)
- José António Martins (MINARS)

11.00h – 11.15h: Pausa para Café

2.º Painel, 11.15h - 12.45h: Contributo dos doadores e sector privado nacional/internacional para as estratégias de erradicação da pobreza e alcance dos ODMs
Moderador: Francisco da Cruz (Câmara de Comércio Angola-EUA)
- Manuela Navarro (União Europeia)
- Alida Endresen (Embaixada da Noruega)
- Glayton Santos (PNUD Angola)
- Henda Ducados (Total)
- José Severino (AIA - Associação Industrial Angolana)

12.45h – 14.00h: Almoço

3.º Painel, 14.00h – 15.30h: Participação da sociedade civil nas estratégias de erradicação da pobreza
Moderador: Carlos Figueiredo (CDPA)
- Pe. Jacinto Pio Wakussanga (ACC)
- Allan Cain (Development Workshop)
- Estrudes Tomaz / Grupo de Mulheres da Comunidade do Cazenga

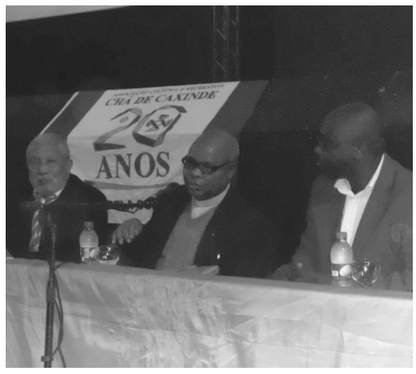
15.30h – 15.45h: Pausa para Café

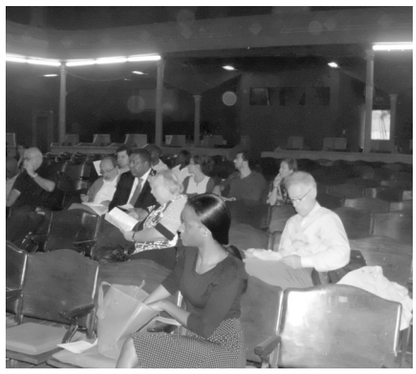
4.º Painel, 15.45h – 17.00h: Projecto do Observatório Angolano de Desenvolvimento e de Erradicação da pobreza
Moderador: Sizaltina Cutaia (Open Society Angola)
- Sérgio Calundungo (ADRA-Angola)
- Luís Samacumbi (OPSA)
- Belisário Santos (DW)
- David Sogge (Transnational Institute, Amsterdam)

17.00h – 17.30h: Lançamento e apresentação do livro, "Economia Política e Desenvolvimento em Angola"
- Manuel Alves da Rocha (CEIC/UCAN)
- Nuno Vidal (CES-FEUC)
- David Sogge (Transnational Institute, Amsterdam)

17.30h: Sessão de encerramento
- Jacques dos Santos (Associação Chá de Caxinde)
- Manuel Alves da Rocha (UCAN)
- Sérgio Calundungo (ADRA)















## Pontos focais da Conferência Nacional

A conferência debateu as estratégias e programas nacionais e regionais de combate à pobreza, incluindo a participação das organizações da sociedade civil nos mecanismos internacionais, regionais e nacionais de erradicação da pobreza, pretendendo apresentar propostas para aumentar a eficiência e eficácia desta participação. O programa incluiu o lançamento do livro "Economia Política e Desenvolvimento em Angola", abordando questões como a relação entre crescimento e desenvolvimento, equilíbrio económico entre regiões e sectores de actividade, estratégias e políticas económicas. Os trabalhos da conferência foram transmitidos na íntegra e em directo pela Rádio Ecclesia.

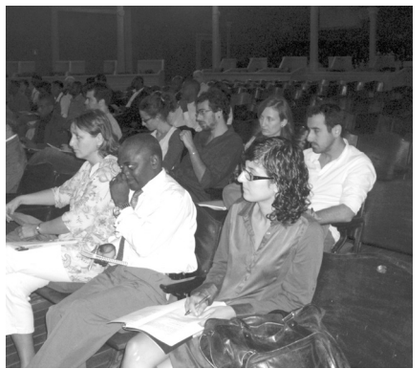
Presidido pelo Prof. José Octávio Serra Van Dúnem, o primeiro painel centrou-se sobretudo na apresentação da perspectiva governamental acerca do problema da pobreza, dos diversos programas em curso, das avaliações de impacto desses programas, que têm sido feitas pelos diversos organismos governamentais. Para este efeito tivemos a explanação do Fundo de Apoio Social do Ministério do Planeamento que apresentou um balanço do que tem sido o desempenho do programa ao longo dos anos e a estratégia adoptada para o futuro na sua relação com o combate à pobreza nos diversos programas governamentais plurianuais e seu cabimento no orçamento de Estado.

Desde 1994 até aos dias de hoje, o FAS tem vindo a alterar progressivamente o seu modo de actuação, acompanhando a evolução da situação económico-social do país. O FAS passou de um maior foco nas infra-estruturas para a participação das comunidades na gestão dos próprios projectos, reforço das capacidades e metodologias de auscultação nas diversas fases dos projectos.

Por seu turno, a Secretaria de Estado da Presidência da República para os Assuntos Sociais apresentou o seu Programa Municipal Integrado de Combate à Pobreza em termos de estratégia de acção e dos objectivos concretos que se espera alcançar junto das comunidades mais pobres, realçando que a Comissão Nacional de Luta contra a Pobreza realizou um fórum de participação da sociedade civil para que as OSC pudessem participar, dando a sua opinião a respeito do que está a ser feito nas comunas e municípios, dizendo que os fundos do programa estão a ser canalizados directamente para as administrações municipais para uma melhor afectação de recursos e adequação às necessidades das populações.

A explanação do técnico do MINARS pretendeu chamar a atenção para o facto de o governo ter vindo a adoptar políticas que visam efectivamente reduzir a pobreza e melhoria das condições de vida das populações, embora seja questionável se essas medidas são suficientemente inclusivas, solidárias e justas. Existem vários constrangimentos ao desenvolvimento que passam pela valorização da mão-de-obra nacional, fomentando auto-emprego, micro-crédito, formação, desenvolvimento humano, programa de apoio à inserção de jovens na vida activa, agricultura irrigada de desenvolvimento sustentável, entre outras medidas. O Programa Integrado de Combate à Pobreza e Desenvolvimento Rural será o mecanismo central actual para o combate à pobreza, inserindo-se nas estratégias de combate à pobreza e desenvolvimento rural.

Os técnicos do Instituto Nacional de Estatística fizeram uma intervenção baseada nos programas do INE a respeito de levantamento de dados e conhecimento da realidade a ser intervencionada, dando a conhecer algumas evoluções ao nível da preparação do tão aguardado censo populacional que deverá começar a ser elaborado no ano de 2012 e os primeiros resultados publicados em 2014. Foram explicadas as metodologias de levantamento de dados no último inquérito realizado em termos de indicadores da pobreza, o Inquérito de Bem-Estar da População - IBEP.



Vários questionamentos foram apresentados à mesa no decurso das intervenções da plateia, destacando-se a contestação dos números apresentados em termos de desenvolvimento, crescimento económico e redução da pobreza, considerados pelos intervenientes como desfasados da realidade da vida das populações e das comunidades que continuam a enfrentar graves problemas e dificuldades de acesso a bens e serviços básicos.



O segundo painel, presidido pelo Dr. Francisco da Cruz, da Câmara de Comércio EUA-Angola, centrou-se no debate em torno das perspectivas da comunidade doadora, sector privado nacional e internacional, face ao combate à pobreza. Do lado da comunidade doadora, a União Europeia apresentou a sua estratégia de intervenção, em articulação com o governo de Angola que tem autonomia de gestão com controlo da UE. As decisões nestas estratégias de intervenção são tomadas em conjunto com o governo e também existem fundos da UE que servem para apoiar directamente as OSC, sendo actualmente o foco em direitos humanos e actores não estatais, centrando-se nas áreas de HIV SIDA, género, educação e pessoas com deficiência.



A Embaixada da Noruega apresentou de igual modo a sua estratégia bilateral de ajuda e os diversos projectos que ao longo dos anos tem vindo a apoiar. Em 2002 falava-se na conferência de doadores que acabou quando entrou o crédito Chinês em 2004. A partir daí o papel dos doadores em Angola diminuiu drasticamente e está neste momento entre 0,3% e 0,5% do orçamento nacional. De 2002 até agora existem muitos programas de doadores a fechar. Isto não significa que os doadores não têm um papel a jogar, antes pelo contrário, devemos apoiar dentro dos nossos limites e tentar influenciar, especialmente podendo ajudar no combate à pobreza, apoiando a sociedade civil para que eles participem nestes programas governamentais.



De acordo com a representante da Embaixada da Noruega, não pode ser só o governo a resolver os problemas, a sociedade civil deve participar e é importante continuar a apoiar a sociedade civil para acções sociais concretas e mesmo académicas e é neste sentido que vai continuar a apoiar. A Noruega tem um *know how* que pode partilhar com Angola na medida em que a Noruega é também uma nação com riqueza petrolífera e com esforços reconhecidos em termos de utilizar essa riqueza em prol da toda a nação. Realçamos também a necessidade de as empresas terem em atenção a responsabilidade social das empresas.

O PNUD expôs as suas iniciativas de currículo escolar e programa empresarial angolano que visa criar um ambiente favorável ao desenvolvimento de negócios, con-









sistindo num projecto de negócios sustentáveis, com uma incubadora de empresas e uma nova abordagem da economia solidária que combate a pobreza em diversas dimensões, sobretudo quando falamos nos micro-negócios, mercado informal e pequenos empreendedores rurais que não têm a preparação adequada para manterem sustentáveis os seus negócios. Trata-se de empreendedores por necessidade, com falta de escolaridade, falta de acesso a serviços sociais e ao crédito.

Do lado do sector privado internacional, a empresa petrolífera Total realçou a necessidade de apoiar as parcerias público-privadas com atenção às pessoas, sendo importante envolver os parceiros numa relação construtiva e transparente em três critérios, sendo os critérios a utilidade (valor público), a credibilidade (do actor que apresenta a proposta) e visibilidade (a Total quer ter visibilidade nos programas e projectos que apoia).

Ao nível do sector privado Angolano tivemos a intervenção do Presidente da Associação Industrial Angolana realçando o papel da indústria no combate à pobreza, dizendo que a indústria deve envolver-se com a formação e a educação, aproveitando sinergias com a agricultura e pescas, construção civil e comércio.

A indústria pode de facto contribuir para a redução da pobreza articulando-se com os diversos parceiros sociais e o executivo, apoiando e promovendo políticas de integração social, aumentando o investimento. Poderá desse modo gerar empregos, no entanto há que ter em atenção o nível de impostos que tem de permitir o investimento para que a indústria cresça e promova o emprego. A responsabilidade social das empresas é um factor a ter cada vez mais em conta no que concerne ao contributo e participação das empresas no esforço de combate à pobreza.

O terceiro painel apresentou a perspectiva da sociedade civil em relação ao problema em discussão na conferência e, muito concretamente, em relação à participação das OSC nas estratégias governamentais de combate à pobreza. Moderado por Carlos Figueiredo este painel apresentou uma visão muito diferente do problema em relação aos painéis anteriores.

Constata-se que a participação das OSC nas estratégias governamentais é ainda muito débil por falta de comunicação e interacção, sendo necessário que os órgãos governamentais desenvolvam mais espaços de diálogo e abertura para a participação da sociedade civil.

Tanto o Pe. Pio Wacussanga como o grupo de mulheres do Cazenga frisaram os graves problemas de pobreza e miséria que as comunidades mais carenciados enfrentam, seja em Luanda ou nas províncias. Foi realçado o facto de as comunidades mais pobres pouco ou nada sentirem do impacto das tão propaladas taxas recorde de crescimento económico.

Estas comunidades defrontam-se hoje, como no passado, com problemas graves de falta de acesso a serviços básicos como saneamento, saúde e educação.

Segundo o Pe. Pio permanecem, na província da Huíla e na cidade do Lubango em concreto, situações de despejo iminente com todas as consequências de agravamento da miséria dessas populações, algumas das quais sem meios para se alimentarem ou sequer encontrarem abrigo. O problema da falta de emprego foi igualmente levantado por diversos dos presentes na plateia.



De certa forma a secundar as intervenções de alguns participantes na audiência, o representante da *Development Workshop*, Allan Cain, apresentou dados de alguns estudos desenvolvidos pela sua organização onde se mostraram zonas de concentração da pobreza ao longo do território nacional e a tipologia dos assentamentos populacionais em Luanda, com recurso a 5 indicadores principais: 1-Sobrepovoamento; 2-Posse segura da terra; 3-Estruturas duráveis; 4-Acesso a água potável, 5-Acesso a um saneamento melhorado.



| TOPOLOGIAS – Cidade de Luanda | | CATEGORIAS | POPULAÇÃO | % do total da população |
|---|---|---|---|---|
| A | Centro Urbano Antigo | Mais de 35 anos | 165 693 | 3% |
| B | Novas Urbanizações e Condomínios | Nova, Pós Guerra | 163 721 | 3% |
| C | Bairro Popular | Mais de 35 anos | 83 290 | 1% |
| D | Zonas de Habitação Social | Nova, Pós Guerra | 118 380 | 2% |
| E | Áreas de Auto-construção Dirigida | Nova, Pós Guerra | 396 736 | 7% |
| F | Musseques em Transição | Pós Independência | 622 950 | 11% |
| G | Musseques Ordenados | Mais de 35 anos | 477 956 | 8% |
| H | Musseques Antigos | Mais de 35 anos | 2 312 701 | 40% |
| I | Musseques Periféricos | Pós Independência | 1 237 028 | 21% |
| J | Assentamentos Rurais | | 241 787 | 4% |
| K | Zona Industrial | | 2 957 | 0,05% |
| | Total | | 5 823 200 | 100% |



Sob moderação de Sizaltina Cutaia da Open Society Angola, o quarto painel apresentou e discutiu publicamente o projecto do Observatório de Desenvolvimento da Sociedade Civil. O Observatório pretende monitorar e avaliar as políticas de erradicação da pobreza, apresentando propostas que procurem influenciar a formulação e implementação dessas políticas, aumentando o envolvimento da sociedade civil nesses processos.



O Observatório deverá consistir numa estrutura flexível, sob impulso inicial de um grupo dinamizador, mas sem hierarquias ou estruturas rígidas de funcionamento, dependendo do contributo de todos quantos queiram participar. O processo/dinâmica do Observatório deverá igualmente beneficiar da articulação e troca de experiências com outros processos similares na região Austral, tirando partido dessa interacção.

O programa de trabalhos da conferência nacional foi encerrado com o lançamento do livro "Economia Política e Desenvolvimento" em Angola, da autoria de Nuno Vidal, Justino Pinto



de Andrade, Alves da Rocha, Tony Hodges, David Sogge e Renato Aguilar. Segundo os autores presentes, a obra aborda questões como a relação entre crescimento e desenvolvimento, equilíbrio económico entre regiões e sectores de actividade, estratégias e políticas económicas desde a independência até à actualidade, para além de discutir a natureza e a dinâmica da economia política nos seus fundamentos e princípios organizativos.

Por fim, o Sr. Jacques dos Santos, Presidente da Associação Chá de Caxinde, organização anfitriã do evento, manifestou aos presentes a intenção da sua Associação em se associar a outros eventos do mesmo teor, que contribuam para o desenvolvimento nacional e a melhoria das condições de vida dos mais pobres.




## Publicações - 5.º Livro: Economia Política e Desenvolvimento em Angola

Conforme referido no capítulo anterior, no final da conferência, no dia 28 de Julho de 2011, foi apresentado e discutido publicamente o 5.º livro do projecto de pesquisa-acção, subordinado ao tema "Economia Política e Desenvolvimento em Angola".

A obra centra-se na análise da natureza e dinâmica da economia política angolana e do seu impacto ao nível do desenvolvimento. Como todos os anteriores trabalhos, este livro congrega perspectivas de vários autores especializados nas matérias em análise, estimulando a reflexão e o debate que se devem prolongar nos diversos eventos de discussão desta temática promovidos pelo projecto.

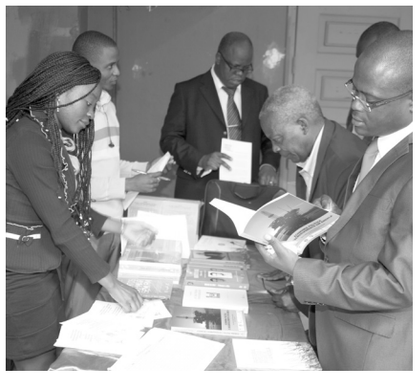


As análises apresentadas, tal como as das anteriores publicações, chamam a atenção para vários problemas que urge enfrentar, pretendendo ser um contributo construtivo para a sua solução, na busca por uma sociedade mais justa, estável e desenvolvida em todas as suas dimensões.

Dos trabalhos publicados nota-se uma certa proximidade nas perspectivas analíticas dos diversos autores no que respeita às tendências de fundo da economia política angolana e às decisões de política económica que têm vindo a ser tomadas ao longo dos anos, nas diversas fases históricas abordadas, especialmente ao nível da mais recente fase, da transição da economia planificada para a economia de mercado. O tão propalado crescimento económico de dois dígitos em vários anos ao longo da última década não se traduziu em efectivo desenvolvimento equilibrado, sectorial, regional, e sobretudo humano, sendo que a pobreza continua a constituir um sério problema. Existem várias falhas a colmatar em termos de políticas económicas, mas sobretudo em termos de economia política e da lógica dominante que lhe tem estado subjacente, de raiz patrimonial moderna, impeditiva de que o crescimento seja equilibrado e se traduza em efectivo desenvolvimento.

Este livro está estruturado em seis capítulos, sendo que o primeiro capítulo constitui um enquadramento histórico, escrito por Nuno Vidal. Analisa-se a construção e consolidação do quadro de relações económicas, desenvolvido no pós-independência ao longo da administração de Agostinho Neto e de Eduardo dos Santos durante o período do partido único e da economia de planificação central até à transição para o

multipartidarismo e economia de mercado nos anos 90, ajudando a perceber as suas linhas de evolução para a actualidade.



O segundo capítulo, da autoria de Justino Pinto de Andrade, começa por analisar o impacto da crise financeira de 2008 em África e em Angola. O autor defende que apesar da utilização política desta crise para justificar atrasos na luta contra a pobreza, o objectivo oficial do desenvolvimento económico tem vindo na prática a ser sucessivamente adiado desde a independência em 1975 pela falta de vontade política, quer num sistema dito Socialista, quer agora num sistema dito de economia de mercado, recorrendo-se aos mais variados argumentos que nunca focam o problema da estruturação e funcionamento do sistema económico-político interno.



O capítulo terceiro é-nos apresentado por Tony Hodges, abordando as formas de exercício do patrimonialismo que servem o objectivo de consolidação e manutenção do poder e acumulação de riqueza por parte da elite político-empresarial. Segundo o autor, a escala de meios, recursos e interesses envolvidos, dificultam grandemente uma alteração fundamental no domínio económico.

O quarto capítulo é da responsabilidade de Alves da Rocha, apresentando uma análise económica para o período de 1997-2010, argumentando que não obstante as elevadas taxas de crescimento do PIB depois de 2002, a sustentabilidade do processo de crescimento está por assegurar, sendo que a política de estabilização permanece demasiado exposta às vicissitudes do mercado internacional do crude. Para o autor, podemos estar em face de um processo de crescimento sem desenvolvimento.



O quinto capítulo, redigido por David Sogge, sustenta que a economia política actual se parece com a anterior ordem colonial, com uma elite limitada apoiada no Estado, gerindo a economia em colaboração com empresas estrangeiras para promover um modelo de desenvolvimento que redistribui a riqueza para cima e para fora. Contudo, ao contrário do período colonial, as elites governantes são africanas, legitimadas por eleições, e a vida económica nacional está muito mais dependente de consumidores e produtores em países mais ricos.

O sexto e último capítulo, de Renato Aguilar, retoma a análise de elementos críticos da história económica de Angola desde a independência para discutir possíveis estratégias e opções de desenvolvimento para o futuro. Para o autor, após mais de três décadas como país independente e de uma história económica breve mas repleta de acontecimentos, Angola está ainda a enfrentar o desafio de alcançar um nível de bem-estar compatível com a promessa implícita na sua herança extremamente rica em recursos naturais.

## Apresentação e discussão pública do livro em Lisboa

Depois da conferência nacional em Luanda, foi organizado em Lisboa em Novembro de 2011 um evento de apresentação e discussão pública da obra, no Centro de Informação e Documentação da Câmara Municipal de Lisboa e na delegação de Lisboa do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. O programa de atividades de









Lisboa visou o estímulo do debate em torno dos temas abordados pelo livro e a comemoração do 36.º aniversário da independência de Angola, tendo para tal incluído uma exposição fotográfica subordinada ao tema Marcas Humanas em Angola, do fotógrafo Jorge Coelho Ferreira e a exibição de dois documentários: 1) Diário do Deserto – Namibe, de Cristina Salvador, realizado em 2009, consistindo num conjunto de imagens acompanhadas por uma narrativa da história dos povos do deserto do Namibe; 2) Da Terra, do Fogo e da Água, de Richard Paklepa, sobre o povo San no Sul de Angola, realizado em 2009.

A exibição do documentário "Diário do Deserto" foi igualmente uma forma de homenagear a Arquitecta Cristina Salvador, falecida em 2011. Cristina Salvador integrou este projecto de pesquisa-acção na 1.ª conferência internacional, realizada em Luanda, em Agosto de 2004, tendo contribuído para o primeiro livro do projecto – O Processo de Transição para o Multipartidarismo em Angola –, com o texto "O espaço de cada um e a cidade de todos".

Para além dos habituais parceiros institucionais do projeto, o evento contou com a transmissão na íntegra e em direto pela RDP-África. A exposição fotográfica esteve patente ao público até ao dia 11 de Novembro, dia do 36.º aniversário da Independência de Angola.

# VIII 5.ª Conferência Internacional: Erradicação da Pobreza na África Austral: envolvimento das Organizações da Sociedade Civil

**Moçambique, Tanzania, República Democrática do Congo, Angola e África do Sul,**
**Lançamento do 6.º Livro – *Poverty Eradication in Southern Africa***
***Centro de Informação Regional das Nações Unidas (UNRIC - Secretariado-Geral das Nações Unidas), Bruxelas, 16-17 Novembro 2011***

A dinâmica iniciada na conferência de Luanda prosseguiu numa conferência internacional realizada nas Nações Unidas, comparando as experiências de cinco casos da região Austral – Moçambique, Angola, Tanzânia, República Democrática do Congo e África do Sul. Para além da conferência, este evento compreendeu o lançamento de um livro contendo um estudo comparativo dos casos dos diversos países analisados, em termos de mecanismos de participação da sociedade civil na luta contra a pobreza, reunindo membros da sociedade civil, académicos e representantes da comunidade doadora internacional. A conferência realizada em Bruxelas, nas Nações Unidas, pretendeu igualmente apresentar propostas e estratégias para aumentar a eficiência e eficácia daquela participação.



## Programa

Dia 16 de Novembro, sala de conferências do hotel Van Belle, Bruxelas



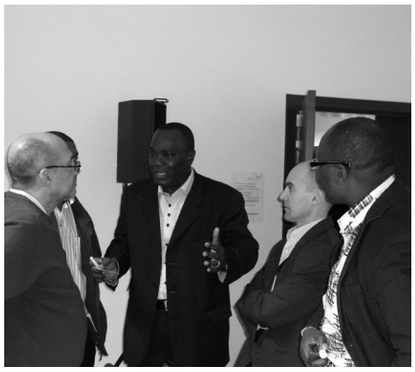
15.00h – 18.00h: Reunião de trabalho com a maioria dos participantes tendo como objetivo a apresentação de contributos para a estruturação do Observatório Angolano do Desenvolvimento/Pobreza e do mecanismo a aplicar de Monitoria e Avaliação, com base na análise e troca de experiências com participantes da República Democrática do Congo, Moçambique, África do Sul, Angola e Tanzânia.

Dia 17 de Novembro, Centro Regional das Nações Unidas em Bruxelas



8.30h – 9.00h: Registro dos participantes

9.00h – 9.15h: Sessão de Abertura
- Afsané Bassir-Pour (Directora da UNRIC)
- Justino Pinto de Andrade (Universidade Católica de Angola)
- Elias Isaac (Open Society Angola)









9.15h - 9.40h: Apresentação do Livro
*Poverty Eradication in Southern Africa: involvement of civil society organizations – Mozambique, Tanzania, Democratic Republic of Congo & Angola*
- Robert Mabala (Conseil National des ONG de Développement - CNONG)
- Reginald Munisi (Policy Forum - Tanzania)
- João Pereira (Mecanismo de Apoio à Sociedade Civil – MASC, Moçambique)
- Nuno Vidal (CES-FEUC)

**1.º Painel**
9.40h - 10.50h: Angola & Moçambique
- Justino Pinto de Andrade (Universidade Católica de Angola)
- Pe. Jacinto Pio Wakussanga – Angola (Associação Construindo Comunidades)
- Sérgio Calundungo (ADRA-Angola)
- João Pereira (Mecanismo de Apoio à Sociedade Civil, Moçambique)

10.50h – 11.00h: Coffee Break

**2.º Painel**
11.00h – 13.15h: África do Sul, Tanzânia & República Democrática do Congo
- Bob van der Winden (BWsupport/African Arenas)
- Lindsey Duff (Institute for Global Dialogue – África do Sul)
- Robert Mabala (Conseil National des ONG de Développement)
- Reginald Munisi – Tanzânia (Policy Forum)

13.15h – 14.00h: Almoço

**Mesa Redonda**
14.00h – 15.30h: Estratégias dos doadores não-governamentais de combate à pobreza
- David Sogge (Transnational Institute/African Arenas)
- Elias Isaac (Open Society Angola)
- Alexia Haywood (Christian Aid)
- Karin Van Knippenberg (OXFAM-Novib)

**Mesa Redonda**
15.30h – 17.00h: Observatórios da Pobreza na África Austral e o projecto de Observatório de Desenvolvimento Angolano – pontos focais (género, juventude, descentralização, acesso à terra, desenvolvimento rural e segurança alimentar).
- Carlos Figueiredo (CDPA-Angola)
- Sizaltina Cutaia (Open Society Angola)
- Sérgio Calundungo (ADRA-Angola)
- Belisário Santos (Development Workshop - Angola)

17.00h: Sessão de encerramento
- Justino Pinto de Andrade (Universidade Católica de Angola)
- Elias Isaac (Open Society Angola)

## Pontos focais da 5.ª Conferência Internacional

### Reunião de trabalho do dia 16 de Novembro de 2011

Cumprindo com o programado, a tarde do dia 16 de Novembro foi dedicada à apresentação e discussão de contributos para a estruturação de um futuro Observatório Angolano do Desenvolvimento e dos possíveis mecanismos a aplicar na Monitoria e Avaliação das políticas de combate à pobreza e estímulo ao desenvolvimento. A reunião de trabalho teve por base a troca de experiências dos casos da República Democrática do Congo, Moçambique, África do Sul, Angola e Tanzânia.



Estiveram presentes alguns membros das OSC dos países em análise, para além de representantes de organizações doadoras não-governamentais: Justino Pinto de Andrade (Universidade Católica de Angola), Pe. Jacinto Pio Wakussanga (Associação Construindo Comunidades, Lubango), Sérgio Calundungo (ADRA-Angola), João Pereira (Mecanismo de Apoio à Sociedade Civil, Moçambique), Bob van der Winden *(BW-support/African Arenas)*, Lindsey Duff (*Institute for Global Dialogue* – África do Sul), Robert Mabala (*Conseil National des ONG de Développement*, RDC), Reginald Munisi (*Policy Forum*, Tanzânia), David Sogge *(Transnational Institute/African Arenas)*, Elias Isaac *(Open Society Angola*), Alexia Haywood *(Christian Aid, United Kingdom)*, Karin Van Knippenberg (OXFAM-Novib), Carlos Figueiredo (CDPA, Angola), Sizaltina Cutaia *(Open Society Angola)*, Sérgio Calundungo (ADRA-Angola), Belisário Santos *(Development Workshop - Angola)*, Nuno Vidal (CES-FEUC).



A discussão começou por apresentar as experiências dos diversos países um pouco na sequência do livro que seria apresentado no dia seguinte e para o qual muitos dos presentes contribuíram com as suas opiniões aquando do trabalho de pesquisa de campo. Em termos muito genéricos, a situação dos observatórios da Tanzânia e República Democrática do Congo apresentam sinais promissores através dos mecanismos que estão a ser desenvolvidos no âmbito do *Policy Forum* (Tanzânia) e do Symposium da Sociedade Civil (RDC).



Não obstante, estes casos enfrentam muitos desafios, que têm de ser ultrapassados ao nível da coordenação e articulação entre OSC, especialmente no que concerne à necessidade de encontrar formas mais regulares de partilha de informação e capacitação nas diversas áreas específicas e técnicas que têm de ser discutidas com o governo.

A transparência, informação e prestação de contas das estruturas da Sociedade Civil para com todos os membros é essencial, para evitar desconfianças em relação aos processos de discussão com o governo e acusações de cooptação e falta de *feedback* para com todas as organizações não diretamente envolvidas nas diferentes discussões específicas em cada área de trabalho com as estruturas governamentais.



Uma estratégia de ação deve ser bem definida, com objetivos claros, com meios de financiamento adequados, uma atividade coerente com o plano estratégico e com contas transparentes para ganhar a confiança dos parceiros e da sociedade civil em geral.









No caso Tanzaniano, as pessoas e as organizações da sociedade civil estão um pouco cansadas da influência dos doadores e seria necessário as organizações da sociedade civil serem mais auto-suficientes, mais apoiadas nas suas próprias forças e menos nos doadores.

O caso Moçambicano, com a estrutura do chamado G20 (grupo de coordenação da sociedade civil), foi apresentado como uma situação que começou bem e ganhou uma pujança admirável nos primeiros anos, mas que progressivamente se esvaneceu e desagregou, estando hoje num estado muito preocupante de inoperância. O problema, entre outros fatores, dever-se-ia a uma excessiva proximidade em relação às estruturas governamentais e a uma relativa perda de contato com as diversas organizações que compõem a sociedade civil.

Uma certa promiscuidade entre as estruturas dirigentes do G20 e as estruturas governamentais, com perda de contacto com a realidade do terreno, teria enfraquecido o G20 nos últimos 3 anos. No entanto, as estruturas e as conquistas dos primeiros anos do G20 não devem ser desperdiçadas, devendo ser recuperadas pela sociedade civil com um plano estratégico renovado, que evite os problemas dos últimos anos e que possa reganhar a confiança das OSC e dos doadores.

Moçambique tem sido muito influenciado pelos doadores que participam com cerca de 50% para o orçamento de Estado, mas esta participação vai ser drasticamente reduzida com a produção mineral nos próximos anos e com as recentes descobertas em termos de gás natural. O poder de influência dos doadores irá diminuir nos próximos 6 anos e as OSC têm de se preparar igualmente para esta transformação, assim como os doadores têm de perceber que a sua influência vai diminuir em relação ao governo e o apoio à sociedade civil terá de se manter e talvez reforçar para não deixar esmorecer o trabalho que tem vindo a ser feito.

O participante de Moçambique enfatizou ainda a necessidade de investir ao nível da consciência crítica dos cidadãos como forma privilegiada e sustentada de luta contra a pobreza, para além do investimento em projetos que se centram em expressões imediatas da pobreza como reabilitação de estruturas de saúde, escolas, distribuição de comida, etc.

No caso da África do Sul, foi referido que não existe nenhum observatório da pobreza, ao contrário dos casos de Moçambique e Tanzânia. A sociedade civil é muito dividida, o governo tem uma grande retórica teórica, mas a prática é muito deficitária, existe uma grande falta de acesso à informação governamental, a exemplo do que foi igualmente referido para o caso Moçambicano.

Ao nível do governo existe muita falta de monitoria e avaliação das diversas políticas públicas nas diversas áreas de atuação. Ao contrário dos outros casos não existe muita influência dos doadores internacionais, a sociedade civil é muito mais interna e dependente de forças internas do que externas, no entanto, conforme referido existe muita fal-

ta de articulação e coordenação entre OSC, o que dificulta igualmente uma monitoria e avaliação conjunta das políticas governamentais pela sociedade civil. É difícil participar e influenciar as políticas governamentais pelas OSC, seja a nível das políticas locais ou nacionais. Existem inúmeras barreiras institucionais à participação da sociedade civil.

No caso Angolano, não existe qualquer observatório e a situação de participação da sociedade civil nas políticas públicas de combate à pobreza é muito limitada. A própria visão da pobreza deve ser encarada segundo perspetivas diferentes, existindo uma visão diferente a depender do meio, seja urbano ou rural, e mesmo entre meios urbanos e entre os meios rurais, que diferem de província para província. A situação em zonas como as Lundas é diferente da situação do Huambo ou do Kwando-Kubango. A situação de Luanda é diferente da maioria das outras capitais de província.

O observatório deve trazer uma perspetiva baseada e fundamentada nestas diferentes realidades e perspetivas, pensando na necessidade premente de ter um espaço de comunicação, de informação e de expressão. A falta de espaço independente e autónomo para expressão das opiniões da sociedade civil é essencial. Para além disto é necessária a pesquisa autónoma sobre a situação da pobreza, para existir uma fonte de informação independente e fiável em relação à informação prestada pelo governo.

Este tipo de independência das fontes de pesquisa, informação e comunicação, poderá dar um contributo importante para a influência sobre as políticas públicas de combate à pobreza. Este espaço deverá permitir uma plataforma de participação permanente. O espaço de participação pública da sociedade civil não pode depender de eleições de 4 em 4 anos, tem de ser mais regular e por outros mecanismos, o observatório poderá ser um passo neste sentido. O observatório não deve influenciar somente políticas públicas, mas também pode estimular ao nível local uma pesquisa por parte das organizações de base, mais próximas da realidade de vida dos pobres, permitindo assim a divulgação das diferentes perspetivas  e vivências da pobreza.

Existe em Angola atualmente uma falta de coordenação entre doadores e uma falta de capacidade de influência dos doadores, que estão muito dependentes de vários outros interesses económicos. Os fundos autónomos de apoio à sociedade civil têm vindo a ser drasticamente reduzidos e isto diminui a sua eficácia. Um observatório capaz de ser sustentável e ter influência vai precisar de fundos consideráveis.

Ao nível do financiamento das ações da sociedade civil surgiu a discussão que se generalizou entre os presentes sobre as estratégias a adotar para financiamento das organizações da sociedade civil, entre uma estratégia mais autocentrada nas próprias forças ou uma estratégia que continua a depender em grande parte de financiamentos externos, ainda que procurando maior diversificação das fontes de financiamento. Este problema é especialmente sensível no caso Angolano porque, conforme referido anteriormente, os fundos dos doadores para a sociedade civil estão a diminuir fortemente e cada vez mais condicionados política e economicamente.




















Parece ter existido algum consenso no que concerne à necessidade de uma boa estruturação dos observatórios nacionais, apoiados nas organizações da sociedade civil, com participação efetiva e ativa de todos os parceiros, antes de se poder pensar numa participação no observatório regional da pobreza a criar ao nível da SADC. Este ponto foi realçado pelo participante proveniente da República Democrático do Congo.

Conferência no dia 17 de Novembro de 2011 – United Nations Regional Information Centre - UNRIC, Bruxelas.

A conferência do dia 17 de Novembro foi aberta pela Diretora do Centro de Informação Regional das Nações Unidas, que realçou a necessidade de trabalho em conjunto da sociedade civil, administrações governamentais e sector privado, mencionando a importância do tema da conferência e do livro ao realçar a necessidade de envolver vários parceiros no objetivo do desenvolvimento, especialmente numa altura de crise financeira com diminuição dos fundos disponíveis para o desenvolvimento. Infelizmente, o sector privado não tem participado como seria desejável neste tipo de discussões, mas não existe alternativa ao seu envolvimento, sendo o sector privado um parceiro incontornável.

O escritório regional tem apostado em dois sectores para passar a sua mensagem, por um lado os media, e por outro os criativos. Isto porque o escritório cobre 48 países da Europa Ocidental e passar a mensagem tem muito a ver com criatividade de mensagens que sejam facilmente assimiladas e atraiam a atenção das pessoas para a necessidade dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio e do combate à pobreza. A forma de o escritório trabalhar com a sociedade civil baseia-se muito num mecanismo eficiente e eficaz de divulgar a informação.

Ainda nos discursos de abertura, o Prof. Justino Pinto de Andrade referiu a necessidade de combater a pobreza em África como forma de evitar convulsões sócio-políticas que agravam ainda mais a pobreza. A chamada primavera Árabe reclamou por melhores condições de vida e na África Austral sentem-se fortes assimetrias regionais e sociais com extrema pobreza, conduzindo à fragmentação dos Estados, incluindo várias divisões, também e ainda étnicas. Se queremos consolidar as nossas sociedades em harmonia precisamos de equilíbrio e solidariedade e não de mais fatores de divisão. Para Justino Pinto de Andrade, os participantes na conferência são essencialmente da sociedade civil e com conhecimento das realidades de terreno das populações pobres. As discussões a ter lugar na conferência terão por objetivo enriquecer a ação, tendo por base a experiência dos diversos países que a vêem partilhar.

O representante da *Open Society Angola*, Elias Isaac, realçou a importância da discussão do tema da pobreza na África Austral. A crise financeira parece não ter tido o mesmo impacto em África do que no resto do mundo e no meio da crise parecem estar a surgir algumas oportunidades para países Africanos com importantes recursos minerais que ganham uma crescente importância estratégica, com uma elevação significativa dos seus preços nos mercados internacionais.

A sociedade civil tem de participar neste momento para influenciar os governos no sentido de aproveitar o momento de oportunidades abertas para África na economia mundial, para benefício das populações e para o desenvolvimento, que não seja mais uma de tantas oportunidades perdidas.



Para Robert Mabala da RDC, ao fim de 50 anos de ajuda é necessário avaliar o impacto dessa ajuda ao nível da vida das populações pobres e da erradicação da pobreza. Para João Pereira, o caso de Moçambique é muitas vezes visto como sendo de sucesso ao nível da intervenção dos doadores e do seu impacto na sociedade civil, mas a realidade é diversa, sendo um caso com muitas deficiências e que na verdade pouco tem de sucesso, estando a prova ao nível da desagregação do observatório Moçambicano, que se enfraqueceu por diversos motivos, apesar do fortíssimo investimento dos doadores externos que aplicaram uma média de 2.5 milhões de dólares por ano naquele observatório.



O Padre Pio trouxe a experiência do seu trabalho com as comunidades vítimas de deslocamentos forçados no Sul de Angola, nas comunidades agro-pastoris da Huíla, Namibe e Cunene, com partes da província de Benguela, comunidades que ocupam cerca de 17% do território nacional, detendo cerca de 95% do gado bovino do país.

No entanto, estas comunidades têm sofrido várias violências e humilhações com a ocupação privada de terras, as dificuldades de transumância pastoril e respeito pelas tradições culturais. Existem igualmente problemas urbanos com as demolições de casas e realojamento forçado das populações, factos que constituem uma violação e desrespeito pelos direitos das populações.



Por outro lado, Sérgio Calundungo falou da experiência da ADRA com a pobreza no meio rural, que está muito relacionada com o modo como se enriquece nos meios urbanos. Os meios rurais têm permanentemente transferido os seus ativos vários para o meio urbano. A pobreza não é assunto técnico, é um problema essencialmente político.

Há que erradicar a pobreza pelo aumento das oportunidades que a democracia permite com liberdade de associação e expressão. A ação da sociedade civil para combate à pobreza é uma ação política. Temos obviamente de resolver problemas imediatos das pessoas em termos económico-sociais, mas igualmente trabalhar ao nível da consciência política crítica, para que o nosso trabalho seja sustentável.



A educação é um pilar importante para o desenvolvimento e a educação deve ser adequada às diversas realidades do país, porque a educação continua a ser essencialmente dirigida para meios urbanos e costeiros, sem ter em conta as especificidades, necessidades e interesses das diversas regiões que são sobretudo rurais e do interior.

João Pereira referiu essencialmente o trabalho do Mecanismo de Apoio à Sociedade Civil com as suas diversas ações ao nível de gestão de fundos do DFID e Cooperação Irlandesa para apoio às iniciativas das OSC. O MASC é em Moçambique o segundo maior fundo de apoio à sociedade civil, trabalhando em várias dimensões, seja no re-










força institucional, seja na monitoria e advocacia para a boa governação e na área de informação e sua partilha para a boa governação.

O MASC trabalha com OSC que queiram aumentar a consciência política dos cidadãos e de monitoria de serviços públicos como água, saúde e educação, treinando comunidades locais para a identificação dos agentes de mudança locais, que serão depois treinados para monitoria de diversos serviços públicos e estimulando os mecanismos mais importantes para influenciar as políticas públicas.

Esta prática tem trazido grande alteração na postura das comunidades em relação ao Estado e ao governo. O MASC está a operar num contexto de manipulação do espaço público controlado por elites locais que constrangem o espaço da sociedade civil consciente e crítica. Há que colocar ênfase nas comunidades para monitorarem o poder público nos diversos aspetos que afetam as suas vidas.

O segundo painel foi dinamizado por Bob van der Winden, tendo começado com a intervenção de Lindsey Duff, que referiu o problema de desigualdades sócio-económicas que vem desde o período do *Apartheid*. A pobreza tem afetado historicamente largas camadas da população e a atual crise financeira tem tido um impacto negativo ao nível do combate a estas desigualdades.

A sociedade civil tem-se desenvolvido com ONGs de desenvolvimento, grupos de interesse de acordo com necessidades sociais específicas, sindicatos laborais e movimentos sociais que se organizam de acordo com agendas momentâneas em relação a assuntos específicos. Tratam-se de questões materiais, mas também políticas, de participação em decisões políticas. O governo é particularmente avesso às organizações que trabalhem com questões políticas. Vários são os problemas da sociedade civil, a começar pela falta de liderança preparada e com competências e capacidade organizativa, para além da falta de capacidade de estabelecer agendas próprias e estruturadas.

Para Robert Mabala existe o problema de definir a pobreza. É um fenómeno com diversas facetas, sejam educacionais, regionais ou económicas, entre várias outras. É um fenómeno complexo no qual as OSC trabalham consoante os seus objetos de ação. Existe necessidade de articulação e coordenação, mas igualmente de respeito pela autonomia de ação de cada uma, sendo importante manter uma atuação transparente e respeitadora das regras de alternância de liderança em termos democráticos. Não podemos exigir ao governo e aos partidos uma alternância pacífica do poder e não permitirmos no nosso seio essa alternância, com líderes que permanecem longamente na direção e presidência das OSC.

Reginald Munisi caracterizou o trabalho das plataformas das OSC na Tanzânia, que procuram analisar os orçamentos do Estado, monitorar a sua aplicação e reforçar o poder de participação ao nível dos governos locais e igualmente monitorar os sectores do petróleo e do gás, que são extremamente sensíveis para o governo.

Para além destes aspetos mais práticos e técnicos da atividade das OSC, o preletor enfatizou que as OSC estão a perder a capacidade de pensar a sociedade e o desenvolvimento em termos mais profundos, sobre a sociedade que se quer construir, existe a necessidade em África e na sociedade civil de pensamento independente, muito para além das questões técnicas.




O terceiro painel foi dinamizado por David Sogge, tendo começado com a intervenção de Elias Isaac que contextualizou a pobreza em África, referindo que não é só um problema político-económico, mas igualmente histórico, relacionado com o colonialismo e com as políticas pós-independência que acentuaram a pobreza. Será que os países Africanos ricos em minerais precisam de ajuda externa? De um lado temos uma elite política forte e do outro temos a maioria dos cidadãos empobrecidos. A desigualdade tem-se acentuado, os serviços públicos degradam-se.



Os rendimentos dos minerais enriquecem as elites sem impacto na melhoria de vida da maioria das populações que vêm a pobreza a manter-se ou mesmo a acentuar-se. Em Angola existe um enorme deficit em termos de informação sobre a pobreza e a que existe é sobretudo governamental e nem sempre fiável. O problema do crescimento económico não é quantitativo, mas qualitativo.

A segunda interveniente, Alexia Haywood, realçou que a pobreza não é só material, mas também política, no que se refere à partilha do poder e à possibilidade de participar politicamente e influenciar modelos de governação e políticas públicas. Os resultados de cimeiras importantes para o combate à pobreza como Paris e Accra trouxeram contributos importantes, mas a resposta tem de vir essencialmente das OSC no que respeita às suas próprias agendas e objetivos que têm de ser priorizados.




Devemos respeitar a independência da sociedade civil, os doadores devem respeitar essa independência e é com base nesse princípio que a CA procura trabalhar em Angola e noutros locais. Os doadores não devem trabalhar somente no provimento de serviços, mas têm de arriscar a promoção de direitos políticos e civis que estão fortemente relacionados com a manutenção da pobreza.

Ainda do lado dos doadores, seguiu-se a intervenção de Karin van Knippenberg da Oxfam-Novib, que referiu o apoio da sua organização às organizações e pessoas envolvidas nas comunidades para que sejam elas as protagonistas da mudança que pretendem para as suas sociedades, através de capacitação e apoio aos seus projetos. No caso específico de Angola os projetos vêm desde os anos 1990 e ao contrário de outras organizações que abandonaram o país depois do fim da guerra, a Oxfam-Novib continua porque considera ter um compromisso de longo prazo, para além dos problemas mais imediatos da década de 1990.




O ênfase é colocado nos direitos económicos, mas também civis e de participação política. Apoiam vários níveis, local, nacional e internacional. Chamou a atenção para os novos movimentos sociais e manifestações que ocorreram em Angola por parte de jovens, que ao contrário da maioria das OSC, sem fundos e sem grande organização,








conseguiram abalar mais o regime. Os doadores devem repensar a eficácia das suas abordagens de apoio à sociedade civil. Estes grupos pequenos de jovens abalaram mais o regime do que anos de programas de apoio à sociedade civil.

O último painel foi dinamizado por Daena Costa Neto da organização da conferência e começou com a intervenção de Belisário Santos, que apresentou o projeto de observatório do desenvolvimento a criar em Angola, fruto de um processo de reflexão levado a cabo em Angola por várias organizações. Existe necessidade de monitorar o impacto das políticas públicas sobre a pobreza, devendo existir um instrumento ao nível da sociedade civil para seguir estes processos, alimentando o debate público com base em evidências, recolha de dados, análise e pesquisa independente.

Não deverá ser um organismo de confrontação, mas um apoio ao conhecimento a partir do nível local, podendo ser um contributo a um conhecimento e a um processo de decisão mais fundamentado. Mais transparência orçamental e mais monitoria da sua aplicação deverá contribuir para a eficácia e eficiência das políticas públicas, ajudando a combater a corrupção, pressionando pela maior transparência na gestão dos recursos públicos.

A segunda preletora, Sizaltina Cutaia, realçou as questões de desequilíbrio do género para uma análise acurada da pobreza, sendo a mulher um pilar central do sustento da família, em muitos casos assumindo o papel de chefes de família. Os programas de combate à pobreza não têm tido cuidado com questões específicas das mulheres. Tem de existir uma perspetiva de género nas políticas públicas. O observatório angolano da pobreza deveria ter em atenção estas especificidades, tanto a nível da saúde, como da educação e habitação, mas igualmente ao nível do acesso à terra, uma vez que muitas das mulheres chefes de família têm dificuldades em aceder ao registo civil e à obtenção de documentos de identificação que são essenciais para legalização de terras, casas, negócios informais etc. Estes são importantes aspetos a ter em atenção na atividade do observatório.

Por outro lado, Carlos Figueiredo falou do Programa Municipal Integrado de Combate à Pobreza do governo Angolano, financiado inteiramente pelo governo Angolano com cerca de 400 milhões de dólares anuais, coordenado pela comissão nacional de luta contra a pobreza, que por sua vez é chefiada pela secretária da presidência para os assuntos sociais. Este programa contém aspetos de monitoria e avaliação, mas não existem mecanismos governamentais suficientes para esta monitoria e aqui o observatório poderia dar um contributo importante, assim como inúmeras redes da sociedade civil que vêm há anos trabalhando com as comunidades e que têm bastante informação e mecanismos que podem funcionar se lhes forem dados os *inputs* e apoios necessários, contribuindo para a necessária monitoria e avaliação dos programas governamentais em curso.

Por fim, o último preletor, Sérgio Calundungo reforçou a ideia de Carlos Figueiredo de que o observatório deve representar uma grande frente comum no combate à pobreza e não apenas e só mais um mecanismo que trabalhe de forma isolada e em confronto às estruturas existentes.

Os espaços de participação da sociedade civil devem ser aprofundados, a sociedade civil deve criar os seus próprios espaços, porque existem alguns espaços abertos que dependem sobretudo da sociedade civil aproveitar e aprofundar. Alguns espaços governamentais são semi-abertos à participação da sociedade civil e por vezes permitem a sua participação e devemos também aproveitá-los, mesmo com todas as limitações existentes. Um observatório deve pressionar a participação nesses espaços semi-abertos. Isto não significa colaboracionismo, significa que temos de conquistar o nosso lugar nos processos de decisão. Existem depois espaços fechados à sociedade civil, que são os espaços políticos mais reservados, mas aqui podemos igualmente apelar para os parceiros internacionais para nos ajudarem a influenciar esses espaços fechados. Um observatório poderá ajudar a sociedade civil a forçar uma entrada nesses espaços e poder influenciá-los. A sociedade civil tem de agir e intervir para efetivar os seus direitos.







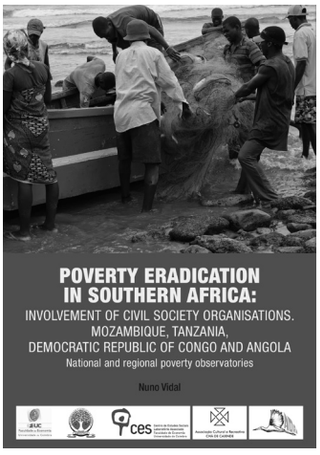

A cada um dos painéis seguiu-se um debate aberto a toda a audiência que gerou discussões prolongadas e interessantes que enriqueceram de forma significativa a apresentação dos preletores, com vários comentários e sugestões.

O encerramento da conferência coube a Elias Isaac e a Justino Pinto de Andrade. Elias Isaac apelou à necessidade para a continuidade deste processo de discussão com mecanismos concretos de resposta da sociedade civil, nomeadamente ao nível de iniciativas como o observatório, desafiando os doadores a apoiarem este processo. Não é Angola que precisa de apoio financeiro, mas sim a sociedade civil. Justino Pinto de Andrade enfatizou a importância dos trabalhos preparatórios da conferência do dia anterior que permitiram aprofundar muitíssimo mais o debate da conferência.

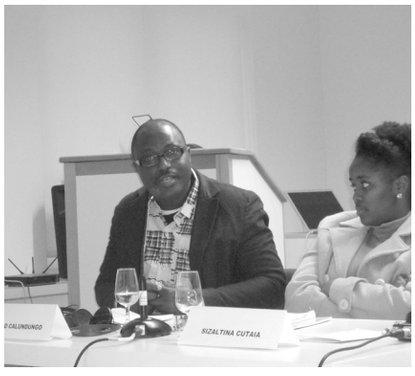
O projeto de observatório é importante e necessário, tendo de existir uma estrutura para que o observatório se efetive. Este trabalho de estruturação terá de contar com a participação de um número cada vez maior de organizações e o contributo dado pelas experiências dos países da região deve estar presente nessa estruturação. Respondendo a uma questão que havia sido colocada anteriormente por Guus Meier, sobre o porquê da dinâmica atual de algumas franjas da juventude com várias manifestações, Justino Pinto de Andrade referiu que estes fenómenos são fruto de todos os processos que surgiram desde 1992. Várias iniciativas internas e externas permitiram uma dinâmica que não existia, com organizações cada vez mais específicas na sociedade civil. Estes jovens que se manifestam hoje são a expressão de um trabalho que tem sido feito, exprimem um conjunto de frustrações que a sociedade acumulou.

Justino Pinto de Andrade lembrou que uma das participantes da conferência, Sizaltina Cutaia, é uma jovem ativista sempre presente naqueles movimentos. No entanto, existirá igualmente a necessidade do contributo da ação moderadora de todas as outras camadas mais velhas da população, que de uma forma menos precipitada possam intervir e evitar que os processos de transformação degenerem em violência descontrolada.

Estamos num processo de transição que deve contar com o contributo de todos os que desejam e querem transformação e mudança sem descontrolo e em paz.






## Publicações - 6.º Livro: *Poverty Eradication in Southern Africa*

Em articulação com a linha de pesquisa desenvolvida com o *Southern Africa Trust*, Nuno Vidal publicou o livro *Poverty Eradication in Southern Africa: involvement of civil society organizations. Mozambique, Tanzania, Democratic Republic of Congo and Angola*.

O livro apresenta uma análise e avaliação da participação das OSC em mecanismos regionais e nacionais para a monitoria e alívio da pobreza, com especial ênfase para o projecto do Observatório Regional da Pobreza da SADC (RPO) e os Observatórios Nacionais da Pobreza (NPO) que podem ser encontrados em alguns países da região.

A pesquisa baseou-se em quatro estudos de caso – Moçambique, Tanzânia, República Democrática do Congo (RDC) e Angola – incluindo um vasto programa de entrevistas e recolha de documentação em cada um destes países.

Estes estudos de caso apresentam características específicas, mas também muitas semelhanças em áreas cruciais, permitindo-nos compreender tendências gerais e vários obstáculos que necessitam de ser ultrapassados para tornar as OSC um parceiro mais efectivo e eficaz para o desenvolvimento e na luta pela erradicação da pobreza na região. Deste modo, a pesquisa contribui de igual modo para tornar mecanismos como o RPO e os NPO mais eficientes e eficazes no alívio e erradicação da pobreza na região, e assim contribuir para melhorar as condições de vida dos pobres.

O estudo é essencialmente focado na participação das OSC nos mecanismos de erradicação da pobreza, embora discuta também o papel de outros protagonistas como os doadores, o sector privado, e a sua relação com as OSC e os governos na luta contra a pobreza.

Na verdade, toda a estratégia de participação no processo do RPO parece estruturar-se em torno de quatro actores principais – governos, doadores, OSC e sector privado. Na prática, a eficácia de mecanismos para a participação e envolvimento das OSC no RPO e NPO parece depender de três situações:

1. A relação entre governo e doadores, e o tipo e abrangência da estrutura dos doadores;
2. A relação entre governo e OSC e o tipo e abrangência das estruturas das OSC;
3. A relação entre governo e o sector privado, e a relação entre o sector privado e as OSC.

Na primeira situação, i.e. a relação entre governo e doadores, os exemplos variam de países onde os doadores têm uma forte e efectiva capacidade de influência sobre governos (claramente o caso de Moçambique e Tanzânia, mas também da RDC) e casos onde têm uma capacidade de influência limitada (Angola). Os casos variam de países onde os doadores têm uma acção mais coordenada, efectivamente pressionando o

governo para a inclusão da sociedade civil (Moçambique, Tanzânia e RDC), para países onde os doadores têm mais dificuldade em coordenar as suas políticas, priorizando as estratégias e agendas políticas dos seus governos (Angola). Casos variam de países onde os doadores têm as suas OSC favoritas, que apoiam de acordo com agendas específicas (Angola) para países onde os doadores apoiam de forma genérica a sociedade civil como um todo (Moçambique, Tanzânia e num grau menor a RDC).



Em termos gerais, a participação das OSC é mais efectiva e eficaz nos casos em que os doadores têm maior capacidade de influência sobre os governos e agem de forma mais coordenada.

Na segunda situação; i.e. a relação entre governo e OSC, a eficácia da participação e intervenção das OSC parece depender da forma como o governo e as OSC se encaram mutuamente. Existe uma mentalidade dominante de suspeita entre governos e OSC devido a uma longa história de constrangimentos que emanam do período dos regimes de partido-único. Este clima é exacerbado pela intervenção das OSC em questões políticas durante os processos de transição. Regra geral, os governos são mais favoráveis a aceitar o modelo de prestação de serviços por parte das OSC do que intervenções na formulação e monitoria-avaliação de políticas (M&E). De igual modo, os governos têm também muitas dúvidas acerca das competências técnicas das OSC e suspeitam que as suas agendas são muito próximas dos partidos e movimentos de oposição. Uma melhor relação de trabalho entre governo e OSC parece depender da dissipação deste clima de suspeição (Moçambique é o melhor dos exemplos a este respeito, a Tanzânia e a RDC apresentam alguns sinais positivos, sendo Angola o pior dos casos). Uma melhor relação de trabalho parece também depender do nível de competência demonstrado pelas próprias OSC em termos de capacidade técnica na apresentação das suas propostas para políticas e programas específicos.






Na Terceira situação, i.e. a relação entre governo e sector privado, e entre sector privado e outros protagonistas, a cooperação tem-se revelado difícil e com vários obstáculos para alcançar a plena eficácia. Em geral, o sector privado ainda é extremamente dependente do poder político-governamental e prefere uma relação directa e exclusiva com o governo. Tal postura ignora ou evita fóruns alargados para discussão de questões de desenvolvimento e relega a relação com outros protagonistas nesses fóruns para um plano secundário.

O livro apresenta uma análise profunda de toda a problemática do combate à pobreza no seu enquadramento nacional, regional e internacional, fazendo um percurso pelos quadros legais-institucionais de cada um dos países, das estratégias das OSC para a participação, dos mecanismos existentes, das expectativas prevalecentes nos diversos protagonistas envolvidos, apresentando ainda uma série de propostas para a melhoria da eficácia da participação das OSC a nível regional e nacional, com especial destaque para o *Regional Poverty Observatory* da SADC.





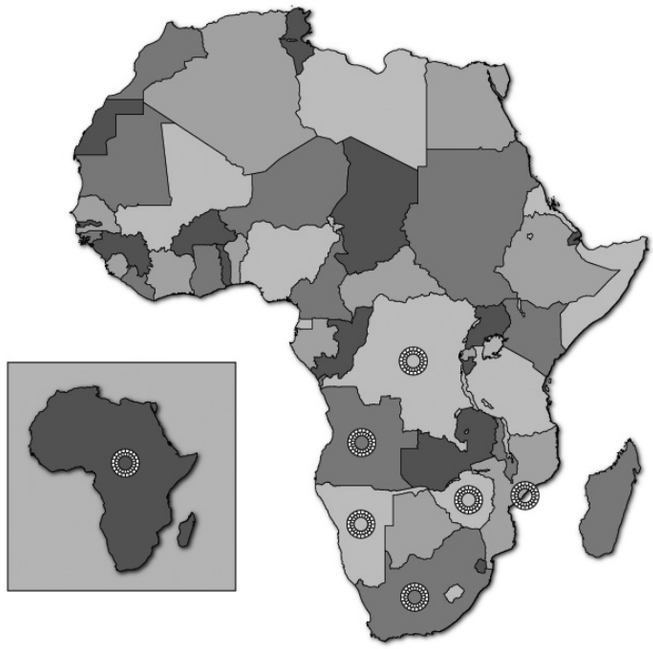



## Lançamento do site do projecto: www.africanarenas.net

O projecto de pesquisa-acção cresceu muito além das expectativas iniciais, progredindo em vários eventos ao longo dos anos de que este relatório e o anterior dão conta, procurando contribuir para enriquecer os processos de decisão política fundamentada, tanto em Angola como na África Austral em geral.

Da dinâmica de crescimento do projecto, congregando um número cada vez maior de organizações parceiras, académicos e activistas cívicos da região Austral, Europa e EUA, nasceu a ideia de criar um espaço permanente de facilitação da interacção e promoção de projectos de pesquisa-reflexão-acção na África subsaariana em áreas relacionadas com democracia, direitos humanos, sociedade civil e desenvolvimento.

É neste sentido que foi criado o site www.africanarenas.net, pretendendo ser uma arena de debates e troca de informação, sedeado em Amsterdam. As publicações, conferências, reflexões, debates e outras actividades desenvolvidas pelo projecto e seus parceiros estarão assim acessíveis ao público em geral, permitindo várias formas de interacção.



# IX

# Colaboração no projecto da SOS Habitat do Fórum Nacional da Habitação

## Participação na comissão científica e na elaboração dos relatórios I Fórum, Luanda 29-31 de Outubro de 2012; II Fórum, Luanda 29-31 de Outubro de 2014




Ainda no âmbito da terceira fase do projecto de pesquisa-acção (2010-2014) caracterizada pela linha de pesquisa sobre "crescimento e desenvolvimento económico - combate à pobreza, equidade sócio-económica e desenvolvimento regional e sectorial equilibrados", o projecto tem participado no projecto da Associação de Direitos Humanos SOS Habitat do Fórum Nacional da Habitação.

A SOS Habitat vem desenvolvendo desde 2012 o projecto do Fórum Nacional da Habitação, que pretende ser um espaço de discussão, reflexão e resolução das questões da habitação e acesso à terra que afectam as camadas pobres e excluídas da sociedade angolana. O I Fórum realizou-se em Luanda de 29 a 31 de Outubro de 2012 e o II Fórum ocorreu também em Luanda de 29 a 31 de Outubro de 2014.



O Fórum pretende avançar no sentido de uma maior articulação e concertação dos diversos actores envolvidos no problema da habitação e acesso à terra, incluindo as comunidades vítimas ou ameaçadas de demolição e deslocamento forçado ou esbulho de terras, as OSC parceiras da SOS Habitat, as estruturas governamentais e administrativas, membros da comunidade internacional e outros actores interessados.

É neste contexto que o projecto de pesquisa-acção tem participado no Fórum e dado o apoio metodológico-científico para a elaboração dos relatórios dos dois fóruns realizados.



A Associação SOS Habitat tem-se mostrado uma das mais activas, empenhadas e íntegras organizações da sociedade civil Angolana com uma missão de defesa dos direitos das comunidades pobres e desfavorecidas, vítimas de demolições e esbulhos de terras, sendo um parceiro importante do projecto de pesquisa-acção.

# X

# Colaboração e participação no evento de homenagem póstuma ao Prof. Patrick Chabal

**(membro da comissão científica do projecto)**
**Londres, King's College London, *6 de Junho de 2014***



O ano de 2014 começou com uma triste notícia para a área dos Estudos Africanos em geral e para o nosso projecto em particular, o falecimento em 16 de Janeiro do nosso estimado membro e companheiro de muitos anos, o Prof. Patrick Chabal.

Patrick Chabal participou em várias das publicações do projecto e deveria ter participado na conferência internacional organizada em Luanda em 2008, não fossem os inúmeros obstáculos levantados pelo consulado de Angola em Londres ao seu pedido de visto de entrada no país.

O seu apoio às diversas publicações do projecto, revendo vários textos e escrevendo tantos outros, ficam como um legado importante para o nosso processo de pesquisa-reflexão, somo sejam "Transições políticas em Angola: et pluribus unum" (2006); "Twilight Zone: Sociedade Civil e Política em Angola" (2008) ou ainda "Political Transitions and Civil Society in Africa" (2009).

Para celebrar a sua vida e trabalho, o King's College de Londres, onde Patrick trabalhou nos últimos 30 anos da sua vida, organizou um evento em sua memória, tendo um dos coordenadores do projecto "Processos de Democratização e Desenvolvimento em Angola e na África Austral" sido convidado a participar num dos painéis.
A intervenção nesse evento é aqui reproduzida na íntegra.

## Texto apresentado

Existem duas características principais e sequenciais no trabalho de Patrick Chabal que na minha perspectiva tiveram um impacto revolucionário nos Estudos Africanos:

A primeira diz respeito ao seu posicionamento em termos científicos, claramente assumido no final da década de 1970 e início da década de 1980, afirmando a sua vontade de quebrar com a anteriormente dominante corrente de trabalho que era claramente influenciada pelas questões políticas e ideológicas das décadas de 1960, 1970 e parte de 1980, muito marcada pelo estigma do "redfeet" (pés-vermelhos), um termo dado a conhecer pelo próprio Patrick num artigo publicado no *Journal of Modern African Studies*, intitulado "People's War, State Formation and Revolution in Africa: a comparative analysis of Mozambique, Guinea-Bissau and Angola".

Patrick relata o termo "redfeet" como sendo utilizado por camponeses na Guiné Bissau para se referirem a simpatizantes da "revolução" e cito daquele artigo:





> "O que pode a revolução significar para África? Na seguinte discussão pego na deixa de um gentil Guineense que me aliviou da crescente ansiedade que eu havia desenvolvido ao ser etiquetado de "redfoot" quando, em 1979, eu fazia pesquisa na Guiné-Bissau. Eu havia-me preocupado bastante a este respeito, com ecos de terror vermelho em mente, até que a história do "redfeet" me foi revelada por esta alma gentil que me deu uma boleia. 'Você sabe', disse-me como um professor da escola, 'desde que aderimos ao Socialismo, atraímos a atenção de todos vocês, Europeus e Americanos. Não conseguem fazer uma revolução em casa e como tal procuram uma no Terceiro Mundo. Primeiro foi a China, depois o Vietnam, depois Cuba, depois a Argélia. Hoje somos nós. Dentro de alguns anos virão dizer-nos que a nossa revolução fracassou e mudam-se para outro lugar qualquer: Sahara Ocidental talvez?' Protestei, sem qualquer resultado, que eu não era nenhum "redfoot" mas um académico. 'Sim, claro' disse-me sorrindo.[4]

O termo "redfeet" também expressa as insuficiências e deficiências na literatura em Estudos Africanos produzida por muitos anos. A vontade do Patrick em escapar ao ambiente de condicionamento ideológico e político constituiu uma enorme ruptura numa área de estudos até então ainda subjugada pelo "complexo de culpa" dos académicos ocidentais, uma espécie de "mea culpa" ou acto de contrição pelo passado colonial e pelos trabalhos académicos produzidos durante aquele período sobre África, especialmente no campo da história, antropologia, etnologia, etc.

De uma forma contraditória e numa posição claramente determinada do ponto de vista ideológico, a corrente de pensamento dominante apelidaria de nostalgia neo-colonial de direita qualquer análise que pretendesse compreender a política e a economia da África contemporânea a partir de uma perspectiva Africana e atribuir o protagonismo aos próprios Africanos na gestão das suas "res publicas". Na medida em que os desempenhos económicos e políticos ficavam aquém das expectativas criadas, sobrepôs-se uma tendência dominante que favorecia todas as análises que afastassem qualquer responsabilidade política dos governantes e governados Africanos.

Numa postura de certo modo esquizofrénica/contraditória, a corrente de pensamento dominante uma vez mais relegava os Africanos ao seu estatuto do período colonial, de "crianças-grandes", não responsáveis pelos seus actos (irresponsáveis), sujeitos passivos da história, simples vítimas da colonização e continuando a carregar a sina do homem negro *(the black men's burden)*, ou a execrável herança do comércio de escravos que desestruturou as sociedades Africanas, até que finalmente alguma revolução vingasse para colocar fim a este malfadado destino.

Patrick dedicou-se a romper com estes constrangimentos, focando-se naquilo que era efectivamente importante: compreender as sociedades Africanas e a sua política.

[4]Chabal, Patrick, 'People's War, State Formation and Revolution in Africa: a comparative analysis of Mozambique, Guinea-Bissau and Angola', in Journal of Commonwealth and Comparative Politics, 21 (1983) pp.104–125

Consequentemente, e esta é a segunda e sequencial ruptura do trabalho do Patrick enquanto africanista, ele de facto conseguiu com êxito abordar e compreender a política em África a partir de dentro, olhando para as suas lógicas internas que comandavam igualmente os procedimentos diários das mulheres e dos homens em África e como estas lógicas se relacionavam/articulavam com as modernas instituições Estatais "Westphalianas" e as relações internacionais.

O seu livro com Jean-Pascal Daloz, Africa Works, foi um notável trabalho que abalou o dominante quadro interpretativo da política, economia e sociedade em África, dizendo finalmente que o "Rei ia nu" e a obra representou uma espécie de *perestroika* nos estudos políticos Africanos. Como seria expectável, gerou uma fortíssima reacção em diversos meios e frentes do mundo académico, político e da sociedade civil, tendo sido ferozmente atacado, por vezes de forma muito pouco gentil, mas provando a força dos seus argumentos em face de tal criticismo. No final, o mínimo que podemos dizer depois daquele livro é que nada ficou como antes no estudo da política em África.

Aquela obra representou uma ruptura do ambiente castrador dos "redfeet" e "rightfeet" (ideologicamente determinados) que tanto prejudicou e assombrou os estudos Africanos políticos e económicos e por tanto tempo. Depois disso, muito pode finalmente ser livremente pesquisado, explorado e dito, incluindo por pesquisadores como eu e tantos outros.

Lembro-me de um antigo ministro do Plano de Angola me ter dito, depois de saber que eu havia trabalhado com Patrick Chabal,

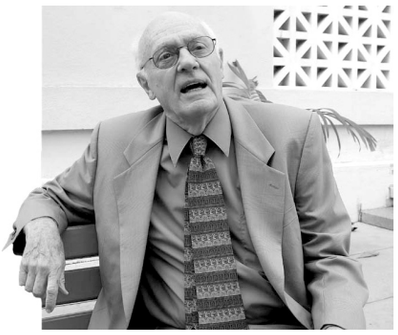
> "aquele livro foi o primeiro a tocar na ferida, fiquei espantado quando o li e pensei para comigo que realmente conseguiu captar e explicar o que se tem por aqui passado".

Thank You Patrick,
I will miss you!

Nuno Vidal

# ANEXO I

## Entrevista de John Marcum*



### "O poder absoluto corrompe"

Entrou clandestino em Angola em 1962; insurgiu-se contra a intervenção dos EUA na guerra civil angolana; publicou obras de referência sobre a libertação nacional. John Marcum, académico norte-americano ligado a Angola desde 1958, olha o país de frente e defende uma maior abertura democrática.

**Tem várias obras e artigos sobre a luta pela libertação nacional angolana. Como surgiu este interesse?**
Em 1958 estava a fazer uma pesquisa na costa ocidental africana sobre como os franceses incorporavam os seus territórios nos últimos dias de colonização. A dada altura recebi uma carta de Nova Iorque onde me avisavam que estava prestes a acontecer no Gana a primeira Conferência dos Povos Africanos. Fui então para Accra, onde assisti ao encontro que reuniu líderes como Patrice Lumumba e Kwame Nkrumah. Havia um único representante de Angola, que me apresentaram como sendo "José Gilmore". Era o nome de código de Holden Roberto.

**Mas a sua primeira vinda a Angola aconteceria só em 1962.**
Entre 1958 e 1962, enquanto professor da Lincoln University, contactei com estudantes africanos, que me puseram a par do que ia acontecendo por cá. Pouco tempo depois da luta armada em Angola começar, em 1961, a NBC noticiou que o conflito tinha acabado. Um amigo meu, George Houser [então director do American Commitee on Africa], que tinha bons contactos com Holden Roberto, disse que não acreditava nisso e então decidimos vir até cá para ver o que se passava. Chegámos em Janeiro de 1962 a Leopoldville, actual Kinshasa, e de lá partimos em direcção ao norte de Angola. O carro em que viajávamos, a dada altura atolou na lama. Resultado: em vez de atravessar a fronteira de noite, para não sermos detectados, quando desenterrámos o carro, já o sol brilhava com toda a intensidade (risos). Mas não encontrámos nenhum posto de controlo, nem sabíamos ao certo onde era a fronteira. Algum tempo depois chegámos ao quartel-general da UPA, comandado por João Baptista.

**O que encontrou?**
Para além de confirmar que as movimentações militares ainda não tinham acabado, encontrei provas de que o exército português estava a utilizar armas norte-americanas, entre as quais substâncias biológicas proibidas. Entrevistei também muitos contratados, sujeitos a um regime de quase escravidão. Durante esta visita pensei várias vezes que grande problema seria quando o país se tornasse independente – Angola, especialmente o interior, estava muito fechada e o nível de escolaridade das populações era muito baixo. Ao mesmo tempo, havia um forte sentimento de amargura entre as pessoas.

**Como estava organizada a UPA, no terreno?**
O nível de organização era muito modesto. Depois de 1963, quando a Organização de Unidade Africana (OUA) reconheceu o Governo Revolucionário de Angola no Exílio liderado por Holden Roberto, tornou-se evidente que a FNLA (que entretanto surgiu) tinha, acima de tudo, a pretensão de poder. Por isso também não conseguia dar um passo em frente em termos de organização. Holden Roberto era muito conservador, mantinha o controlo de forma muito pessoal. Temos que tentar entrar na psicologia dele para o compreender. Jonas Savimbi tinha um mestrado em Lausane, na Suíça; Agostinho Neto era médico. Com isto, Roberto tinha, penso, algum tipo de complexo de inferioridade.

**Contactou de perto com esses três líderes. Que perfis traçou deles?**
Eles tinham personalidades muito diferentes. Holden Roberto, que cresceu essencialmente no Congo, não era muito forte na língua portuguesa, assumia a postura que descrevi. Agostinho Neto era muito bem educado, tinha uma atitude calma mas algo orgulhosa. Lembro-me que, quando visitou os EUA, ficou muito incomodado ao ser desafiado por estudantes. Era algo a que não estava habituado. Por fim, Savimbi era um líder estudantil, muito ambicioso desde o início. Não o conheci nessa altura, mas sei que a forma de ser dele mudou muito ao longo dos tempos.

**Personalidades diferentes que entraram em choque.**
Sim, e isso reflectiu-se na relação entre os movimentos. De um lado estava o MPLA, que, por ser mais próximo da cultura europeia, representava, de certa forma, a sociedade central assimilada. Do outro lado estava a FNLA e a UNITA, com um forte pendor étnico. As clivagens foram surgindo. Ao mesmo tempo, penso que todos os movimentos sofriam de uma espécie de "psicologia de exílio", algo que Savimbi percebeu muito bem, ao romper com Holden Roberto e ir para o interior espalhar o conflito na zona ovimbundo. Estas divisões foram depois potenciadas pelos blocos ocidental e soviético. Em certa parte eles tornaram-se vítimas da Guerra Fria.

**Esses movimentos lutavam pela independência, mas alguma vez lhe falaram sobre o projecto para "o dia seguinte"?**
Não acho que a FNLA e a UNITA tivessem pensado muito sobre o assunto. A prova disso é que, quando o governo no exílio de Holden Roberto foi criado, eles não delinearam nenhum plano efectivo de governação. A UNITA, por seu lado, mudou várias vezes de estratégia de apoios, o que denota que não lutavam propriamente por uma ideologia, mas pelo poder em si. Já com o MPLA era diferente. Eles tinham inculcados os valores de esquerda.
**Mas esse "oportunismo ideológico" também existiu dentro do MPLA.**
Havia alguma discórdia dentro desse movimento. E desafios, também. Um deles era saber lidar com o ressentimento das populações do interior com o poder de Luanda. Para unir o país, depois da independência, o MPLA só tinha um caminho: perceber que, sendo dominado por "aculturados", havia quem os visse como um novo elemento de colonização e dominação. Lembro-me de uma conferência que Holden Roberto deu nos EUA, no final dos anos 80, em que dizia que os cubanos iam tornar-se cidadãos de Angola e que os africanos iam ser postos de lado.

**Escreveu uma vez que "Angola estava destinada a ser o campo experimental do desejo e do poder americanos no pós-Vietname". Porquê Angola?**
Na altura da independência, o poder militar estava colapsado. Não havia perspectiva de eleições, muito menos de um governo de coligação. Ao mesmo tempo vivia-se a Guerra Fria e a questão punha-se desta maneira: ou se apoiava uma força, ou se apoiava outra. Durante muito tempo assumi-me publicamente contra o apoio dos EUA à UNITA ou a outro qualquer movimento, porque para mim não tinha qualquer sentido uma intervenção neste país. A política americana em relação a Angola, assim como de toda a comunidade internacional, foi um enorme falhanço. Mais tarde, em 1992, as Nações Unidas deveriam supostamente desarmar as forças do MPLA e da UNITA, criar um exército único e organizar eleições locais. Mas em vez disso deixou a situação militar em aberto, promoveu umas eleições em que "o vencedor ficou com tudo e o perdedor ficou sem nada", e não levou adiante o sufrágio a nível local, importante para estabelecer o poder de "baixo para cima" As consequências, todos nós conhecemos.

**16 anos depois, como avalia a relação de Angola com a comunidade internacional?**
Hoje o contexto de Angola é substancialmente diferente, ainda que paradoxal. O factor externo não é tão forte em termos de governação. Mas há os efeitos da chamada "doença holandesa", que surge quando um país com imensos recursos é rico do ponto de vista macro-económico, mas a sua riqueza é irresponsavelmente gerida pelos que estão no poder (não estou a fazer nenhuma alegação específica, é o que acontece em termos globais). Os EUA e a Europa estão muito dependentes do petróleo, então não fazem pressão para que os países produtores

mudem as suas políticas, porque não os querem "ofender". Mas ao mesmo tempo, são esses recursos que financiam, por exemplo, a construção de edifícios em Luanda e outros projectos. No entanto, há que diversificar as áreas de produção.



**Mas o discurso oficial do Governo é esse mesmo, embora na prática os resultados ainda não sejam os esperados.**
Essa é a opinião dos analistas. Muitas vezes o dinheiro fala mais alto.

**Foi por estes valores que os antigos movimentos lutaram?**
Na conferência de Accra, em 1958, os delegados estavam muito optimistas em relação à capacidade de África de instituir regimes verdadeiramente democráticos e de evitar guerras civis. Ninguém esperava este subdesenvolvimento e autoritarismo. Mas não havia tradição de oposição e os governos europeus, sobretudo o português, não desenvolveram a capacidade analítica das populações. Mas se olharmos em jeito de retrospectiva para os anos em que estive em Angola (1962, 1984, 1992, e agora), diria que algumas coisas estão a avançar de uma forma muito construtiva, que o tempo vai curar as feridas, e que a educação vai-se expandir. Os seres humanos querem ser livres, e é isso que vai prevalecer. Mas não será fácil.

**Depois de 33 anos no poder, o MPLA está preparado para sair do governo, caso perca as eleições, e dar voz à sociedade civil e aos seus críticos?**
Não posso dar uma resposta taxativa. Mas quando o vencedor concentra em si todo o poder, não governa com compromisso político e não é tolerante com outros pontos de vista. A questão não é "eu ganho tudo" ou "eu perco tudo". A democracia passa por um trabalho conjunto entre todas as partes. O poder absoluto corrompe totalmente.

**O "culto da personalidade" também não ajuda a reverter o quadro. No MPLA temos José Eduardo dos Santos; na UNITA, perpetua-se o legado de Savimbi; na FNLA, a ida do falecido Holden Roberto para França dividiu a casa...**
A situação de dependência de um partido em relação a uma só pessoa é uma questão de poder. Mas penso que situações como as vividas na FNLA, que são normais nos partidos, podem fazer emergir as lideranças juvenis. Agora, a questão está em saber até que ponto o sistema educativo e político angolano promove o pensamento crítico e dá espaço às pessoas para assumirem responsabilidades e falarem directamente com o poder. A guerra acabou. Esta é uma oportunidade da juventude levar o processo para a frente.

**Os jovens das formações partidárias assumem, muitas vezes, que não têm poder real e que não enfrentam os "mais velhos", porque muitas vezes, são estes que lhes garantem a ascenção no partido e benefícios pessoais.**
Isso ultrapassa a dimensão política. É uma questão social e de hierarquia de valores. Demonstra um respeito excessivo pelos mais velhos e pela autoridade. Construir verdadeiros sistemas democráticos demora muito tempo, e não há um que seja perfeito. Há que lutar contra todas as adversidades.

**Perfil**
John Arthur Marcum nasceu em 26 de Agosto de 1927 em San Jose, Califórnia. Doutorado em Ciência Política e História pela University de Stanford (EUA), foi bolseiro do Institut d'Etudes Politiques, em Paris, entre 1952 e 1954. Desde os finais dos anos 50 dedicou-se ao estudo de África na vertente política e à publicação de estudos e ensaios sobre a temática em publicações da especialista. O material que recolheu em Angola, durante a viagem de 1962, deu origem à sua primeira obra, "The Angolan Revolution" (não foi traduzido para português), publicada em dois volumes.

*Entrevista concedida por John Marcum ao jornalista Pedro Cardoso aquando da sua estada em Angola a convite do projecto "Processos de democratização e desenvolvimento em Angola e na África Austral" para participar na 2.ª Conferência Internacional do projecto em Agosto de 2008. Esta entrevista foi publicada na edição de 15 de Agosto de 2008 do Novo Jornal, p.14-15. É aqui publicada com a autorização do jornalista Pedro Cardoso. Texto de Pedro Cardoso, imagens de Ampe Rogério

# ANEXO II

## Processos de Democratização e Desenvolvimento em Angola e na África Austral

**Balanço de Dez Anos do Projecto, 2004 - 2014**

**5 Conferências Internacionais:**

- Luanda – UCAN (19-20/8/2004);
- Luanda – UCAN (7-8/8/2008);
- Bruxelas-Parlamento Europeu (17/11/2009);
- Wageningen University (23/9/2010);
- Bruxelas-Nações Unidas (16-17/11/2011).

**1 Conferência Nacional**

- Luanda – Nacional Cine-Teatro (28/7/2011)

**4 Conferências e Workshops Provinciais:**

- Luanda – Nacional Cine-Teatro (9/3/2010)
- Benguela – Univ. Católica (11/3/2010)
- Lubango - ADRA (15/3/2010)
- Huambo – ADRA (18/3/2010)

**6 Livros**

- *Poverty Eradication in Southern Africa: involvement of civil society organisations. Mozambique, Tanzania, Democratic Republic of Congo and Angola. National and regional poverty observatories* (Luanda & Brussels: University of Coimbra, Angolan Catholic University, Chá de Caxinde & Media XXI, November 2011). ISBN: 978-989-96447-4-8
- *Economia Política e Desenvolvimento em Angola* (Luanda: Universidade de Coimbra, Universidade Católica de Angola & Chá de Caxinde, 2011). ISBN: 978-989-96447-3-1
- *Southern Africa: Civil Society, Politics and Donor Strategies; Angola, Zimbabwe, Democratic Republic of Congo, Mozambique, Namibia and South Africa* (Wageningen University, University of Coimbra & Angolan Catholic University, 2009). ISBN: 978-972-99270-9-6
- *Sociedade Civil e Política em Angola: enquadramento regional e internacional* (Luanda & Lisboa: Universidade Católica de Angola & Universidade de Coimbra, 1.ª Ed. 2008, 2.ª Ed. 2009). ISBN: 978-927-99270-7-2
- *O Processo de Transição para o Multipartidarismo em Angola* (Lisboa & Luanda: Universidade Católica de Angola & Universidade de Coimbra, 1.º Ed. 2006, 2.ª Ed. 2007, 3.ª Ed. 2008). ISBN: 972-99270-4-9
- "O que não ficou por dizer…", *Ruy Duarte de Carvalho In Memoriam* (Luanda & Lisbon: Editora Chá de Caxinde, 2011). ISBN: 978-989-96447-1-7

**2 Relatórios de Progresso:**

- Relatório 2004-2009 (Luanda, Lisboa & Bruxelas: Universidade Católica de Angola e Universidade de Coimbra, 2009)
- Relatório 2009/2010 – 2014 (Luanda & Lisboa: Firmamento, Chá de Caxinda e Média XXI, 2015)

**7 Discussões Públicas de Livros do Projecto:**

- Luanda - UCAN (31/5/2006)
- Lisboa - Fundação Cidade de Lisboa (22/6/2006)
- Lisboa - Casa de Angola (6/7/2006)
- Lisboa - Casa de Angola (16/10/2008)
- Londres – School of Oriental and African Studies (21/1/2010)
- Londres – Christian Aid (21/1/2010)
- Lisboa – Centro de Informação Urbana de Lisboa (4/11/2011)

**2 Exposições de Pintura:**

- Luanda – Nacional Cine-Teatro, Ruy Duarte de Carvalho (15 a 18/2/2011)
- Lisboa – Centro de Informação Urbana de Lisboa, Ruy Duarte de Carvalho (15 a 22/4/2011)

**3 Exposições Fotográficas:**

- Luanda – Nacional Cine-Teatro, Omunga-Eleições (9/3/2010)
- Benguela - Omunga-Eleições (11/3/2010)
- Lisboa - Centro de Informação Urbana de Lisboa, Jorge Coelho-Angola (4/11/2011)

**2 Mostras de Filmes:**

- Luanda – Nacional Cine-Teatro, Ruy Duarte de Carvalho (15 a 18/2/2011)
- Lisboa – Centro de Informação Urbana de Lisboa, Ruy Duarte de Carvalho (15 a 22/4/2011)
- Lisboa - Centro de Informação Urbana de Lisboa, Cristina Salvador e Richard Paklepa (4/11/2011)

## Apoios do projecto na 2.ª fase (2009/2010 - 2014)

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E DO ENSINO SUPERIOR Portugal

UNRIC United Nations Regional Information Centre for Western Europe

christian aid

GRICES Gabinete de Relações Internacionais da Ciência e do Ensino Superior
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

OSISA
Fundação Open Society-Angola

Oxfam Novib

INSTITUTO CAMÕES PORTUGAL
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

CPLP

NIZA
Instituto Holandês para a África Austral

ICCO
Partner to enterprising people

adra-angola.org
ADRA - ACÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL E AMBIENTE

Associação Cultural e Recreativa
CHÁ DE CAXINDE

centro de estudos sociais
FACULDADE DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

FEUC
Faculdade de Economia
Universidade de Coimbra

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE ANGOLA
VERITAS VITA

WAGENINGEN UNIVERSITEIT
WAGENINGEN UR

SOAS
University of London

Koninkrijk der Nederlanden

Omunga

Associação SOS Habitat

ACC
Associação
Construindo Comunidades

DAG HAMMARSKJÖLD FOUNDATION

Casa de Angola

Câmara Municipal
lisboa

C I U L
Centro
de Informação Urbana
de Lisboa

RDP ÁFRICA

TAAG LINHAS AEREAS DE ANGOLA
ANGOLA AIRLINES

a.Pimenta

afa
AFA ANGOLA - Consultoria e Gestão, Lda.


OSISA
Fundação Open Society-Angola